

# Relatório e **contas**

10



Horários do Funchal Transportes Públicos, S.A.

O Relatório e Contas da Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A. foi aprovado em Assembleia-Geral de 26 de Setembro de 2011



HORÁRIOS DO FUNCHAL - TRANSPORTES PÚBLICOS, S.A.

Sede: Fundoa de Baixo – São Roque

9020 - 242 FUNCHAL

Sociedade Anónima

Registada na Conservatória do Registo Comercial do Funchal, sob o  
nº 03441/86.08.28

Pessoa Colectiva nº 511 026 340

Capital Social 16.500.000,00 Euros

Capital Próprio 9.983.301,51 Euros



## Índice

<b>Relatório e Contas Individuais .....</b>	<b>10</b>
Órgãos Sociais .....	12
Quadros Superiores .....	14
Painel de Bordo .....	16
Resultados Líquidos Unitários .....	17
<b>Relatório de Gestão .....</b>	<b>18</b>
<b>Contas do Exercício .....</b>	<b>42</b>
<b>Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados .....</b>	<b>47</b>
1. Identificação da entidade .....	47
2. Referencial Contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	47
3. Principais políticas contabilísticas.....	50
4. Fluxos de caixa .....	65
5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	66
6. Activos fixos tangíveis .....	68
7. Propriedades de investimento .....	71
8. Participações financeiras – método da equivalência patrimonial .....	71
9. Participações financeiras – outros métodos.....	72
10. Activos financeiros detidos para venda .....	73
11. Outros activos financeiros .....	73
12. Impostos sobre o rendimento.....	73
13. Inventários .....	75
14. Clientes .....	76
15. Estado e outros entes públicos.....	77
16. Outras contas a receber.....	78
17. Diferimentos .....	78
18. Activos não correntes detidos para venda .....	79
19. Capital realizado .....	79
20. Reservas legais .....	80
21. Outras reservas .....	80

22.	Resultados transitados .....	80
23.	Ajustamentos em activos financeiros .....	81
24.	Excedentes de revalorização.....	81
25.	Outras variações no capital próprio .....	81
26.	Provisões .....	82
27.	Financiamentos obtidos .....	82
28.	Outras contas a pagar.....	83
29.	Fornecedores.....	83
30.	Vendas e serviços prestados .....	84
31.	Subsídios à exploração .....	84
32.	Ganhos/perdas imputadas Subs., Assoc. e Emp. Conjuntos.....	85
33.	Variação nos inventários da produção.....	86
34.	Trabalhos para a própria entidade .....	86
35.	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas .....	86
36.	Fornecimentos e serviços externos .....	88
37.	Gastos com pessoal.....	89
38.	Outros rendimentos e ganhos .....	90
39.	Outros gastos e perdas .....	91
40.	Gastos/reversões de depreciação e de amortização .....	92
41.	Juros e gastos similares suportados .....	92
42.	Divulgações de partes relacionadas .....	93
43.	Acontecimentos após a data de balanço .....	94
	<b>Certificação Legal de Contas.....</b>	<b>96</b>
	<b>Relatório e Parecer do Fiscal Único.....</b>	<b>98</b>
	<b>Anexo ao relatório do conselho de administração .....</b>	<b>100</b>
	<b>Relatório e Contas Consolidadas .....</b>	<b>104</b>
	<b>Relatório Consolidado de Gestão .....</b>	<b>105</b>
	<b>Contas Consolidadas do Exercício .....</b>	<b>115</b>
	<b>Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados Consolidados.....</b>	<b>120</b>
1.	Empresas incluídas na consolidação.....	120

2.	Referencial Contabilístico de preparação das demonstrações financeiras consolidadas	121
3.	Principais políticas contabilísticas.....	123
4.	Fluxos de caixa.....	138
5.	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	139
6.	Activos fixos tangíveis.....	141
7.	Propriedades de investimento.....	143
8.	Participações financeiras – outros métodos.....	144
9.	Activos financeiros detidos para venda.....	145
10.	Outros activos financeiros.....	145
11.	Impostos sobre o rendimento.....	146
12.	Inventários.....	147
13.	Clientes.....	148
14.	Estado e outros entes públicos.....	149
15.	Outras contas a receber.....	150
16.	Diferimentos.....	150
17.	Activos não correntes detidos para venda.....	151
18.	Capital realizado.....	151
19.	Reservas legais.....	152
20.	Outras reservas.....	152
21.	Resultados transitados consolidados.....	152
22.	Excedentes de revalorização.....	153
23.	Outras variações no capital próprio.....	153
24.	Provisões.....	154
25.	Financiamentos obtidos.....	154
26.	Outras contas a pagar.....	155
27.	Fornecedores.....	155
28.	Vendas e serviços prestados.....	156
29.	Subsídios à exploração.....	156
30.	Ganhos/perdas imputadas subs., assoc. e emp. conjuntos.....	157
31.	Variação nos inventários da produção.....	157

32.	Trabalhos para a própria entidade .....	158
33.	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas .....	158
34.	Fornecimentos e serviços externos .....	159
35.	Gastos com pessoal.....	161
36.	Outros rendimentos e ganhos .....	162
37.	Outros gastos e perdas .....	163
38.	Gastos/reversões de depreciação e de amortização .....	164
39.	Juros e gastos similares suportados .....	164
40.	Acontecimentos após a data de balanço .....	165
	<b>Certificação Legal de Contas.....</b>	<b>166</b>
	<b>Relatório e Parecer do Fiscal Único.....</b>	<b>168</b>

## **Relatório e Contas Individuais**



## **Órgãos Sociais**

### **MESA DA ASSEMBLEIA GERAL**

PRESIDENTE João Heliodoro da Silva Dantas

SECRETÁRIO António Manuel Pita Rentróia

### **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

PRESIDENTE Nuno Pinto Coelho Homem da Costa

VOGAL João Alcindo de Freitas

VOGAL António José Jardim Faria

### **FISCAL ÚNICO**

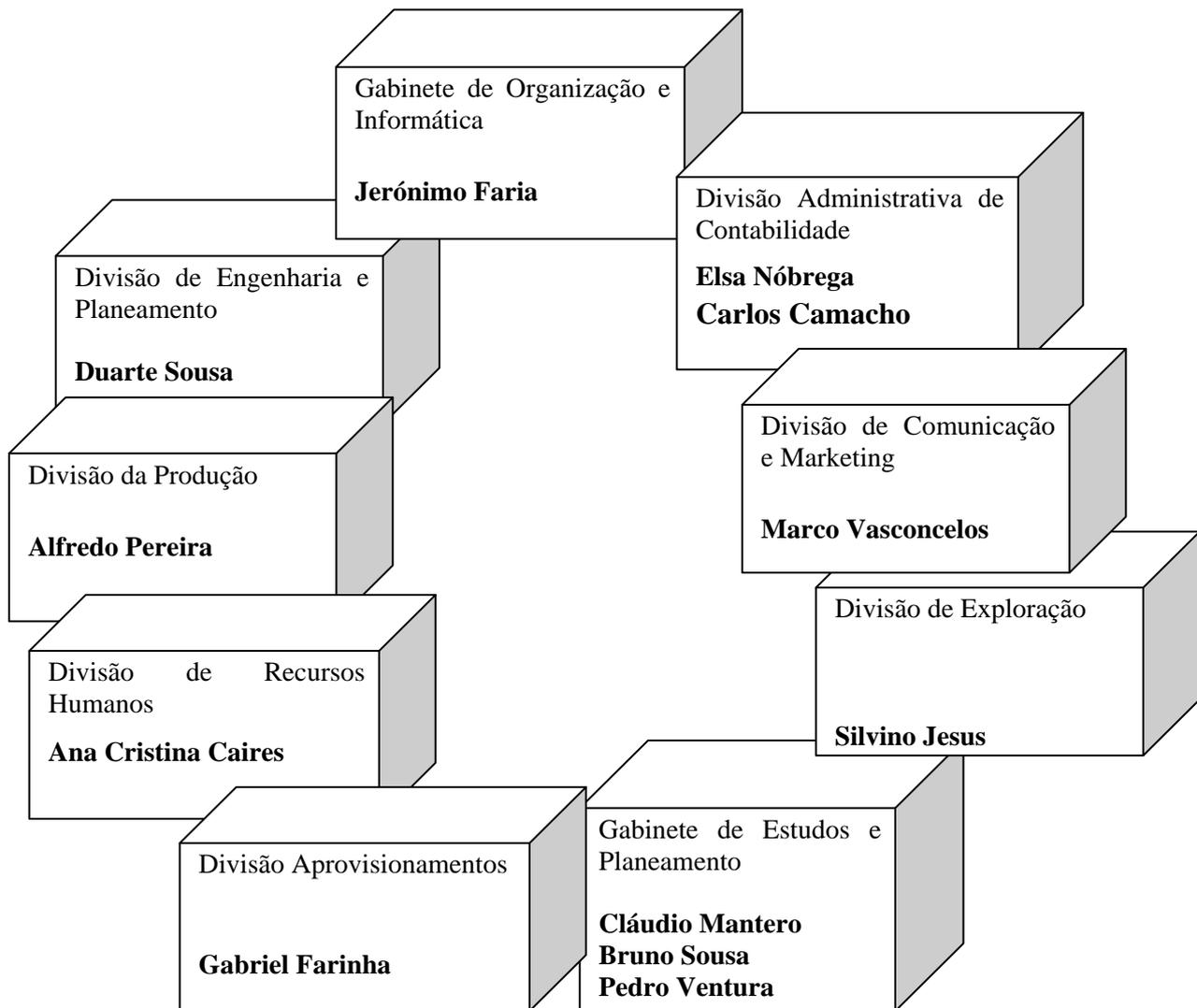
EFFECTIVO KPMG & Associados S.R.O.C. 109

(Rep. por João Albino Cordeiro Augusto - Roc. nº. 632)

SUPLENTE Adelaide Maria Viegas Clare Neves – Roc. nº 862



## Quadros Superiores





## Painel de Bordo

4 Números	2010	2009	3 Indicadores	2010	2009
Viaturas	180	186			
Motoristas	302	292	Motoristas / viatura	1.68	1.57
Metalúrgicos	107	111	Metalúrgicos / viatura	0.59	0.60
Total de trabalhadores	540	541	Total trab. / viatura	3.00	2.91

### Estrutura de gastos e rendimentos

Matérias consumidas	2.443.097,89	9,1%	Prestações de serviços	13.345.731,74	59,2%
Gasóleo	5.156.760,05	19,1%	Vendas	344.943,07	1,5%
Forn. serv. externos	2.162.809,51	8,0%	Trabalhos p. p. empresa	1.209.878,11	5,4%
Gastos com pessoal	11.934.390,01	44,2%	Rendimentos suplementares	3.281.660,08	14,6%
Gastos r. d. amortização	3.677.131,27	13,6%	Subsídios à exploração	3.436.087,65	15,2%
Outros gastos	1.596.739,51	5,9%	Outros ganhos	929.679,29	4,1%
	<b>26.970.928,24</b>			<b>22.547.979,94</b>	

resultado antes de impostos **-4.422.948,30**

**INVESTIMENTO – 1.972.439,58 Euros**

### Outros indicadores

População servida	<b>98 mil habitantes</b>
Nº de carreiras	<b>64</b>
Extensão da rede	<b>198 km</b>
Total de viagens	<b>958 343</b>

Taxa de ocupação	<b>17,10%</b>
Lotação média	<b>79 lugares</b>
Velocidade média	<b>18 km/h</b>
Passageiros transportados	<b>25 milhões</b>
Quilómetros percorridos	<b>7,2 milhões</b>

## Resultados Líquidos Unitários

### Demonstração do Resultado por Km percorrido

	2010	2009
Custos Exploração / Km	3,53	3,50
Outros Custos / Km	0,22	0,16
Total de Custos / Km	3,75	3,66
<b>Proveitos e Ganhos</b>		
Proveitos de Exploração / Km	3,00	3,11
Outros Proveitos / Km	0,04	0,33
Total de Proveitos / Km	3,04	3,44
<b>Resultado Líquido / Km</b>	<b>-0,71</b>	<b>-0,23</b>

### Demonstração do Resultado por Passageiro Transportado

	2010	2009
Custos Exploração / Passageiro	1,01	0,97
Outros Custos / Passageiro	0,06	0,04
Total de Custos / Passageiro	1,07	1,01
<b>Proveitos e Ganhos</b>		
Proveitos de Exploração / Passageiro	0,86	0,86
Outros Proveitos / Passageiro	0,04	0,09
Total de Proveitos / Passageiro	0,90	0,95
<b>Resultado Líquido / Passageiro</b>	<b>-0,17</b>	<b>-0,06</b>

## Relatório de Gestão

### Senhores Accionistas

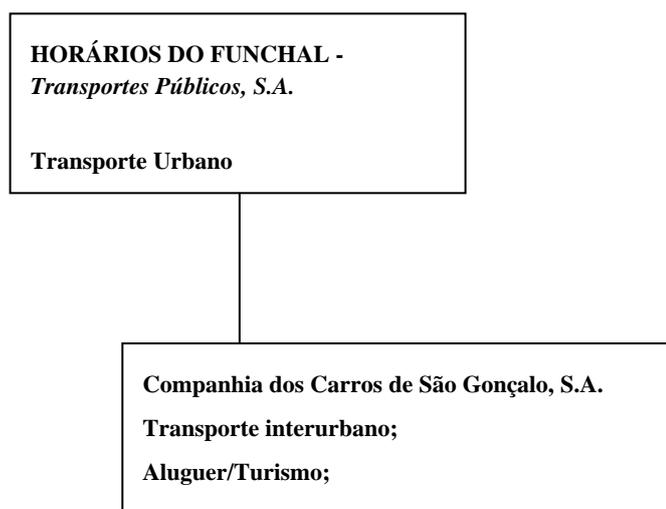
Nos termos da Lei e dos Estatutos submetemos à vossa apreciação o Relatório e Contas da sociedade Horários do Funchal, Transportes Públicos, S.A. (HF), respeitante à actividade desenvolvida ao longo do ano de 2010.

### Apresentação

A Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A., (HF), sociedade, comercial por acções, de natureza privada e composta por agregação de capitais públicos, dedica-se à exploração, no concelho do Funchal, em regime de exclusividade, de um serviço público de transporte, urbano e local, por autocarro, sendo seus sócios fundadores e actuais, a Região Autónoma da Madeira e a Empresa de Electricidade da Madeira, S.A. detendo, respectivamente 95% e 5% do capital social, integralmente realizado, de 16.500.000,00 Euros

### Empresas do grupo

A HF participa em 100% do capital da sociedade Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A., (SG). Assim, o Grupo apresentava, em 31/12/2010, a seguinte estrutura e ramos de actividade.



## ACTIVIDADE

A HF dedica-se à actividade de serviço público de transportes de passageiros em regime de concessão, em exclusivo, em circunstâncias e condições especiais nas quais se relevam o seu espaço de actuação, na Região Autónoma da Madeira, Concelho do Funchal, enfrentando uma difícil orografia, vencendo uma rede rodoviária sinuosa e complexa, e desenvolvendo uma relevante função social de acordo com o programa do Governo Regional da Madeira (GR).

A HF, atenta à responsabilidade do serviço social que presta, procura facilitar a mobilidade de toda a população e visitantes, quando se deslocam para as suas actividades, dentro da nossa cidade, dando resposta adequada às suas necessidades, planeando a oferta de serviços de transporte, com a qualidade e segurança que lhe é reconhecida, de forma a ajustar à procura.

A HF tem tentado transformar, na medida do possível, o transporte público num meio de deslocação atractivo, embora não tenha atingido, como desejado, esses resultados.

Atendendo à redução da procura a HF, com vista à conseqüente redução de custos e de contrariar a perda de passageiros transportados verificada nos últimos anos, introduziu ajustamentos à oferta adaptando a sua rede, sem afectar a qualidade do serviço prestado, reajustando carreiras, viagens e horários.

A HF sabe que aquele tipo de medidas não são as melhores para angariar clientes para o serviço de transporte público, pelo que, é necessário agir no sentido de educar não só para a formação formal mas também informal, ou seja, educar para o desenvolvimento individual e colectivo incluindo aqui a cidadania. Inclui aqui também a sustentabilidade, forma de funcionamento integrante da missão de serviço público, tem como objectivo atingir o equilíbrio entre os factores sociais económicos e ambientais, de modo a contribuir para a sustentabilidade da sociedade e garantir no futuro melhores oportunidades.

Cabe às empresas que prestam serviço público de transporte, em conjunto com os outros parceiros oficiais, encontrar novos modelos de mobilidade onde a sua actividade, transporte de passageiros, seja a principal opção para essa mesma mobilidade.

A HF tem vindo, ao longo dos últimos anos, ao encontro do acima descrito e neste exercício implementou e preparou para o futuro várias medidas, que demonstram o seu empenho em contrariar a velha ideia de que o transporte público é só para o transporte de populações em massa, com necessidades de apoio social e de menores recursos.

Tal como no ano anterior, investiu-se na inovação com vista a obter uma maior receita, mais qualidade na tentativa de aumentar a procura promovendo assim um menor recurso ao transporte individual.

A HF continua a promover uma mobilidade sustentável, económica e respeitadora do ambiente, de acordo com os objectivos da União Europeia, tendo implementado os seguintes projectos:

- 1- Civitas Mimosa, que está a ser desenvolvido pela Horários do Funchal, em parceria, com a Câmara Municipal do Funchal (CMF), com o Madeira Tecnopólo e com o

suporte técnico da Agência Regional da Energia e Ambiente da Região Autónoma da Madeira (AREAM).

Os objectivos deste projecto são os seguintes:

- Melhorar o sistema de planeamento dos transportes públicos;
- Introduzir sistemas inovadores de transporte público;
- Melhorar a integração entre modos de transporte;
- Promover veículos mais eficientes nos transportes públicos e nas frotas de entidades públicas e privadas;
- Promover a utilização de combustíveis alternativos;
- Desenvolver tecnologias inovadoras de informação e comunicação em tempo real associadas ao tráfego, estacionamento e outros serviços;
- Formar e sensibilizar para hábitos de condução mais eficientes do ponto de vista energético e ambiental;
- Promover a utilização dos transportes públicos e de outros modos não poluentes;
- Criar um centro de monitorização e controlo da mobilidade urbana.

O projecto iniciou-se em Outubro do ano de 2008 e termina em 2012, estando já concretizadas algumas das medidas referidas.

2- Ad Personam - marketing para os transportes públicos, que conta com os seguintes objectivos:

- Estimular o mercado dos Transportes Públicos Locais (TPL) nas pequenas e médias cidades Europeias;
- Aumentar o número de cidadãos que usam os modos de TPL nas suas deslocações de casa – trabalho nas pequenas e médias cidades Europeias;
- Reduzir o número de carros circulando nas deslocações casa – trabalho nas pequenas e médias cidades Europeias;
- Avaliar a sustentabilidade e eficácia do Programa de Marketing Directo (PMD), que intenta persuadir os cidadãos a mudar os seus hábitos de mobilidade, não através de campanhas tradicionais, mas através duma aproximação individual/personalizada;
- Definir a tipologia dos potenciais utentes do modo TPL;
- Aumentar a informação/conhecimento das oportunidades dos TPL aos cidadãos;
- Divulgar o PMD na Europa fora das 8 cidades piloto envolvidas no projecto;
- Promover o uso individual de “Travel Planner” como um instrumento importante no serviço dos TPL.

A HF iniciou o projecto em Outubro do ano de 2008 e concluiu no presente exercício. Cumpriu com as orientações do projecto de forma a atingir os objectivos propostos. No entanto, os resultados obtidos não foram os esperados devido à pouca adesão do público-alvo, encontrando-se, no entanto, dentro da média verificada nas outras cidades parceiras.

- 3 No âmbito dos seus próprios objectivos, fundamentalmente, de Eco Comunicação/Eco Frota/ Eco Rede, a HF apresentou uma candidatura ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, Projecto: Intervir+, para financiar a aquisição/implementação no seu serviço urbano de 18 mini autocarros com tecnologia inovadora e menos poluente com tecnologia ecologicamente sustentável.

O projecto prevê uma comparticipação de 80% a fundo perdido.

Este novo conceito de mobilidade está associado a um nova reorientação estratégica da empresa para se afirmar até 2015 como Empresa de Desenvolvimento Sustentável.

No que concerne à Prestação de Serviços, registou-se uma baixa dos proveitos de exploração, motivado pela prática de preços abaixo dos custos de exploração e pela queda da procura.

Os preços dos títulos de transporte são aprovados e fixados por portaria do Governo Regional da Madeira. A média aritmética do aumento do tarifário foi de 2,3%. Nas receitas, destes títulos, registou-se uma redução de 1,6%, bem como no número de títulos vendidos, em cerca de 9,2%.

A HF, no exercício anterior, aumentou a oferta de títulos de transporte aos seus clientes, havendo uma boa adesão destes. Verificou-se uma deslocação dos clientes de viagens para estes novos títulos de um, três e cinco dias, não afectando o título de sete dias. Os novos passes de quinze e trinta dias foram também bem aceites pelos clientes, havendo uma deslocação do passe social mensal para aqueles novos títulos. No presente exercício o atrás exposto continua a ser uma realidade e verifica-se uma adesão por parte dos clientes, de forma lenta mas progressiva. A HF colocou à venda o passe anual que, durante o período de lançamento e promoção foi um sucesso, tendo, após o mesmo, como é natural, uma quebra nas vendas, sem deixar, no entanto, de ser procurado por um pequeno segmento de clientes.

A Linha Eco, serviço efectuado no centro da cidade, continua a sua exploração gratuita para o cliente, suportada, parcialmente, por receitas de publicidade. Desta forma tem cativado uma procura crescente, sendo, pela inovação que representa, uma mais-valia para a cidade e para a imagem do transporte público, apesar dos respectivos custos não se acharem totalmente cobertos.

A indemnização compensatória atribuída neste exercício pelo Governo Regional da Madeira, tal como no exercício anterior, é repartida em duas partes. Uma, é destinada à compensação dos benefícios de ordem social atribuídos a determinadas classes da população. Visa, entre outros aspectos, a inclusão social, nomeadamente das crianças, dos idosos e dos reformados e a garantia da continuidade territorial através do título de transporte combinado. A outra, de valor fixo, destinada à compensação da produção e oferta de transporte para as zonas altas da cidade do Funchal, em zonas de reduzida densidade populacional ou em carreiras de reduzida procura

de transporte, nomeadamente, durante o período nocturno, fins de semana e feriados. Visa ainda o serviço especial de Pessoas com Mobilidade Reduzida e o serviço especial no centro do Funchal, denominado linha Eco.

Tendo em consideração que a nova filosofia de mobilidade e a sustentabilidade dos transportes públicos de passageiros, torna indispensável que se defina um novo padrão de cálculo da indemnização compensatória, que se adequa às novas tendências de transporte associadas a princípios da subsidiariedade, à melhoria das performances de gestão, à melhoria do serviço público orientado para a mobilidade dos cidadãos, a HF e Governo Regional da Madeira, através da Secretaria Regional do Turismo e Transportes, entidade que tutela a HF, devem orientar a política desta compensação de forma que se compatibilize com o aprovado pelo Decreto-Lei 167/2008 de 26 de Agosto.

A fórmula, como forma sintética de cálculo da contribuição para os operadores, baseia-se na estimativa prévia dos custos standards (teóricos) e da capacidade de contenção dos custos das empresas.

Afim de se poder organizar o serviço público de transporte de passageiros perante as novas exigências dos passageiros, a maior concorrência por parte da viatura ligeira, importa, no âmbito do princípio da subsidiariedade, estabelecer critérios e acções que concorram para a afirmação de novas políticas na Região Autónoma da Madeira.

Assim, estrategicamente, existe a necessidade de aprovar um modelo de indemnização compensatória mais justo e equilibrado que dote a HF de meios que contribuam para o seu equilíbrio económico e financeiro.

A gestão de risco de liquidez, tem por objectivo garantir que a empresa possua capacidade para obter atempadamente o financiamento necessário para poder levar a cabo as suas actividades e cumprir com as suas obrigações de pagamento.

O deficit de exploração da empresa faz com que a empresa recorra, cada vez mais, ao capital alheio para financiamento da sua actividade. A impossibilidade de efectuar compras a crédito, junto de alguns fornecedores, é um reflexo deste crescente endividamento e dificuldades de tesouraria. O nosso rácio de endividamento capital alheio/capitais totais é de 3,8.

O rácio de endividamento global, passivo total/activo total é igual a 79,16%, logo, evidência o grau de vulnerabilidade da HF.

Outro rácio que vem ao mesmo encontro é o de solvabilidade, capitais próprios/capitais alheios, pois possui um indicador muito baixo, 26,3%.

O rácio de liquidez geral, activo corrente/passivo corrente é de 1, no entanto se apurarmos este mesmo rácio sem existências, liquidez reduzida, passa para 92,3%, o que quer dizer que a HF não tem activos líquidos para fazer face aos seus compromissos de curto prazo.

Outro rácio, que demonstra o acima descrito é nosso indicador de prazo médio de pagamento que se situa nos 358 dias, sem incluir a compra de gasóleo, incluindo-o este passa para 180 dias.

Neste exercício minimizou o rácio de endividamento reavaliando os seus terrenos e edifícios.

## A OFERTA

A exemplo dos anos anteriores, a rede de exploração voltou a aumentar, neste exercício. A extensão da rede simples era, ao final do ano, de 198 km, mais 1 km do que no ano anterior.

O número máximo de viaturas empenhadas, no período de maior carga, foi de 129 unidades, no serviço regular das carreiras.

A lotação média, foi de 79 lugares.

A oferta, aferida pelo indicador de Lugares/Quilómetro Oferecidos, registou uma descida de 2,8%, em resultado da redução dos quilómetros úteis produzidos em 161 675 km, na consequência da tempestade que assolou a Ilha, no dia 20 de Fevereiro, reflectindo-se -se até o mês de Março e nos reajustamentos na oferta programada em função da baixa procura que se verificava em algumas viagens.

O decurso normal da actividade foi seriamente condicionado por uma anormal sequência de diversas tempestades que se abateram sobre a Madeira criando inevitáveis constrangimentos de ordem operacional no Funchal, com consequências negativas para qualidade do serviço ao cliente, nomeadamente:

- A 20 de Fevereiro a tempestade, obrigou que o serviço público fosse cancelado, em todas as carreiras. A rede ficou totalmente inoperacional. O serviço foi retomado só no dia 21, nalgumas carreira e numa dinâmica diária de reposição parcial de trajectos e horários adaptados e reajustados a toda a hora, até a reconstrução total da rede original da HF;
- A 21 de Outubro, a 25 de Novembro e a 20 de Dezembro novas tempestades provocaram o encerramento total da Avenida do Mar e em alguns casos noutras vias de circulação;

O número de viagens não realizadas sofreu um agravamento de 683,51 %, em relação ao ano anterior. Um total de 5 226 viagens não foi realizado, em consequência das viagens suprimidas pelos motivos acima referidos, bem como de viagens suprimidas por falta de passageiros ou por indisponibilidade da frota das Zonas Altas.

Foram realizadas 5 018 viagens com atraso, o que corresponde a mais 52,15 % em relação ao ano anterior.

Apurados os indicadores de Pontualidade e de Regularidade, verifica-se, porém, que ambos se situaram nos 99%.

A velocidade comercial, apurada com base nos registos SAE, foi:

## - Rede Geral,

16,8 km/h ao dia útil

17,7km/h ao Sábado

18,6km/h, ao Domingo

## - Rede das Zonas Altas,

13,0 km/h ao dia útil

12,9 km/h ao Sábado

12,6 km/h, ao Domingo;

O número total de quilómetros percorridos foi de 7 195 452 sendo 7 176 782 km no serviço regular de carreiras e os restantes 18 670 km em serviços ocasionais.

O quadro seguinte resume, comparativamente, os principais indicadores da oferta, no serviço regular das carreiras:

<b>Indicadores</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>	<b>Quant.</b>	<b>%</b>
Km Úteis	6 612 196	6 773 872	- 161 675	-2,4%
Km em Vazio	583 256	519 464	63 792	12,3%
Total/Km	7 195 452	7 293 336	- 97 884	-1,3%
% Km Vazios	8,11	7,10	1	14,2%
L.M.	79	79	0	0,0%
L.K.O.	522 363 519	537 402 638	-15 039 120	-2,8%
Viagens Realizadas	958 342	1 009 475	- 51 133	-5,1%
Velocidade Média	17,7	17,4	0	1,7%

A HF, e ou em conjugação com entidades regionais e privadas, durante o presente exercício implementou várias medidas, dentro da sua área de actuação e conforme abaixo descreve, de modo a contribuir para uma melhor mobilidade e para a sustentabilidade da nossa sociedade e de todos os que nos visitam:

#### Em Janeiro

- Procedeu-se à abertura de um novo balcão de vendas, junto ao Teleférico, onde podem ser adquiridos, para além dos títulos da HF, os títulos da nossa participada C. dos Carros de S. Gonçalo, bem como os títulos para o serviço da Carristur, empresa parceira da HF;
- Introduziu-se uma alteração no sistema tarifário, em que o cliente, que utiliza o título bilhete pré-comprado, após a validação da viagem, pode efectuar transbordo nas carreiras, da HF, sem descontar outra viagem, desde que o faça no espaço de uma hora;
- Entrou em exploração a II fase da Linha Verde, destacando-se as alterações de itinerários em 5 carreiras e as alterações ao horário em 45 carreiras;
- Aumento de oferta na Linha Verde;
- Cancelamento de duas carreiras;
- Deu-se início à entrada em exploração de 10 novas viaturas.

#### Em Fevereiro

- Iniciou-se a venda do “kit Turista”. A HF em conjunto com várias unidades hoteleiras do Funchal, efectuou protocolos, que visam a venda de um título pré-comprado personalizado para cada hotel onde os seus clientes pudessem adquirir títulos de 1, 3 e 5 dias junto das respectivas Recepções do hotel onde estão hospedados.

#### Em Março

- A carreira nº 93, sofreu alteração ao seu itinerário deixando de circular pela Penteadá. A carreira nº 90, deixou de circular pela Rua Professor Eleutério de Aguiar.

#### Em Maio

- Distribuiu-se material didáctico às escolas do Funchal sobre os transportes públicos.

#### Em Junho

- Deu-se início ao novo planeamento operacional que teve início a 01 de Janeiro de 2011.

#### Em Agosto

- Alterou-se o preço de venda do título, Bilhete de Bordo, passando o mesmo a custar 1,80 € em vez de 2,10 € não necessitando o cliente de devolver o suporte do bilhete vendido a bordo;
- A cobrança na rede Horários da Madrugada deixou de ter restrições na sua utilização, passando o serviço a ser igual ao praticado na rede da HF;
- Disponibilizou-se um novo título de transporte o Passe Social Anual;

#### Em Setembro

- Disponibilizou-se, na semana da mobilidade, o serviço de transporte de bicicletas.

#### Em Outubro

- Recepcionou-se 3 quiosques multimédia de uso externo e preparou-se a informação a ser disponibilizada aos clientes;
- Iniciou-se a elaboração dos protocolos junto de quatro parques de estacionamento bem como o planeamento do serviço Mobi Parque para dar início no ano de 2011;
- Preparou-se uma campanha na Universidade da Madeira inspirada no projecto AD Personam.

#### Em Dezembro

- Passou a identificar-se, nos validadores instalados nos autocarros, os clientes portadores dos títulos de transporte Criança, Sénior e Reformado Pensionista, através de diferentes sons com vista a prevenir a fraude;

## **A PROCURA**

### **Carreiras regulares**

O número de passageiros transportados, 25 125 952 passageiros, tem vindo a descer. A HF previa no seu orçamento de 2010, uma descida de 1%, relativamente ao ano anterior. Na realidade veio a verificar-se uma descida de 4,3%.

As principais causas da descida na procura, do serviço de transporte foram as seguintes:

- A subida do número de famílias que possui automóvel. “A Madeira tem um carro para 2,7 habitantes”, dados do observatório Cetelem;
- O automóvel é uma prioridade para a maioria dos jovens;

- Facilidades no crédito automóvel e a modalidade de prestações suaves têm vindo a cativar novos compradores;
- A imagem e o preconceito em relação ao transporte público e o sentimento de que o autocarro existe para os outros. Para muitos o automóvel representa a liberdade individual, a rapidez, o conforto, a mobilidade e o status;
- A subida do custo de vida que, particularmente, nas famílias com menos disponibilidade financeira implica uma economia nas necessidades de deslocação;
- A diminuição da população “estudante” e a dispersão do parque escolar pelo Concelho;
- O acesso ao passe Estudante em que o aluno só beneficia de comparticipação, da S. R. Educação, se residir a uma distância superior a 2 km do estabelecimento de ensino;
- A expansão da rede viária, que trouxe melhores condições de circulação, ganhando atractividade também para o automóvel particular;
- A taxa bruta de natalidade que em 1999 era de 13,5% e em 2009 desceu para 9,6%. No mesmo período, o índice de envelhecimento aumentou de 66,4 para 74,5;
- O aumento do desemprego, associado á crise económica actual;
- A retração no movimento de turistas, particularmente pelos efeitos provocados pelo mau tempo na Madeira;
- A descida do número de residentes no Concelho do Funchal, que de acordo com os últimos dados divulgados pela DREM, era, em 31 de Dezembro de 2009, de 97 793 habitantes. Em 2005, a população era, segundo a mesma fonte, de 100 331 habitantes. Verifica-se uma deslocação da população para os Concelhos vizinhos, Câmara de Lobos que passou de 33 406 para 36 279 habitantes e Santa Cruz de 27 763 para 38 269 habitantes.

Breve análise à venda de títulos de transporte:

- B. Bordo, desce 3 %, menos 18 660 nos passageiros transportados e - 9,3 % na receita;
- Pré-comprados, baixa em 9,3 %, menos 422 213 nos passageiros transportados mas com um aumento de 0,7 % na receita, por via da actualização do tarifário;
- Bilhetes entre datas, subida de 7,8%, menos 17 688 passageiros transportados e aumento de 5,9% nas receitas.
- Passes, desce em 2,9 %, menos 656 132 nos passageiros transportados e menos 1,4 % em receitas.

Analisando, com mais detalhe, a venda de títulos de transporte verifica-se:

Títulos Passe

Descidas:

- Passe Social mensal, menos 4,6 %;
- Passe Social Pensionista, menos 9,3 %;
- Passe Estudante, menos 6,5 %;
- Passe Férias Estudante, menos 13,2 %;
- Passe Social Sénior, menos 0,1 %;

## Subidas:

- Passe Criança, mais 0,6 %.
- Passe Combinado, mais 1,4 %.
- Passe Social 15 dias, mais 74,9 %.
- Passe Social 30 dias, mais 84,8 %.
- Passe Social anual, 103 unidades.

Este último título não é comparável com o ano anterior, atendendo que foi um título vendido, neste exercício, pela primeira vez.

Desta análise, há que referir que pelo menos em cada novo título introduzido no nosso sistema de venda, tem normalmente, consequência na venda de outros títulos, é o caso dos Passes Sociais de 15, 30 e 1 ano.

## No título Bilhete Pré-comprado

- Adulto, menos 9,3%
- Criança, menos 20,4%

No Bilhete de Bordo, descida de 3 %

A taxa de ocupação foi de 17,12 %.

O quadro seguinte resume os principais indicadores de procura, no serviço regular das carreiras:

Indicadores	2009	2010	Variação	
			Quant.	%
P.T.	26 269 670	25 125 952	-1 143 718	-4,35
P.M.	3,560	3,560	0	0,00
P.K.T.	93 520 026	89 448 388	-4 071 638	-4,35
T.O. (%)	17,40	17,12	0	-1,61
B.T.M.	0,15	0,15	0,00	0,00

**Serviço PMR:**

Serviço por chamada 12 299 passageiros

Outros Serviços (Aluguer) 1 456 passageiros

**Serviço Autocarros eléctrico**

Linha Eco (serviço gratuito) 108 844 passageiros

## Serviço Horários da Madrugada

A produção de Km desceu 55,5%. O principal motivo vai para o reajustamento no horário, em virtude da baixa procura deste serviço.

## Serviço para pessoas com Mobilidade reduzida

Lançado no mês de Fevereiro 2005, este serviço, para pessoas com fortes limitações de acesso ao serviço regular de carreiras, cumpriu o seu sexto ano de actividade. O número de inscritos aumentou, principalmente, por parte de pessoas doentes, com dificuldade de locomoção e frequentadores de Lares de 3ª Idade, em particular o Centro de dia da Penteadá, que foi o principal destino com 1 590 viagens/ano.

O quadro seguinte resume os principais indicadores neste serviço:

INDICADORES	2010	2009	Variação	
			Quant.	%
<b>Total de PT</b>	12 299	10 094	2 205	22%
<b>C. de Rodas</b>	1 657	1 537	120	8%
<b>Sem C. de Rodas</b>	10 045	8 080	1 965	24%
<b>Acompanhantes</b>				
<b>Adultos</b>	577	460	117	25%
<b>Crianças</b>	20	17	3	18%
<b>(a) Km</b>	78 509	74 521	3 988	5%
<b>(a) Receita directa (€)</b>	25.839,08 €	24.183,25 €	1 656	7%
<b>Total de Inscritos</b>	186	144	42	29%
<b>Inscritos, usando C. Rodas</b>	95	88	7	8%

(a) inclui alugueres

## Rede de paragens

Foram executados os necessários trabalhos de manutenção na rede de paragens. Um serviço de execução simples mas, importante na preservação da imagem da empresa e essencial para a correcta percepção e identificação dos pontos de acesso ao serviço, por parte dos motoristas e dos clientes.

## Atendimento a clientes

O serviço de atendimento a clientes no início do ano, sofreu uma forte pressão, no Balcão do Anadia, em consequência da caducidade da validade do cartão giro. Logo a seguir, em consequência da tempestade aquele balcão fecha, bem como os postos de Avenida do Mar.

A 24 de Fevereiro foram instalados, provisoriamente, dois pontos de venda e atendimento a clientes, um na Av. Santiago Menor e outro no terminal Ilma. Só a 20 de Maio foi reaberto o Balcão do Anadia.

Só foi possível ultrapassar, com eficiência, a força de vendas, no final do mês de Fevereiro e seguintes, até a normalização dos serviços, graças aos postos de venda exteriores, CTT e PayShop.

Com a excepção do acima referido, o serviço de atendimento a clientes, incluindo informação e vendas, decorreu dentro da normalidade.

Vendas por locais, com IVA incluído e percentagem dos mesmos sobre o total de vendas:

Postos de vendas	2010		2009		Variação
	Valor	% valor	Valor	% valor	
Balcões assistidos pela HF:					
Anadia	1.782.484	12%	3.339.942	24%	-34%
Marina	437.095	3%			
Pinga	1.167.146	8%	612.264	4%	91%
Sede	778.325	5%	314.103	2%	148%
Teleférico	160.802	1%			100%
Máquinas de Venda Automática:					
Anadia	536.834	4%	766.908	5%	-30%
Baião	476.100	3%	650.358	5%	-27%
Hospital	194.452	1%	173.547	1%	12%
Loja do Cidadão	238.328	2%	274.626	2%	-13%
Marina	478.614	3%	609.557	4%	-21%
Teleferico	201.794	1%	199.231	1%	1%
Locais Externos:					
Payshop/CTT	7.219.738	48%	6.022.517	43%	20%
Escolas	1.313.594	9%	1.142.395	8%	15%

Os balcões do Anadia estiveram fechados cerca de 3 meses e um dos postos foi transferido para a Av. do Mar junto ao Teleférico.

A rede de vendas de títulos, registou 1.648.521 transacções, representa o número de clientes atendidos, sendo 23% nas máquinas de venda automática, 24% nos restantes postos de atendimento HF e 53% nos postos externos.

Comissões de venda - Foram pagas comissões pela venda directa de títulos o montante de 190.136,00 euros e pela via indirecta, serviços bancários, 1.393,00 euros

Comissões recebidas - 31.483,00 euros.

## Fiscalização

Foram fiscalizadas 38 537 viagens, o que corresponde a 4 % do total das viagens realizadas.

O total de passageiros fiscalizados foi de 620 866, o que representa 2,5 % do total dos passageiros transportados.

Foram detectados 230 infracções, representando uma descida de 10,5 %

Tipo de fraude mais frequente:

- Passageiro com idade superior a 12 anos a utilizar título de criança, com 119 infracções (51%);
- Passageiro com bilhete não validado, com 64 infracções (14%);
- Passageiro com passe viciado, com 16 infracções (7%);
- Passageiro sem título de transporte, com 15 infracções (6%).

## ACTIVIDADE OFICINAL

### FROTA

A HF terminou o ano com 180 autocarros, sendo 163 para o serviço normal de carreiras, 10 para o serviço especial das zonas altas, 3 para o serviço especial de transporte de pessoas com mobilidade reduzida (PMR) e 4 para o serviço da linha ECO, ficando assim distribuídos pelas seguintes marcas:

Marca	Viaturas	%
Volvo	130	72,2%
Daf	33	18,3%
Mercedes	6	3,3%
Gulliver	4	2,2%
Scania	4	2,2%
VW	2	1,1%
Toyota	1	0,6%
<b>TOTAL</b>	<b>180</b>	<b>100,0%</b>

A Idade Média das viaturas é a seguinte:

- Serviço normal de transporte de passageiros – 15,5 anos;
- Serviço de transporte especial de mobilidade reduzida (PMR) – 5,7 anos;
- Serviço da linha ECO – 4 anos.

### SERVIÇO OFICINAL

As oficinas HF asseguram a manutenção das frotas HF e SG.

- Reparações gerais e de soalhos

Foram efectuadas 9 reparações gerais, tendo 2 iniciado em 2009 e concluído em 2010, as restantes 7 iniciaram e concluíram em 2010. Foram ainda efectuadas 2 reparações de soalhos em viaturas do serviço urbano.

- Manutenção preventiva

A fim de serem prevenidas futuras avarias, a HF tem um plano anual para a realização das revisões periódicas em todas as viaturas da frota HF e SG;

Foram efectuadas 744 revisões nas viaturas da HF, menos 36 que no ano anterior;

- Inspeções periódicas

Foram realizadas 351 inspeções periódicas às viaturas da HF;

- Custo/km

O custo quilómetro total por viatura, manutenção e combustíveis foi de 0.87€ o qual houve um acréscimo de 0.09€ em relação ao ano transacto, sendo o gasóleo o principal responsável com 18%.

## COMBUSTÍVEL

Houve um ligeiro aumento da média de consumo de combustível, para o serviço normal de transporte de passageiros, 64,56 L/100Km em 2010 e 64,13 L/100Km em 2009 e para o serviço especial de mobilidade reduzida (PMR), 16,07 L/100Km em 2010 e 15,86 L/100Km.

A quantidade de gasóleo consumido, em relação ao ano anterior, desceu cerca de 39 mil litros.

O custo com o consumo de 4.679 mil litros de gasóleo, com viaturas afectas ao serviço de transporte público, foi de 4.062 mil euros, mais 588 mil euros que o ano anterior. Atendendo que foram percorridos 7.195 mil km em exploração e transportou-se 25.126 mil passageiros, o custo do gasóleo representou 0,56 euros por quilómetro produzido e 0.16 euros por passageiro transportado. No ano anterior foi de 0.48 euros por quilómetro e 0.13 euros por passageiro transportado.

## CUSTO DAS OBRAS

O custo com as obras no presente exercício foi de 5.924 mil euros, sendo 2.102 mil euros em artigos de armazém aplicados, 3.283 mil euros em mão-de-obra e 538 mil euros com serviços e fornecimentos externos.

Foram utilizadas 178.013 horas nas reparações internas, representando menos 8.086 horas que em igual período do ano anterior. Em reparações para o exterior foram aplicadas 34.105 horas, mais 4.867 que no ano anterior.

Os montantes acima referidos estão distribuídos pelos seguintes tipos de obras:

OBRAS	2010	2009	Varição
Viaturas HF	3.033.668	3.162.578	-128.910
Viaturas externas a HF	1.261.469	1.209.281	52.188
Fabrico recuperação de peças	306.440	432.615	-126.175
Reconstruções de viaturas HF	497.992	681.814	-183.822
Viaturas sinistradas	107.107	74.467	32.639
Instalações e equipamentos da HF	695.553	890.409	-194.856
Tempos mortos (oficina)	21.327	124.646	-103.318
<b>TOTAL</b>	<b>5.923.557</b>	<b>6.575.811</b>	<b>-652.254</b>

Nas obras para o exterior, é a nossa associada SG, que tem maior representatividade nos nossos serviços, 92,7%, a nossa parceira Carristur, 2,4%, e os restantes clientes 4,9%. No ano anterior foi de 94,8%, 3,6% e 1,6% respectivamente.

## **APROVISIONAMENTOS**

O volume de compras para inventários no ano 2010 foi no montante de 7.152 mil euros mais 345 mil euros do que no ano anterior. Esta variação justifica-se da seguinte forma:

- Um aumento nas aquisições de gasóleo em 697 mil euros;
- Uma redução nas aquisição dos restantes bens em 352 mil euros.

As existências em armazém a 31 de Dezembro são no montante de 1.285 mil euros, inferior ao ano anterior em 84 mil euros.

Das existências em armazém o montante de 13 mil euros encontrava-se em poder de terceiros, Payshop e CTT, nossos agentes de vendas de títulos, referente a suporte de bilhetes electrónicos.

Para cumprir na íntegra os compromissos assumidos na área de Exploração e atendendo à política da HF – “ter sempre a frota disponível para o serviço, com a garantia de máxima segurança, qualidade e apresentação” - é necessário que as intervenções na área da manutenção sejam rápidas, eficientes e com o mínimo de tempo de paralisação das viaturas. Por este motivo e por estarem longe dos grandes centros de fornecimentos de peças, o armazém para satisfazer as necessidades exigidas pela Oficina, de forma a cumprir com o acima exposto, tem necessidade de ter um Stock de artigos superior devido à insularidade, quando comparado com as suas congéneres continentais.

Assim no Stock encontram-se artigos de substituição com “ baixa rotação “ mas não obsoletos, de imprevisível data de utilização.

Neste exercício a HF, tal qual no ano anterior, utilizando o princípio da prudência, efectuou ajustamentos nas suas existências para cobrir a eventual perda de valor de mercado. O montante registado em perda de imparidade é de 150 mil euros.

## **RECURSOS HUMANOS**

O número de trabalhadores ao serviço é de 540, em 31 de Dezembro de 2009 era de 541, com uma taxa de contratados a termo de 3,89%.

Durante o ano de 2010 foram admitidos 13 Motoristas de Viaturas de Pesados de Passageiros.

Registaram-se 14 Saídas. Por categorias profissionais: Motoristas 6, Oficinas 4, Fiscal 1, Administrativo 1, Controlador Bilheteiro 1 e Chefe Praça 1.

Por causas: 2 da iniciativa do trabalhador, 3 Falecimento, 8 por reforma e 1 caducidade de contrato.

A taxa de absentismo na HF, é de 3,69%, em 2009 foi de 3,39%.

A taxa de Trabalho Extraordinário de 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2010, é de 10,8% e em 2009 foi de 10,1%.

Qualificar os recursos humanos a fim de melhorar o seu desempenho e garantir a eficácia dos resultados obtidos pelos serviços, constituiu, uma vez mais, no ano de 2010, objectivo estratégico prioritário para a HF.

Perante as novas competências que nos vão sendo confiadas e, dado o importante papel que nos está reconhecido, a HF teve de prosseguir, e mesmo reforçar, nalgumas áreas a sua política de formação, ciente de que, deste modo, estava a contribuir para minimizar tais dificuldades e para manter a prestação de um serviço de qualidade no cumprimento das suas atribuições.

A valorização dos recursos humanos capacitando-os para um melhor desempenho de funções e, por outro lado, numa perspectiva mais abrangente da transmissão do conhecimento, como é a que vem sendo prosseguida e incentivada, favorecendo a polivalência e, deste modo, uma maior adaptabilidade por parte dos trabalhadores a novas e variadas funções, tem-se revelado factor determinante na obtenção dos melhores resultados e constituído linha orientadora da política de gestão de pessoal.

O Plano de Formação de 2010 elaborado em consonância com os objectivos estratégicos traçados teve um conjunto de acções de formação que foram enquadradas do seguinte modo:

- **Formação inicial** - Destinada a Motoristas de Transporte de Viaturas Pesadas de Passageiros em início de carreira. Pretende-se habilitar os formandos com conhecimentos, técnicas e atitudes indispensáveis ao exercício da função, em início de carreira, 12 formandos, com um total de 2.208 horas de formação
- **Formação contínua** - Destinada aos trabalhadores em pleno exercício de funções nas respectivas áreas, visando assegurar-lhes uma formação adequada numa óptica de aperfeiçoamento e de especialização profissional. Esta formação incidiu na área da Exploração com 89 formandos – Curso Prevenção Acidentes e Técnicas de Condução.
- **Formação transversal** - A especificidade desta formação nas suas diferentes áreas, teve como objectivo atingir maiores níveis de eficiência e eficácia, implicando o domínio de um conjunto de conhecimentos transversais a todas as áreas, contribuindo de forma decisiva para o enriquecimento profissional e até pessoal dos trabalhadores que nelas participaram. Inserem-se neste âmbito as tecnologias de informação e temas relacionados com a área comportamental e de gestão.

Concretizaram-se 25 acções de formação, no exterior, e na própria empresa, em que participaram 165 formandos.

Realizaram-se 79 exames médicos periódicos, 1.209 exames médicos ocasionais e 23 exames de admissão.

Em 2010, registaram-se 32 ocorrências, das quais 19 tiveram situação de baixa, verificando-se 1.244 dias de baixa. No ano de 2009, houve 21 ocorrências, com 11 situações de baixa.

Foram efectuados em 2010, 4.101 alcooltestes, tendo-se verificado 3 testes positivos, dos quais 1 na área de exploração e 2 na área de produção.

## PLANEAMENTO

O GEP desenvolveu, em 2010, actividades em diversas áreas de intervenção.

Os projectos Europeus em implementação são actualmente os seguintes:

- Civitas Mimosa - 7th European Framework program;
- Ad Personam - Energy intelligent Europe;
- Intervir + - Programa Operacional de Valorização do Potencial Económico e Coesão Territorial da RAM;
- Hibrimac - Projecto Interreg MAC zone

Os projectos europeus em curso no domínio da mobilidade urbana do Funchal têm na Horários do Funchal o seu principal promotor. Estes constituem mecanismos indispensáveis para financiar medidas inovadoras na área dos transportes, que garantam a sustentabilidade do sector e que permitam a convergência da Região com os exigentes parâmetros europeus no que a este domínio diz respeito.

As actividades de comunicação que suportaram a implementação dos projectos europeus foram variadas e foram desenvolvidas pontualmente ao longo de todo o ano

O Civitas Mimosa constituiu o projecto âncora do Gabinete de Estudos e Planeamento, ocupando sensivelmente 70% do tempo útil dispendido. Pese embora as medidas que estão actualmente em estágios evolutivos distintos, interessa notar que, no decurso de 2010, algumas das medidas entraram na fase de implementação, encontrando-se as outras numa fase de transição entre o planeamento de base e a demonstração efectiva. Entre estas últimas, destaque-se a implementação da Linha Verde no dia 17 de Janeiro e o transporte de bicicletas em autocarro, lançado no âmbito da Semana da Mobilidade de 2010 a 17 de Setembro.

O projecto Ad Personam, dirigido a cidades de pequena e média dimensão, pretendeu persuadir os cidadãos a substituir o carro pelo autocarro nas suas deslocações casa - trabalho e vice-versa e avaliar o impacto de campanhas de marketing directo. Este projecto culminou com uma visita técnica em Outubro de 2010, na qual assistiram autoridades locais e do Continente Português,

o projecto teve em 2010 a sua fase decisiva de avaliação, que incluiu a aplicação de uma amostra representativa de 224 participantes do projecto Ad Personam, 1.317 clientes e 1.508 não - clientes. Isto representa, portanto, um importante processo de auscultação pública levado a cabo no âmbito da mobilidade, abrangendo uma amostra de sensivelmente 3.000 cidadãos o que permitiu à Horários do Funchal obter um co-financiamento comunitário para manter actualizados os indicadores de satisfação da população com o serviço prestado pelo Operador de Transportes Públicos.

Em 2010, foram adjudicadas 5 viaturas de média dimensão, que apenas serão recebidas em 2011 e vão se utilizadas num serviço a pedido, serviço nas horas mortas e nas carreiras com menor procura, melhorando a eficiência do transporte público local, reduzindo os consumos e a emissão de poluentes e consequentemente obtendo um melhor rácio entre os passageiros transportados e uma mitigação do impacte ambiental e energético do serviço disponibilizado.

O Projecto Mobilidade Inovadora e Sustentável no Funchal tem também contribuído para a prossecução de estratégias de comunicação necessárias ao sucesso das medidas CIVITAS, sobretudo do Kit Turista, e as actividades de avaliação consequentes, as quais permitirão aferir da eficácia, eficiência e sustentabilidade das mesmas.

O Hibrimac constitui um projecto patrocinado sob os auspícios do programa Interreg e pretende introduzir, em contexto regional, novas tecnologias para os transportes públicos que aumentem e potenciem a eficiência económica e energética do sector em regiões insulares ultra-periféricas.

A calendarização e o objecto do próprio projecto foram objecto de reprogramação durante 2010, na sequência dos estudos efectuados sobre a viabilidade da implementação de viaturas pesadas híbridas no Funchal, tendo os mesmos apontados para a solução de adquirir componentes e baterias para os mini - autocarros eléctricos da Horários do Funchal, encontra-se ainda à espera de aprovação da reprogramação.

## **AMBIENTE**

A HF está firmemente comprometida com a conservação e protecção ambiental, desenvolvendo um esforço para minimizar os impactes decorrentes da sua actividade, quer a nível de emissões de poluentes, quer a nível de consumos de recursos naturais.

A nossa politica ambiental passa por:

- Apoiar e respeitar os requisitos da actual legislação;
- Operar e manter as viaturas da empresa tendo em conta questões ambientais;
- Definir e planear os serviços de forma a minimizar os consumos energéticos sem que este afecte o produto final;
- Adopção de tecnologias menos poluentes, nomeadamente nos sistemas de propulsão das viaturas sempre que exista uma alternativa viável;

- Minimizar a produção de resíduos, através da redução e de um processo de recolha que permita a reciclagem da maior parte dos resíduos produzidos;
- Minimizar os consumos de electricidade e de água nos edifícios e nos processos de manutenção, nomeadamente na lavagem das viaturas.

Diminuir o impacto decorrente do nosso negócio e melhorar o desempenho ambiental faz parte da cultura e estratégia da HF.

## **ECONOMIA E FINANÇAS**

O resultado líquido (próprio) é negativo em 3.747.265,15 euros, isto é antes da aplicação do método da equivalência patrimonial.

O resultado líquido negativo de 4.296.501,88 euros, apresentado nas demonstrações financeiras, resulta da aplicação do método da equivalência patrimonial para valorização dos investimentos financeiros/participações de capital da SG, no montante do resultado líquido negativo de 549.236,73 euros.

A tributação em Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) é no montante estimado de 9.117,74 euros. Os impostos diferidos passivos totalizaram 135.564,16 euros. O IRC registado, nas demonstrações financeiras, é no valor de 126.446,42 e a pagar é estimado em 7.002,51 euros.

O resultado líquido do exercício é negativo, sendo superior ao do exercício anterior em 3.283.056,55 euros.

As rubricas que mais contribuíram para a redução do resultado negativo foram as seguintes:

### **Nos custos e gastos:**

#### **- Reduções:**

- Nos gastos de depreciação e amortizações em 122 mil euros;
- Nos outros gastos e perdas (registra-se valores de natureza não frequente) releva-se 197 mil euros pelo facto de em 2009 decorrente da parceria com a Carristur e de 31 mil euros referente anulação de um subsidio á formação;
- Nos gastos financiamento, os juros e despesas bancárias em 92 mil euros.

#### **- Aumentos:**

- No custo das mercadorias vendidas e consumidas 96 mil euros. O custo do gasóleo subiu em 697 mil euros, no entanto os restantes custos desta rubrica baixam em 601 mil euros;
- Nos custos com o pessoal em 50 mil euros,

- Nas restantes rubricas nada de relevo a registar embora releve-se os gastos com o pessoal, serviços de limpeza, seguros e as comissões de venda.

### Nos rendimentos e ganhos:

#### - Reduções:

- Nas vendas e prestações de serviço em 171 mil euros;
- Nos subsídios à exploração em 369 mil euros;
- Nos trabalhos para a própria empresa em 587 mil euros, sendo 310 mil euros de reconstruções e recuperação de peças e 233 mil euros de reparação de órgãos de viaturas;
- Nos ganhos e perdas em investimentos financeiros 1.114 mil euros referentes aos dividendos da Teleféricos da Madeira, em 200 mil euros e pela aplicação do método da equivalência patrimonial da SG que em 2009 foi positivo em 362 mil euros e neste exercício negativo em 549 mil euros;
- Nos outros rendimentos e ganhos em 1.299 mil euros sendo em serviços prestados (nomeadamente publicidade, parque estacionamento e serviços para terceiros), subsídios ao investimento (refere-se essencialmente ao sistema de Bilhética e apoio à exploração) e ao subsídio extraordinário atribuído pelo Governo Regional da Madeira em 2009 e inexistente em 2010;

## PRINCIPAIS INDICADORES FINANCEIROS

DESCRIÇÃO	2010	2009	Varição
Activo não corrente	33.522.686	15.066.225	122,50 %
Activo corrente	14.398.432	14.953.597	-3,71 %
Diferimentos activos	267.344	47.683	460,67 %
Caixa e depósitos bancários	754.886	1.249.800	-39,60 %
Total do activo	47.921.118	30.019.822	59,63 %
Capital realizado	16.500.000	16.500.000	0,00 %
Capital próprio	9.983.302	-2.037.749	589,92 %
Diferimentos passivos	482.586	534.030	-9,63 %
Passivo	37.937.816	32.057.571	18,34 %
Vendas Prestações de serviços	13.690.675	13.861.846	-1,23 %
Resultados operacionais	-3.665.529	-390.043	-839,78 %
Resultados antes de impostos	-4.422.948	-1.185.420	-273,11 %
Imposto s/ o rend. do exercício	126.446	171.974	-26,47 %
Resultado líquido do exercício	-4.296.502	-1.013.445	-323,95 %

## **INVESTIMENTO**

O montante total investido pela HF ascendeu a 1.972 mil euros, deste valor destaca-se o montante de 973 mil euros na aquisição de 5 viaturas para o serviço de transporte de passageiros, de 691 mil euros em trabalhos para a própria empresa e 251 mil para os projectos subsidiados por Fundos Comunitários.

### **Activos Fixos Tangíveis / Contingentes.**

A Horários do Funchal tem registado no seu activo um Edifício/ Terreno (parque de estacionamento), localizado na freguesia de Santo António concelho do Funchal, pelo valor histórico de aquisição de 277 mil euros, amortizações acumuladas de 111 mil euros e líquido contabilístico de 166.315.34 euros, e outro Edifício, junto àquele, cujo valor líquido contabilístico é de 220 mil euros não tendo sido efectuada qualquer amortização até a data, ou seja de igual valor líquido contabilístico.

Em 23/02/2004 o Governo Regional da Madeira – Secretaria Regional do Equipamento Social e Transportes, conforme carta dirigida à HF, solicitou a disponibilização dos referidos bens para serem afectos à construção do Centro Cívico de Santo António, não indicando qual seria a forma de compensação.

Após tal decisão, a HF procedeu à sua avaliação, tendo sido atribuído o montante global de 1.105 mil euros.

A HF tendo conhecimento que em 2011 esta situação seria regularizada, procedeu à transferência, do 1º edifício descrito, para activos detidos para venda pelo seu valor líquido contabilístico e o 2º edifício manteve-o em propriedades de investimento.

## **FINANCIAMENTO**

Para fazer face aos investimentos do exercício e cobrir necessidades de tesouraria a HF recorreu a um financiamento de médio o longo prazo no montante de 4.000.000,00 euros a ser liquidado aquando do pagamento da Indemnização Compensatória do presente exercício, por parte do Governo Regional da Madeira e a outro de curto prazo no valor de 600.000,00 euros com autorização de penhora do terreno anexo ao edifício principal da HF.

Prorrogou a data de vencimento do empréstimo de 4.000.000.00 euros respeitante ao adiantamento da Indemnização compensatória do ano de 2009, por mais um ano.

Para o investimento na aquisição de 5 autocarros recorreu a um financiamento em sistema de Leasing no montante de 972.500.00 euros.

## **PERSPECTIVAS FUTURAS**

Regularização de dois prédios, constantes no imobilizado da H.F, ao Governo Regional da Madeira - Secretaria Regional do Equipamento Social e Transportes, para a construção do Centro Cívico de Santo António.

Cumprir com as medidas impostas pelo Governo às empresas públicas e equiparadas, medidas severas na contenção de custos e de endividamento.

A HF vai desenvolver a sua actividade focando a sua gestão na redução dos custos em geral, principalmente nos operacionais, ajustando a oferta à procura, evitando grandes impactos junto dos seus clientes.

O não cumprimento dos prazos de pagamento do sector público, tem como consequência a necessidade de recorrer a financiamentos bancários, elevando assim os seus custos e agravando as dificuldades financeiras da HF.

## **RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO**

A Administração é responsável pela elaboração das Contas do exercício, anexas a este relatório, as quais fornecem uma justa e apropriada imagem da situação do negócio e da actividade da empresa.

Na preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com a legislação em vigor, foram utilizadas políticas e critérios contabilísticos apropriados.

As Contas e os procedimentos de controlo interno foram revistos pelos auditores externos e revelam-se isentas de distorções relevantes.

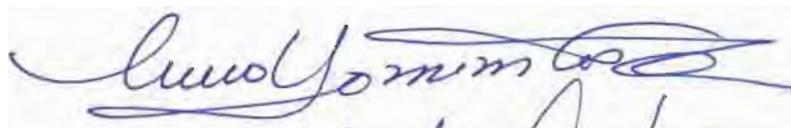
## PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

De acordo com a Lei e os Estatutos, cabe ao Conselho de Administração apresentar à Assembleia-Geral uma proposta de aplicação dos resultados da HF.

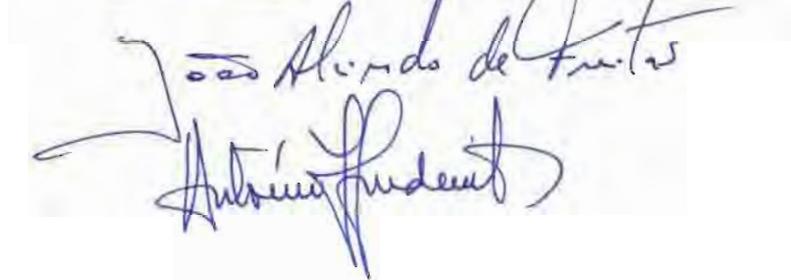
Nestas circunstâncias, o Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício, negativo em 4.296.501,88 euros seja transferido para a Conta de Resultados Transitados.

Funchal, 27 de Julho de 2011

O Conselho de Administração



António Furtado



João Almeida de Freitas

## **Contas do Exercício**

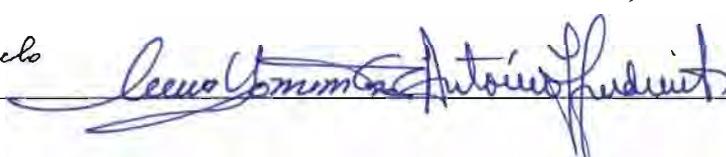
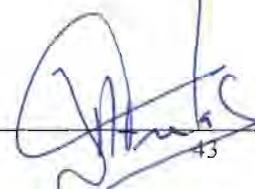
**BALANÇO**

Rubricas	Notas	2010	2009
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Activos fixos tangíveis	5 e 6	30.941.866,65	11.832.730,68
Propriedades de investimento	7	219.504,75	219.504,75
Activos intangíveis		0,39	0,11
Participações financeiras - Método Equivalência Patrimonial	8	2.218.400,83	2.870.423,06
Participações financeiras - outros métodos	9	107.893,29	109.005,03
Accionistas / Sócios		0,00	0,00
Outros activos financeiros	11	35.020,39	34.561,58
Activos por impostos diferidos		0,00	0,00
		<b>33.522.686,30</b>	<b>15.066.225,21</b>
<b>Activo corrente</b>			
Inventários	13	1.230.778,40	1.259.542,70
Clientes	14	620.694,04	680.291,92
Adiantamentos a fornecedores		177,09	69,90
Estado e outros entes publicos	15	356.548,02	207.673,98
Accionistas / sócios		2.150,32	2.150,32
Outras contas a receber	16	10.995.342,18	11.500.293,18
Diferimentos	17	267.343,64	47.682,63
Activos financeiros detidos para negociação	10	4.196,22	6.092,45
Outros activos financeiros		0,00	0,00
Activos não correntes detidos para venda	18	166.315,34	0,00
Caixa e depósitos bancários	4	754.886,32	1.249.799,56
		<b>14.398.431,57</b>	<b>14.953.596,64</b>
<b>Total do ACTIVO</b>		<b>47.921.117,87</b>	<b>30.019.821,85</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO PASSIVO</b>			
<b>Capital Próprio</b>			
Capital realizado	19	16.500.000,00	16.500.000,00
Reservas legais	20	44.725,19	44.725,19
Outras reservas	21	139.663,87	139.663,89
Resultados transitados	22	-21.154.055,81	-20.029.687,45
Ajustamentos em activos financeiros	23	-150.087,66	-47.302,16
Excedentes de revalorização	12 e 24	18.455.837,29	1.592.504,81
Outras variações no capital próprio	5,12 e 25	443.720,51	775.792,30
Resultado líquido do periodo		<b>-4.296.501,88</b>	<b>-1.013.445,33</b>
Interesses minoritários			
<b>Total do Capital Próprio</b>		<b>9.983.301,51</b>	<b>-2.037.748,75</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões	26	0,00	8.564,58
Financiamentos obtidos	27	14.602.216,25	12.429.366,34
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		0,00	0,00
Passivos por impostos diferidos	4,24 e 25	4.065.184,04	189.384,87
Outras contas a pagar		0,00	0,00
		<b>18.667.400,29</b>	<b>12.627.315,79</b>
<b>Passivo Corrente</b>			
Fornecedores	29	2.346.774,34	2.551.882,51
Adiantamento de clientes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	15	308.668,01	312.235,57
Accionistas / Sócios		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	27	13.571.994,17	13.833.792,99
Outras contas a pagar	28	2.560.393,61	2.198.313,60
Diferimentos	17	482.585,94	534.030,14
		<b>19.270.416,07</b>	<b>19.430.254,81</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>37.937.816,36</b>	<b>32.057.570,60</b>
<b>Total do Capital Próprio e do Passivo</b>		<b>47.921.117,87</b>	<b>30.019.821,85</b>

O Técnico de Contas



A Administração

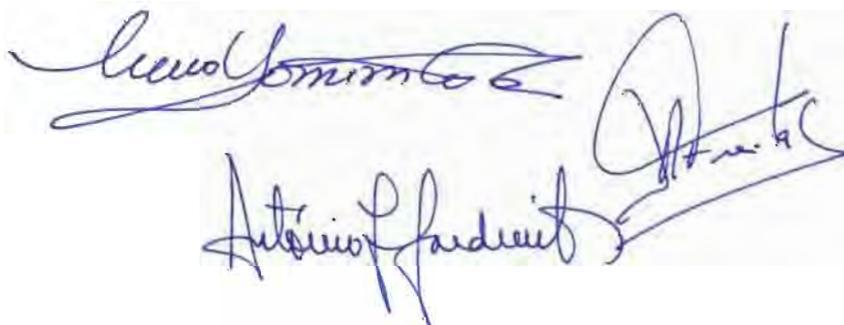
## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2010	2009
Vendas e serviços prestados	30	13.690.674,81	13.861.846,25
Subsídios à exploração	31	3.436.087,65	3.805.237,98
Ganhos/Perdas imp. Subs., assoc. e emp. conjuntos	32	-399.236,73	714.808,88
Variação nos inventários da produção	33	41.182,26	-6.932,60
Trabalhos para a própria entidade	34	1.209.878,11	1.796.804,74
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	35	-7.599.857,94	-7.503.955,90
Fornecimentos e serviços externos	5 e 36	-2.238.857,93	-2.145.772,55
Gastos com pessoal	37	-11.934.390,01	-11.884.192,81
Imparidades de inventários (perdas/reversões)	13	15.285,22	-7.293,55
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	14 e 16	-18.432,57	-117.179,36
Provisões (aumentos/reduções)	26	8.564,58	32.004,34
Imp. de invest. não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	9	-1.111,74	-1.860,76
Aumentos/Reduções de justo valor	10 e 11	-1.437,42	2.742,79
Outros rendimentos e ganhos	38	3.945.824,82	5.244.367,32
Outros gastos e perdas	39	-142.570,78	-381.594,94
<b>Resultado antes de dep., gastos de finan. e impostos</b>		<b>11.602,33</b>	<b>3.409.029,83</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5 e 40	-3.677.131,27	-3.799.072,37
Imp. de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
<b>Resultado Operacional (antes de gastos de finan. e impostos)</b>		<b>-3.665.528,94</b>	<b>-390.042,54</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	41	-757.419,36	-795.377,28
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>-4.422.948,30</b>	<b>-1.185.419,82</b>
Imposto sobre rendimento do período	12	126.446,42	171.974,49
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>-4.296.501,88</b>	<b>-1.013.445,33</b>

O Técnico de Contas



A Administração



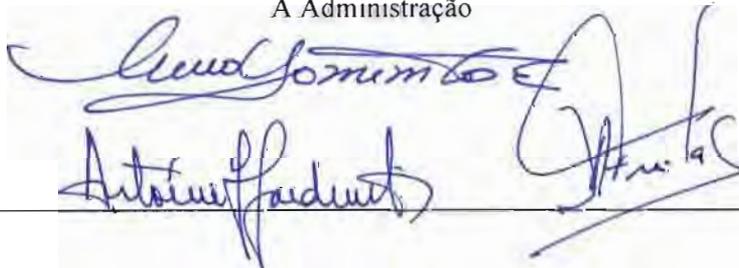
**FLUXOS DE CAIXA**

<b>RUBRICAS</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>
<b>ACTIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Recebimentos de Clientes	14.932.118,51	15.022.045,83
Pagamento a Fornecedores	-11.549.800,60	-10.726.793,51
Pagamentos ao Pessoal	-7.229.506,87	-7.210.451,42
Fluxos de caixa das actividades operacionais	-3.847.188,96	-2.915.199,10
Pagamento / Recebimento do imposto sobre o rendimento	-28.094,09	-23.207,26
Outros recebimentos / pagamentos	3.193.329,09	2.098.276,50
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)</b>	<b>-681.953,96</b>	<b>-840.129,86</b>
<b>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
<b>Pagamentos de</b>		
Activos Fixos Tangíveis	-392.515,92	
Activos Fixos Intangíveis		
Investimentos Financeiros		-705.045,63
Outros Activos		
<b>Recebimentos de</b>		
Activos Fixos Tangíveis	128.850,90	126.725,00
Activos Fixos Intangíveis		
Investimentos Financeiros		
Outros Activos		
Subsídios ao Investimento	205.339,70	
Juros e Rendimentos similares		26.134,83
Dividendos	150.000,00	375.000,00
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)</b>	<b>91.674,68</b>	<b>-177.185,80</b>
<b>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
<b>Recebimentos de</b>		
Financiamento Obtidos	7.967.280,18	9.081.311,26
Realização de capital e o instrumentos de Capital Próprio		
Cobertura de Prejuízos		
Doações		
Outras operações de financiamento		
<b>Pagamentos de</b>		
Financiamentos Obtidos	-7.119.551,22	-5.963.937,68
Juros e gastos similares	-752.362,92	-880.110,86
Dividendos		
Redução de Capital e o instrumentos de Capital Próprio		
Outras operações de financiamento		
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)</b>	<b>95.366,04</b>	<b>2.237.262,72</b>
<b>Variação de Caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>	<b>-494.913,24</b>	<b>1.219.947,06</b>
Efeitos das diferenças de câmbio	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	1.249.799,56	29.852,50
Caixa e seus equivalentes no fim do período	754.886,32	1.249.799,56

O Técnico de Contas



A Administração



## DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL

Demonstração individual das alterações no capital próprio no período 2009										
	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa								Total
		C. Realizado	Res. legais	O. Res.	R. trans.	Ajust. Act. financeiros	Exced. revalorização	O. Var. capital próprio	Res. Liq. período	
Posição no início do período 2009 (POC)		16.500.000	44.725	139.664	(16.266.604)	(130.719)	1.592.505	18.251	(3.536.914)	(1.639.090)
Primária adopção novo referencial contabilístico						156.445		1.278.526		1.434.971
Posição no início do período 2009 (SNC)	1	16.500.000	44.725	139.664	(16.266.604)	25.726	1.592.505	1.296.778	(3.536.914)	(204.119)
Alterações no Período										
Reconhecimento de subsídios ao investimento								(651.234)		(651.234)
Ajustamentos por impostos diferidos					(226.169)			130.247		(95.923)
Variações de capital em participadas						(73.028)				
Aplicação do resultado líquido do período	2	-	-	-	(3.536.914)				3.536.914	-
Resultado Líquido do Período	3								(1.013.445)	(1.013.445)
Resultado Extensivo	4=2+3								2.523.469	2.523.469
Posição no fim do período 2009	5=1+2+3	16.500.000	44.725	139.664	(20.029.687)	(47.302)	1.592.505	775.791	(1.013.445)	(2.037.748)

O Técnico de Contas



A Administração

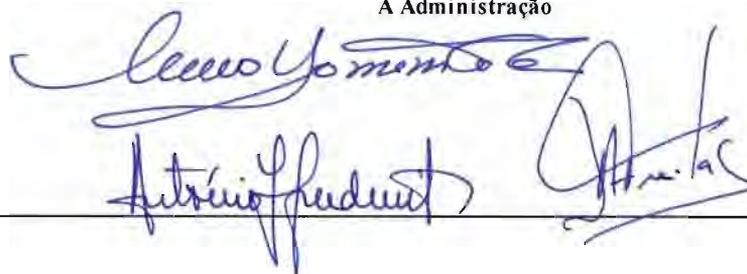


Demonstração individual das alterações no capital próprio no período 2010										
	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa								Total
		C. Realizado	Res. legais	O. Res.	R. trans.	Ajust. Act. financeiros	Exced. revalorização	O. Var. capital próprio	Res. Liq. período	
Posição no início do período 2010	5	16.500.000	44.725	139.664	(20.029.687)	(47.302)	1.592.505	775.791	(1.013.445)	(2.037.748)
Alterações no Período										
Exced. rev. Act. fixos tang. e intang. e r. variações							20.846.791			20.846.791
Reconhecimento de subsídios ao investimento								(415.089)		(415.089)
Ajustamentos por impostos diferidos					(110.923)		(3.983.458)	83.019		(4.011.363)
Variações de capital em SG						(102.786)				(102.786)
Aplicação do resultado líquido do período	6	-	-	-	(1.013.445)				1.013.445	-
Resultado Líquido do Período	7								(4.296.502)	(4.296.502)
Resultado Extensivo	8=6+7								(3.283.057)	(3.283.057)
Posição no fim do Período 2010	9=5+6+7	16.500.000	44.725	139.664	(21.154.055)	(150.088)	18.455.838	443.720	(4.296.502)	9.983.302

O Técnico de Contas



A Administração



## **Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados**

### **1. Identificação da entidade**

#### **1.1. Designação da Entidade**

A Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A., (HF), sociedade, comercial por acções, de natureza privada e composta por agregação de capitais públicos, dedica-se à exploração, no concelho do Funchal, em regime de exclusividade, de um serviço público de transporte, urbano e local, por autocarro, sendo seus sócios fundadores e actuais, a Região Autónoma da Madeira e a Empresa de Electricidade da Madeira, S.A. detendo, respectivamente 95% e 5% do capital social, integralmente realizado, de 16.500.000,00 Euros.

#### **1.2. Sede**

A sede social da HF é na Fundoa de Baixo – São Roque, código postal 9020-242, concelho do Funchal.

#### **1.3. Natureza da actividade**

A actividade principal da Empresa é o Transporte terrestre, urbano e suburbano, de passageiros. A HF dedica-se à actividade de serviço público de transportes de passageiros em regime de concessão e em exclusivo na Cidade do Funchal.

### **2. Referencial Contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**

#### **2.1 Disposições gerais**

As demonstrações financeiras da HF, foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), conforme disposto no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho. O SNC é composto pelas Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras (BADF), Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF), Código de Contas (CC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), Normas Interpretativas (NI) e Estrutura Conceptual.

As demonstrações financeiras que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Empresa, no dia 27 de Julho de 2011, são expressas em Euros e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como activos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 3, foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de Dezembro de 2010 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de Dezembro de 2009.

A HF detém controlo sobre a sua subsidiária, Companhia dos Carros de São Gonçalo, SA (SG). Por este facto a HF prepara e apresenta demonstrações financeiras consolidadas, sendo que o Grupo é constituído por estas duas Entidades.

## **2.2 Derrogações às disposições do SNC**

Não foram feitas derrogações às disposições do SNC.

## **2.3 Comparabilidade com o ano anterior**

Não existem contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

## **2.4 Adopção pela primeira vez das NCRF**

Conforme previsto na NCRF 3 as demonstrações financeiras incluem informação comparativa com referência a 31 de Dezembro de 2009, preparada de acordo com o SNC.

A transição do POC para o SNC teve os seguintes impactos nas demonstrações financeiras da Empresa:

A Empresa procedeu à reclassificação dos proveitos diferidos relativos a subsídios não reembolsáveis do passivo para o Capital Próprio, reconhecendo sobre os mesmos um imposto diferido a pagar (em conformidade com a NCRF 25).

A empresa registou no seu capital próprio, pela aplicação do método da equivalência patrimonial, as variações ocorridas nos capitais próprios da SG relativamente aos ajustamentos de transição por esta efectuados.

A reconciliação do capital próprio relatado de acordo com o POC com o capital próprio segundo as NCRF, entre a data de transição para as NCRF e 31 de Dezembro de 2009, apresenta-se como segue:

DESCRIÇÃO	
<b>Capital próprio de acordo com o POC a 1 de Janeiro de 2009</b>	-1.639.090
<b>Ajustamentos efectuados ao capital próprio em 1 de Janeiro de 2009</b>	
<i>Reclassificação do valor de subsídios não reembolsáveis obtidos</i>	1.598.158
<i>Reconhecimento de impostos diferidos sobre subsídios não reembolsáveis obtidos</i>	-319.632
<i>Variações de capital em participadas (Método de Equivalência Patrimonial)</i>	156.445
<b>Capital próprio de acordo com as NCRF a 1 de Janeiro de 2009</b>	-204.119
<b>Capital próprio de acordo com o POC a 31 de Dezembro de 2009</b>	-2.878.705
<b>Ajustamentos efectuados ao capital próprio em 31 de Dezembro de 2009</b>	
<i>Reclassificação do valor de subsídios não reembolsáveis obtidos</i>	946.924
<i>Reconhecimento de impostos diferidos sobre subsídios não reembolsáveis obtidos</i>	-189.385
<i>Variações de capital em participadas (Método de Equivalência Patrimonial)</i>	83.417
<b>Capital próprio de acordo com as NCRF a 31 de Dezembro de 2009</b>	-2.037.748

A reconciliação do resultado relatado segundo o POC, relativo ao período findo em 31 de Dezembro de 2009, com o resultado segundo as NCRF relativo ao mesmo período, apresenta-se como segue:

DESCRIÇÃO	
<b>Resultado do período de 2009 de acordo com o POC</b>	-1.239.615
<b>Ajustamentos efectuados às rubricas de rendimentos e gastos do período de 2009</b>	
<i>Impostos diferidos relativos ao reconhecimento de subsídios ao investimento</i>	226.169
<b>Resultado do período de 2009 de acordo com as NCRF</b>	-1.013.445

Na preparação do balanço de abertura de acordo com as NCRF não foram reconhecidas ou revertidas as seguintes perdas por imparidade.

As reconciliações apresentadas não incluem itens referentes a correcções de erros. Todos os itens dizem respeito à alteração de políticas contabilísticas.

Estas demonstrações financeiras são as primeiras demonstrações financeiras preparadas em conformidade com as NCRF, tendo sido aplicada a NCRF 3 – Adopção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

### **3. Principais políticas contabilísticas**

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras apresentam-se como segue.

#### **3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, exceptuando-se contudo as seguintes situações:

- Activos não correntes detidos para venda – os quais são valorizados ao menor entre o seu valor contabilístico e o justo valor deduzido dos custos de venda;
- Terrenos e edifícios incorporados nos activos fixos tangíveis – valorizados pelo método de revalorização;
- Participações em subsidiárias – as quais são valorizadas pelo método da equivalência patrimonial.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos activos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 3.3 - Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

#### **3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes**

##### **Activos fixos tangíveis**

Os activos fixos tangíveis, encontram-se registados ao custo de aquisição, que compreende o seu preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos e abatimentos, quaisquer custos directamente

atribuíveis para colocar o activo na localização e condição necessárias, para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida, e a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, com as seguintes excepções:

Os terrenos, edifícios encontram-se registados pelo método de revalorização, ou seja, ao seu justo valor. Sempre que se revelar necessário, ou que ocorram alterações às actuais condições, o justo valor dos activos fixos tangíveis deverá ser actualizado, sendo que essa análise deverá ocorrer no mínimo de 5 em 5 anos.

A revalorização do terreno foi efectuada com referência a 01.01.2010, tendo a empresa recorrido a um perito independente no sentido de os avaliar e valorizar.

Relativamente ao equipamento básico (viaturas para transporte de passageiros) adquiridos até ao ano de 1992, o seu custo de aquisição encontra-se acrescido das reavaliações efectuadas ao abrigo dos Decretos Lei 49/91 de 25 de Janeiro e 264/92 de 24 de Novembro.

Na data da transição para as NCRF a Empresa decidiu considerar como custo dos activos fixos tangíveis o seu valor reavaliado determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, Decretos-Lei 49/91, de 25 de Janeiro e 264/92, de 24 de Novembro, o qual era equiparável em termos gerais ao custo, mensurado de acordo com a NCRF 7, com excepção de terrenos e edifícios que registou ao seu justo valor.

Os custos subsequentes são reconhecidos como activos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Empresa.

Os custos de assistência diária ou de reparação e manutenção são reconhecidas como gastos à medida que são incorridos de acordo com o regime de acréscimo.

Para desenvolvimento da sua actividade e tendo em conta a orografia da Ilha da Madeira, a HF tem por norma que imprimir às viaturas utilizadas no desenvolvimento da sua actividade especificidades significativas. Esta situação associada a custos significativos de transportes, dificulta a venda por parte da HF destas viaturas fora da Ilha da Madeira, sendo que as restantes empresas que operam no mercado regional no ramo dos transportes não conseguem absorver este tipo de viaturas, caracterizando a inexistência de um mercado activo inviabilizando assim o apuramento de um valor de mercado apropriado. Assim, esse valor apenas é determinado quando existem propostas de venda para material específico ou pela determinação de um valor no residual.

No que respeita à determinação do valor em uso, este deve reflectir os fluxos de caixa esperados, actualizados a uma taxa de desconto apropriada para o negócio. A HF considera que, para o cálculo dos fluxos de caixa esperados, deve ter-se em conta as características do serviço público prestado bem como as especificidades da estrutura de financiamento que tem vindo a ser seguida.

Na ausência de contratualização da prestação de serviço público, a HF, entende que não é possível a determinação do valor em uso conforme definido pelo Sistema de Normalização

Contabilística, e não se encontram definidas regras específicas para empresas prestadoras de serviço público.

Não obstante, quando se verificam situações específicas que um activo possa estar em imparidade, nomeadamente quando as viaturas deixem de prestar serviço, é determinado o valor recuperável, e reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. Desta forma, as perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda (valor realizável líquido) e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da vida útil.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações dos activos fixos tangíveis são calculadas sobre o valor de custo ou de reavaliação, a partir da entrada em funcionamento dos bens, segundo o método da linha recta, após a dedução do seu valor residual. Em 2010, tendo a Empresa acesso pela primeira vez a informação adicional, decidiu proceder à desagregação das viaturas por componentes e inerentemente alterar as vidas úteis das viaturas, tendo como base uma análise realizada internamente. Desta forma, de acordo com a NCRF nº 7, foi considerada como vida útil destes activos o período durante o qual a Empresa espera que as componentes que os compõem estejam disponíveis para uso, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	Número de anos
Edifícios e outras construções	3 a 50
Equipamento básico:	
Viaturas	
Motores	8
Caixas velocidades	2
Diferenciais	5
Eixos	5
Carroçarias	8
Outros	16
Equipamentos cobrança e controlo	3 a 8
Programas eq cobrança e controlo	3
Equipamento de transporte	-
Equipamento administrativo	5 a 8
Equipamentos biológicos	-
Outros activos fixos tangíveis	5 a 8

As vidas úteis, método de depreciação e valor residual dos bens são revistos anualmente. O efeito das alterações a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre o recebimento e a quantia escriturada do activo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos no período. No caso de alienação de bens revalorizados, o montante incluído em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados.

### **Propriedades de investimento**

A Empresa classifica como propriedades de investimento os imóveis (terrenos ou edifícios ou parte de um edifício ou ambos) detidos para valorização do capital.

Na data da transição para as NCRF a Empresa decidiu considerar como custo dos activos fixos tangíveis o seu valor reavaliado determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável em termos gerais ao custo, mensurado de acordo com a NCRF 11.

As propriedades de investimento são mensuradas inicialmente pelo seu custo de aquisição ou produção, incluindo os custos de transacção que lhe sejam directamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, as propriedades de investimento são mensuradas pelo modelo do custo deduzido das depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações das propriedades de investimento são calculadas segundo o método da linha recta após a dedução do seu valor residual, quando aplicável, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	<b>Número de anos</b>
Edifícios e outras construções	3 a 50

Os custos subsequentes com as propriedades de investimentos só são adicionados ao custo do activo se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros acrescidos face aos considerados no reconhecimento inicial.

### **Direitos de concessão**

Os direitos de concessão para o transporte público de passageiros, 48 carreiras, foram concedidas, sem valor e não estão registados como activos intangíveis, pelo facto de não existir um mercado activo para valorização das mesmas e por incorporarem um serviço público não passível de ser quantificável.

## **Locações**

A Empresa classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da substância da transacção e não da forma do contrato. Uma locação é classificada como locação financeira se ela transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade. Uma locação é classificada como locação operacional se ela não transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade.

### **Locações operacionais**

Os pagamentos/recebimentos efectuados pela Empresa à luz dos contratos de locação operacional são registados nos gastos/rendimentos dos períodos a que dizem respeito numa base linear.

### **Locações financeiras**

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como activo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, ou se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os custos directos iniciais do locatário são adicionados à quantia reconhecida como activo.

Os pagamentos mínimos da locação financeira são repartidos pelo encargo financeiro e pela redução do passivo pendente. Os encargos financeiros são imputados a cada período durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo.

### **Participações financeiras**

#### **Investimentos em subsidiárias**

As participações financeiras em subsidiárias em que a Empresa exerce o controlo directo e indirecto são registadas pelo método de equivalência patrimonial desde a data em que a Empresa assume o controlo sobre as suas actividades financeiras e operacionais até ao momento em que esse controlo cessa. Presume-se a existência de controlo quando a Empresa detém mais de metade dos direitos de voto ou quando detém o poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma Empresa ou de uma actividade económica a fim de obter benefícios da mesma, mesmo que a percentagem que detém seja inferior a 50%.

### **Investimentos em associadas**

Os investimentos financeiros em associadas são registados pelo método de equivalência patrimonial, desde a data em que a Empresa adquire a influência significativa directa ou indirecta até ao momento em que a mesma termina, excepto se existirem restrições severas e duradouras que prejudiquem significativamente a capacidade de transferência de fundos para a Empresa, caso em que foi usado o método do custo. As associadas são entidades nas quais a Empresa tem influência significativa mas não exerce controlo sobre as suas políticas financeiras e operacionais. Presume-se que a Empresa exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso a Empresa detenha menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que não exerce influência significativa, excepto quando essa influência possa ser claramente demonstrada.

A existência de influência significativa é normalmente demonstrada por uma ou mais das seguintes formas:

- Representação no Conselho de Administração ou órgão de direcção equivalente;
- Participação em processos de definição de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições;
- Existência de transacções materiais entre a Empresa e a participada;
- Intercâmbio de quadros de gestão;
- Fornecimento de informação técnica essencial.

### **Impostos sobre o rendimento do período**

O imposto sobre o rendimento do período é calculado com base no resultado tributável da Empresa e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no resultado tributável (o qual difere do resultado contabilístico) da Empresa, de acordo com as regras fiscais aprovadas à data de balanço no local da sede da Empresa.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos relevados contabilisticamente e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados, e periodicamente avaliados, utilizando as taxas de tributação aprovadas à data de balanço, não se procedendo ao respectivo desconto.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos somente quando for provável que lucros tributáveis estarão disponíveis contra os quais as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Na data de cada balanço, é efectuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos activos por impostos diferidos no sentido de as reconhecer ou ajustar, em função da expectativa actual da sua recuperação futura.

O imposto sobre o rendimento é reconhecido na demonstração dos resultados, excepto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Em conformidade com o estabelecido no parágrafo 68 da NCRF 25, a Empresa procede à compensação dos activos e passivos por impostos diferidos sempre que a Empresa:

- Tiver um direito legalmente executável de compensar activos por impostos correntes contra passivos por impostos correntes;
- Os activos por impostos diferidos e os passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

### **Inventários**

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição actual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da actividade deduzido dos respectivos custos de venda.

A fórmula de custeio das saídas de armazém (consumos) é o custo médio ponderado.

A Empresa reduz o custo dos inventários (write down) para o seu valor realizável líquido sempre que esses activos estão escriturados por quantias superiores àquelas que previsivelmente resultariam da sua venda ou uso.

Os produtos acabados e intermédios e os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao mais baixo de entre o custo de produção (que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico, tomando por base o nível normal de produção) e o valor realizável líquido.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado deduzido dos custos estimados de acabamento e de comercialização. As diferenças entre o custo e o valor realizável líquido, se inferior, são registadas em Inventários consumidos e vendidos.

### **Contas a receber**

As contas a receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo ou custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efectiva, sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objectiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do

balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

### **Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas**

Os activos não correntes ou grupos de activos não correntes detidos para venda (grupos de activos em conjunto com os respectivos passivos, que incluem pelo menos um activo não corrente), são classificados como detidos para venda quando estão disponíveis para venda imediata na sua condição actual, sujeitos apenas aos termos que são habituais e costumeiros para a sua venda e cuja venda é altamente provável.

A Empresa também classifica como activos não correntes detidos para venda os activos não correntes ou grupos de activos adquiridos apenas com o objectivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata na sua condição actual, sujeitos apenas aos termos que são habituais e costumeiros para a sua venda e cuja venda é altamente provável.

Imediatamente antes da sua classificação como detidos para venda, os activos não correntes detidos para venda e todos os activos e passivos incluídos num grupo de activos para venda, são mensurados ao menor entre o seu custo e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

### **Caixa e equivalentes de caixa**

A caixa e seus equivalentes englobam o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem e investimentos financeiros a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

### **Transacções em moeda estrangeira**

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para euros à taxa de câmbio em vigor na data da transacção.

Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas nos resultados.

As diferenças de câmbio resultantes da liquidação de itens monetários ou do relato de itens monetários a taxas diferentes das que foram inicialmente registadas durante o período, ou relatadas em demonstrações financeiras anteriores, são reconhecidas nos resultados do período em que ocorrem.

### **Subsídios do Governo**

Os subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com activos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos Capitais Próprios e, subsequentemente quanto aos que respeitam a activos fixos tangíveis depreciables e intangíveis com vida útil definida, imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem. Quanto aos que respeitem a activos fixos tangíveis não depreciables e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos Capitais Próprios, excepto se a respectiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Um subsídio do Governo não é reconhecido, até que haja segurança razoável de que a Empresa cumprirá as condições a ele associadas, e que o subsídio será recebido.

Os subsídios do Governo reembolsáveis são contabilizados como Passivos.

Os empréstimos sem juros ou a taxas de juros baixas são uma forma de apoio do Governo, mas o benefício não é quantificado pela imputação de juros.

Um subsídio do Governo que se torne receptível como compensação por gastos ou perdas já incorridos ou para a finalidade de dar suporte financeiro imediato à Empresa sem qualquer futuro custo relacionado é reconhecido como rendimento do período em que se tornar receptível.

Os subsídios que são concedidos para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar deficits de exploração de um dado exercício imputam-se como rendimentos desse exercício, salvo se destinarem a financiar deficits de exploração de exercícios futuros, caso em que se imputam aos referidos exercícios. Estes subsídios são apresentados separadamente como tal na demonstração dos resultados.

Quando um subsídio do Governo tomar a forma de transferência de um activo não monetário, tal como terrenos ou outros recursos, para uso da Empresa, é usual avaliar o justo valor do activo não monetário e contabilizar quer o subsídio quer o activo por esse justo valor. Caso este não possa ser determinado com fiabilidade, tanto o activo como o subsídio serão registados por uma quantia nominal.

Os subsídios do Governo não condicionais que se relacionem com um activo biológico mensurado pelo seu justo valor menos custos estimados no ponto de venda são reconhecidos como rendimento quando, e somente quando, os subsídios do Governo se torna recebíveis.

### **Capitalização de custos com empréstimos**

Os custos de empréstimos directamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um activo que se qualifica são capitalizados como parte do custo desses activos.

Um activo que se qualifica é um activo que leva necessariamente um período substancial de tempo para ficar pronto para o seu uso pretendido ou para venda. O montante de custos a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efectuados. A taxa de capitalização corresponde à média ponderada dos juros com empréstimos aplicável aos empréstimos em aberto no período.

A capitalização de custos com empréstimos obtidos como parte do custo de um activo que se qualifica inicia-se quando os dispêndios com o activo estejam a ser incorridos, os custos de empréstimos obtidos estejam a ser incorridos e as actividades que sejam necessárias para preparar o activo para o seu uso pretendido ou venda estejam em curso.

A capitalização dos custos dos empréstimos obtidos cessa quando substancialmente todas as actividades necessárias para preparar o activo elegível para o seu uso pretendido ou para a sua venda estejam concluídas.

Os custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto do período não sendo capitalizados mesmo que directamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um activo que se qualifica.

### **Provisões**

São reconhecidas provisões quando:

- A Empresa tem uma obrigação presente, legal ou construtiva como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação;
- É possível efectuar uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras. A actualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida como um gasto financeiro.

### **Activos e passivos contingentes**

A Empresa não reconhece activos e passivos contingentes.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos. Os activos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos.

Os activos e passivos contingentes são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente reflectidos nas demonstrações financeiras.

Se tornar provável que um exfluxo de benefícios económicos futuros será exigido para um item previamente tratado como um passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

Se se tornar virtualmente certo que ocorrerá um influxo de benefícios económicos, o activo e o rendimento relacionado são reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que a alteração ocorra.

Os passivos contingentes de carácter ambiental não são reconhecidos no balanço. Se existir uma possibilidade, menos que provável, de que um dano ambiental deva ser reparado no futuro, mas essa obrigação esteja ainda dependente da ocorrência de um acontecimento incerto, a Empresa divulga o respectivo passivo contingente.

### **Reconhecimento de gastos e rendimentos**

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros activos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

### **Rédito**

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:

- A Empresa tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- A Empresa não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efectivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transacção fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transacção possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito associado com uma prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transacção à data do balanço quando o desfecho de uma transacção possa ser fiavelmente estimado. O desfecho de uma transacção pode ser fiavelmente estimado quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- A quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada;

- Seja provável que os benefícios económicos associados à transacção fluam para a Empresa;
- A fase de acabamento da transacção à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada;
- Os custos incorridos com a transacção e os custos para concluir a transacção possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito compreende os montantes facturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

### **Gastos/Rendimentos de financiamentos**

Os gastos/rendimentos de financiamentos incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efectuadas e rendimentos e gastos similares obtidos e suportados.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime de acréscimo.

### **Acontecimentos após a data de balanço**

As demonstrações financeiras apresentadas reflectem os eventos subsequentes ocorridos até 27 de Julho de 2011, data em que foram aprovadas pelo Conselho de Administração conforme referido na Nota 2.1.

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço, são considerados na preparação das demonstrações financeiras.

Os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados na Nota 42.

### **Imparidade**

Em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro ou grupo de activos financeiros e sempre que possa ser medido de forma fiável.

Para os activos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de perda de valor resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial.

### **3.3 Principais estimativas e Julgamentos**

As NCRF requerem que sejam efectuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do activo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efectuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são discutidos nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados pela Empresa e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Empresa é apresentada na Nota 3.2 do Anexo.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pela Empresa, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas são mais apropriadas.

#### **Propriedades de investimento**

Os métodos e pressupostos significativos aplicados na determinação do justo valor das propriedades de investimento foram os seguintes:

- O justo valor da propriedade de investimento não está mensurado mas divulgado nas demonstrações financeiras. A valorização foi efectuada em 05/05/2004 por um avaliador independente, que possui uma qualificação profissional reconhecida e relevante e que tem experiência recente na localização e na categoria da propriedade de investimento que está a ser valorizada;
- O valor da avaliação foi no montante de 1.105 mil euros;
- Até a presente data não foi efectuada qualquer outra avaliação;

O montante registado nas demonstrações financeiras foi o do custo de aquisição por se considerar que será o valor recuperável em futuras transacções.

### **Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda**

A Empresa determina que existe imparidade nos seus activos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efectuado, a Empresa avalia entre outros factores, a volatilidade normal dos preços das acções, considerando para os títulos cotados que desvalorizações superiores a 20% são significativas. Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderão resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Empresa.

### **Provisões**

A quantia reconhecida como uma provisão é a melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço.

### **Imparidade dos activos não correntes e Goodwill**

Os activos fixos tangíveis são revistos para efeitos de imparidade sempre que existam factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido poderá não ser recuperável.

Considerando as incertezas quanto ao valor de recuperação do valor líquido dos activos fixos tangíveis, pelo facto de se basearem na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, consequentemente, nos resultados da Empresa.

### **Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outros devedores**

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outros devedores são baseadas na avaliação efectuada pela Empresa da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros factores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

### **Impostos sobre os lucros**

Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela Empresa, durante um período de quatro ou seis anos (quatro anos a partir dos prejuízos gerados no período de 2010), no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que ocorram correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Empresa, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

O não reconhecimento dos activos por impostos diferidos relacionados com prejuízos fiscais teve por base projecções da Empresa, que demonstram a inexistência de lucros tributáveis futuros.

### **Vidas úteis**

A vida útil de um activo é o período durante o qual uma entidade espera que um activo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

A determinação das vidas úteis dos activos, principalmente para o seu equipamento básico (viaturas de transporte colectivo de passageiros) e do método de amortização/depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das amortizações/depreciações a reconhecer no resultado de cada exercício.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os activos e negócios em questão.

Em 2010, tendo por base informação adicional disponibilizada internamente, a Empresa decidiu desagregar o equipamento básico (viaturas) em componentes e rever as vidas úteis aplicáveis a cada componente. A definição das novas vidas úteis foi efectuada com base na antiguidade e na condição destes equipamentos, bem como na expectativa futura de utilização

### **Revalorização de activos fixos tangíveis**

A Empresa decidiu valorizar os seus terrenos e os seus edifícios pelo método de revalorização. Este método foi determinado tendo como base a avaliação de um perito independente, no caso

dos terrenos e edifícios teve como referência os preços observáveis no mercado activo ou em transacções de mercado recente.

### **3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro**

Não foram identificadas pelo órgão de gestão da Empresa situações que coloquem em causa a continuidade da Empresa.

### **3.5 Principais fontes de incertezas das estimativas**

As principais fontes de incertezas encontram-se detalhadas na Nota 3.3.

## **4. Fluxos de caixa**

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método directo, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em actividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A Empresa classifica os juros e dividendos pagos como actividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como actividades de investimento.

### **4.1 Saldos não disponíveis para uso**

A 31 de Dezembro de 2010 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

## 4.2 Desagregação de valores

A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Caixa		
Caixa Principal	20.040	20.040
Caixa Transf. Fundos	8.157	8.861
Depósitos à ordem		
Barclays Bank	35.294	55.154
Montepio Geral	52.311	35.507
Banco Espirito Santo	139.273	477.498
Banif	1.184	10.979
Caixa Geral de Depósitos	441.317	613.967
Millennium BCP	57.310	27.793
Outros depósitos bancários		
	754.886	1.249.800

## 5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Durante o presente período a Empresa aplicou pela primeira vez as seguintes NCRF, tendo tido os seguintes efeitos no período corrente e no período anterior:

- De acordo com a NCRF n.º 22, os subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com activos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos Capitais Próprios e, subsequentemente, quando respeitam a activos fixos tangíveis depreciáveis e intangíveis com vida útil definida, imputados numa base sistemática como rendimentos, durante os períodos necessários, para balanceá-los com os gastos relacionado que se pretende que eles compensem.
- De acordo com a NCRF n.º 25 os subsídios do Governo não reembolsáveis, sendo uma diferença temporária tributável, devem ser reconhecidos passivos por impostos diferidos.
- A HF reclassificou os proveitos diferidos relativos a subsídios não reembolsáveis do passivo para o Capital Próprio, reconhecendo sobre os mesmos um imposto diferido a pagar. A quantia de ajustamento relacionado com períodos anteriores ao apresentado, tanto nos Capitais Próprios como nos Resultados do Exercício de 2009, estão divulgadas na Nota 2.4 deste anexo.

No exercício corrente e seguintes limita-se a imputar, numa base sistemática, como rendimentos de cada período de forma a balancear com os gastos relacionados.

Durante o presente período a Empresa alterou as seguintes estimativas contabilísticas:

De acordo com a NCRF nº. 7 a HF desagregou em componentes, de substituição ou não, o seu equipamento básico, viaturas de transporte colectivo de passageiros, de acordo com as suas vidas úteis esperadas. No anterior Normativo eram reconhecidas e depreciadas como um único item e os custos incorridos com a substituição de peças e/ou reparação das viaturas eram diferidos e imputado nos resultados de acordo com a vida útil estimada. O respectivo custo passou também a ser reconhecido na demonstração dos resultados em 2009 como Gastos de depreciação e de amortização (anteriormente Fornecimentos e Serviços Externos - conservação e reparação).

Destas alterações resultou os seguintes ajustamentos:

<b>No Balanço</b>	
<b>Activo fixo tangível de acordo com o POC em 2009</b>	11.222.169
Ajustamentos efectuados no equipamento básico em 2009 Reclassificação do valor dos órfãos de substituição dos custos diferidos	610.562
<b>Activo fixo tangível após reclassificação em 2009</b>	11.832.731
<b>Deferimentos de acordo com o POC em 2009</b>	658.245
Reclassificação do valor dos órfãos de substituição para activo fixo tangível	(610.562)
<b>Deferimentos após reclassificação em 2009</b>	47.683

<b>Na Demonstração dos Resultados</b>	
<b>Fornecimentos e serviços externos em 2009</b>	2.638.080
Reclassificação do valor dos órgãos de substituição dos custos diferidos Conservação e reparação	(492.307)
<b>Fornecimentos e serviços externos após reclassificação em 2009</b>	2.145.773
Gastos/reversões de depreciação e de amortização em 2009	3.306.765
Reclassificação do valor dos órgãos de substituição para activo fixo tangível	492.307
<b>Gastos/reversões de depreciação e de amortização em 2009</b>	3.799.072

O impacto no presente período derivado da alteração de política e estimativa contabilística, acima referida, foi de um proveito de 386.583 euros, de acordo com o quadro seguinte:

<b>Efeitos no período corrente</b>	
<b>Gastos/reversões de depreciação e de amortização antes da reclassificação</b>	461.053
Reclassificação do valor dos órgãos de substituição e estimativas de vida útil Gastos/reversões de depreciação e de amortização	286.575
Reversão dos Fornecimentos e serviços externos	(361.105)
<b>Proveito reflectido na demonstração de resultados</b>	<b>386.523</b>

## 6. Activos fixos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	31-12-2010	31-12-2009
<b>Valor Bruto:</b>		
Terrenos e recursos naturais	8.019.476	699.543
Edifícios e outras construções	17.898.947	17.247.827
Equipamento básico	32.592.640	32.081.450
Equipamento de transporte	426.747	449.443
Equipamento administrativo	1.866.100	1.844.277
Equipamentos biológicos		
Outros activos fixos tangíveis	2.335.279	2.270.451
Imobilizado em curso	85.722	345.464
	63.224.912	54.938.456
<b>Depreciação acumulada e imparidade</b>		
Depreciação do período	-2.894.442	-3.196.889
Depreciação acumulada de períodos anteriores	-43.105.725	-39.908.836
Perdas por imparidade do período	12.598.756	
Perdas por imparidade de períodos anteriores	1.118.367	
	-32.283.045	-43.105.725
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<b>30.941.867</b>	<b>11.832.731</b>

Os movimentos na rubrica de activos fixos tangíveis durante o ano 2010, são analisados como segue:

	Saldo inicial	Adições	Revaloriz. Imparidades	Abates Alienações	Activos classif. como detidos p/venda	Outras alterações	Saldo final
<b>Valor bruto :</b>							
Terrenos e recursos naturais	699.543		7.389.231		-69.298		8.019.476
Edifícios e outras construções	17.247.827		859.013		-207.893		17.898.947
Equipamento básico	32.081.450	1.796.815		-962.343		-323.283	32.592.640
Equipamento de transporte	449.443			-22.695			426.747
Equipamento administrativo	1.844.277	44.269		-22.446			1.866.100
Equipamentos biológicos							0
Outros activos fixos tangíveis	2.270.453	92.791		-27.902		-63	2.335.279
imobilizado em curso	345.464	364.285		-610.752		-13.275	85.722
	54.938.458	2.298.160	8.248.244	-1.646.138	-277.191	-336.621	63.224.912
<b>Depreciação ac. e imparidade</b>							
Terrenos e recursos naturais	-487.400				27.719		-459.68101
Edifícios e outras construções	-13.032.976	-515.551	12.589.756		83.157		-875.614,86
Equipamento básico	-25.417.525	-2.128.991		936.020			-26.610.495,4
Equipamento de transporte	-361.256	-38.666		22.695			-377.225,85
Equipamento administrativo	-1.675.430	-9.1549		21.229			-1.745.750,31
Equipamentos biológicos	0						0,00
Outros activos fixos tangíveis	-2.131.139	-110.686		27.547			-2.214.277,53
	-43.105.725	-2.885.442	12.589.756	1.007.491	110.875	0	-32.283.045,0
<b>Total</b>	11.832.733						30.941.866,52

Os saldos iniciais do equipamento básico - viaturas, foram ajustados pelo abate e respectiva integração dos componentes de substituição que no período anterior estavam contabilizados em deferimentos, no montante de 2.969.947 e 2.359.385 euros respectivamente;

Nas adições de equipamento básico integram o montante de 972.500 euros referentes à aquisição de 5 novos de autocarros, reconstruções 610.752 euros e integração dos componentes de substituição que no período anterior estavam contabilizados em deferimentos no montante de 201.880 euros;

Nos abates refere-se essencialmente a viaturas abatidas em fim de vida, dos componentes de substituição e à alienação de 5 viaturas à SG;

Nas revalorizações referem-se ao registo pelo justo valor dos terrenos e edifícios da HF, determinado por um avaliador independente, com referência a 01/01/2010, utilizou o método de mercado e fundamentou-se nos indicadores de mercado local e nos valores pelos quais se tem vindo a transaccionar imóveis análogos. Desta avaliação resultou um excedente de revalorização no valor de 20.846.791 euros, tendo gerado impostos diferidos passivos no montante de -3.983.458 euros e reflectindo-se nos capitais próprios da HF, no valor de 16.863.332 euros. A HF faz notar que este valor não está disponível para distribuição aos accionistas;

Em 2010, a HF decidiu desagregar o equipamento básico, viaturas, em componentes e rever as vidas úteis aplicáveis a cada componente, com base numa análise realizada internamente. A definição das novas vidas úteis foi efectuada com base na antiguidade e na condição destes equipamentos, bem como na expectativa futura dos mesmos;

À data de 31 de Dezembro de 2010, o valor dos activos fixos tangíveis financiados por contratos de locação financeira apresenta-se como se segue:

Rubrica	31-12-2010			31-12-2009		
	Valor bruto	Depreciação /Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Depreciação /Imparidade	Valor líquido
Terrenos e recursos naturais Edifícios e outras construções Equipamento básico Equipamento de transporte Equipamento administrativo Equipamentos biológicos Outros activos fixos tangíveis	5.734.476	-1.489.353	4.245.123	3.783.700	-945.922	2.837.778
	5.734.476	-1.489.353	4.245.123	3.783.700	-945.922	2.837.778

O total futuro dos pagamentos mínimos, apresenta-se como se segue:

	31-12-2010			31-12-2009		
	Capital em dívida	Juros em dívida	Rendas vincendas	Capital em dívida	Juros em dívida	Rendas vincendas
Menos de um ano	702.965	55.593	758.559	489.095	37.817	526.912
Entre um e cinco anos	2.860.348	132.561	2.992.909	2.662.122	114.341	2.776.463
Mais de cinco anos	855.884	13.724	869.608	986.698	18.655	1.005.353
	4.419.197	201.879	4.621.076	4.137.915	170.813	4.308.728

A 31 de Dezembro de 2010 existem as seguintes restrições de titularidade:

Descrição do Equipamento	Locador	Condições do contrato				
		Tipo de restrição	Valor	V. residual	Opção de Compra	Duração
10 viaturas transp. de passageiros	Barclays	título de propriedade	1.891.850	37.837	Sim	8 anos
10 viaturas transp. de passageiros	Totta	título de propriedade	1.891.850	37.837	Sim	8 anos
5 viaturas transp. de passageiros	BES	título de propriedade	972.500	19.450	Sim	8 anos
5 viaturas transp. de passageiros	CGD	título de propriedade	972.500	19.450	Sim	8 anos
1 viatura ligeira	Totta	título de propriedade	33.478	670	Sim	4 anos

A 31 de Dezembro de 2010 os seguintes activos fixos tangíveis foram dados como garantia de

passivos:

Descrição do imóvel	Passivo
Edifício no Caminho das Romeiras, inscrito na matriz sob o n.º. 5223	Financiamento bancário 600.000

A HF faz notar que o edifício acima referido não foi dado como garantia mas sim uma autorização expressa, de constituição de hipoteca, que só será accionada se na data do vencimento, 21/03/2011, da operação de financiamento no montante de 600.000 euros, contratada na Caixa Geral de Depósitos, a mesma não for liquidada, ou seja só em caso de incumprimento. A data da conclusão deste relatório o referido empréstimo não foi liquidado

mas prorrogado o seu vencimento para a data de 21/06/2011. Nesta mesma data o mesmo não foi liquidado, estando a HF a negociar com a referida instituição financeira um novo empréstimo, de modo a proceder à sua liquidação.

## 7. Propriedades de investimento

Esta rubrica é analisada como segue:

	31-12-2010	31-12-2009
<b>Valor Bruto:</b>		
<i>Predio de Santo António</i>	219.505	219.505
	219.505	219.505
<b>Depreciação acumulada e imparidade</b>		
Depreciação do período		
Depreciação acumulada de períodos anteriores		
Perdas por imparidade do período		
Perdas por imparidade de períodos anteriores		
	0	0
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<b>219.505</b>	<b>219.505</b>

Este edifício foi adquirido pelo facto de estar localizado junto a um outro edifício pertencente à HF e não tendo sido afecto à sua actividade.

Este edifício encontra-se contabilizado pelo valor líquido contabilístico e à data de 31/12/2010 encontra-se disponível para venda.

À data do presente relatório este edifício já foi alienado.

## 8. Participações financeiras – método da equivalência patrimonial

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Descrição	Tipo	31-12-2010			31-12-2009		
		Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
Comp. dos Carros de São Gonçalo, SA	100% do Capital			0			0
		5.000.000	-2.781.599	2.218.401	5.000.000	-2.129.577	2.870.423
				0			0
				0			0
				0			0
		5.000.000	-2.781.599	2.218.401	5.000.000	-2.129.577	2.870.423

No âmbito da transição para as NCRF, a Empresa já utilizava o método da equivalência patrimonial na valorização dos investimentos financeiros nas suas demonstrações financeiras.

O movimento das participações financeiras, é analisado como segue:

	Saldo inicial	Adições	Alienações	MEP	Outras alterações	Saldo final
<b>Valor bruto</b>						
Companhia dos Carros de São Gonçalo, SA	5.000.000	0	0		0	5.000.000
						0
	5.000.000	0	0	0	0	5.000.000
<b>Imparidade</b>						
Companhia dos Carros de São Gonçalo, SA	-2.129.577	0	0	-549.237	-102.786	-2.781.599
						0
	-2.129.577	0	0	-549.237	-102.786	-2.781.599
<b>Total</b>	<b>2.870.423</b>					<b>2.218.401</b>

O efeito do método de equivalência patrimonial de 2010 é negativo e corresponde ao resultado líquido do exercício negativo de 2010 da SG, no valor de 549.237 euros

As outras alterações referem-se aos subsídios ao investimento e respectivos impostos diferidos reclassificados nos Capitais Próprios da SG, de acordo com as disposições do SNC.

## 9. Participações financeiras – outros métodos

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Descrição	Método	31-12-2010			31-12-2009		
		Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
				0			0
Teleféricos da Madeira, SA		79.894	0	79.894	79.894		79.894
Comboios do Monte, SA		16.000	-2.332	13.668	16.000	-1.889	14.111
OPT, SA		15.000	-669	14.331	15.000		15.000
		110.894	-3.001	107.893	110.894	-1.889	109.005

O movimento das participações financeiras, é analisado como segue:

	Saldo inicial	Adições	Alienações	Justo valor	Outras alterações	Saldo final
<b>Valor bruto</b>						
Teleféricos da Madeira, SA	79.894					79.894
Comboios do Monte, SA	16.000					16.000
OPT, SA	15.000					15.000
	110.894	0	0	0	0	110.894
<b>Imparidade</b>						
Teleféricos da Madeira, SA				0		0
Comboios do Monte, SA	-1.889			-442		-2.332
OPT, SA				-669		-669
	-1.889	0	0	-1.112	0	-3.001
<b>Total</b>	<b>109.005</b>					<b>107.893</b>

## 10. Activos financeiros detidos para venda

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

	Saldo inicial	Adições	Alienações	Justo valor	Outras alterações	Saldo final
Valor bruto BCP	10.228,59					10.228,59
	10.228,59	0,00	0,00	0,00	0,00	10.228,59
Imparidade BCP	-4.136,14			-1.896,23		-6.032,37
	-4.136,14	0,00	0,00	-1.896,23	0,00	-6.032,37
Total	6.092,45					4.196,22

Refere-se a 7.210 acções do BCP.

## 11. Outros activos financeiros

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

	Saldo inicial	Adições	Alienações	Justo valor	Outras alterações	Saldo final
Valor bruto						
Unidades participação Caixagest	49.853					49.853
	49.853	0	0	0	0	49.853
Imparidade						
Unidades participação Caixagest	-15.292			459		-14.833
	-15.292	0	0	459	0	-14.833
Total	34.562					35.020

O valor da aquisição destes títulos é no montante de 49.853 euros.

## 12. Impostos sobre o rendimento

A Empresa regista nas suas contas o efeito fiscal decorrente das diferenças temporárias que se verificam entre os activos e passivos determinados numa óptica contabilística e numa óptica fiscal, o qual é analisado como segue:

Descrição	Impostos diferidos activos		Impostos diferidos passivos	
	31-12-2010	31-12-2009	31-12-2010	31-12-2009
Créditos fiscais	0	0	0	0
Provisões	0	0	0	0
Instrumentos financeiros	0	0	0	0
Activos fixos tangíveis	0	0	0	0
Activos intangíveis	0	0	0	0
Mais-valias reinvestidas	0	0	0	0
Investimentos financeiros	0	0	0	0
Reavaliações contabilísticas	0	0	3.958.817	0
Outras diferenças	0	0	0	0
Compensação de activos e passivos por impostos diferidos	0	0	0	0
Subsídios não reembolsáveis	0	0	106.367	189.385
	0	0	0	0
	0	0	4.065.184	189.385

Os principais componentes de gastos/rendimentos de impostos apresentam-se como segue:

Descrição	2 0 1 0	2 0 0 9
Impostos correntes	9.118	9.372
Ajustamentos referentes a períodos anteriores	0	0
Origem e reversão de diferenças temporárias	-135.564	-181.347
Alterações na taxa de tributação	0	0
Benefícios provenientes de uma perda fiscal não reconhecida anteriormente, de crédito por impostos ou de diferença temporária de um período anterior que seja usada para reduzir gasto de impostos correntes	0	0
Benefícios de uma perda fiscal não reconhecida anteriormente, de crédito por impostos ou de diferenças temporárias de um período anterior que seja usada para reduzir gastos de impostos diferidos	0	0
Redução ou reversão de uma diminuição anterior	0	0
Alterações nas políticas contabilísticas e erros	0	0
	-126.446	-171.974

O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados directamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável.

Na HF o seu resultado é negativo, o imposto corrente calculado corresponde às tributações autónomas sobre gastos incorridos no exercício essencialmente com viaturas ligeiras de passageiros e mistas.

O detalhe dos prejuízos e créditos fiscais reportáveis é analisado como segue:

Data limite de reporte	31-12-2010	31-12-2009
2010		2.133.452
2011	1.958.229	1.958.229
2012	1.392.903	1.392.903
2013	3.283.145	3.283.145
2014	4.197.876	4.197.876
2015	1.901.172	
	12.733.325	12.965.605

Descrição	Saldo inicial	Constituição / Reversão em resultados	Alteração da taxa de imposto em resultados	Saldo final
<b>Imposto diferidos activos</b>				
Provisões não aceites fiscalmente				
Dívidas de cobranças duvidosa				
Depreciação de existências				
Dívidas de cobranças duvidosa				
Imobilizado				
Outros riscos e encargos				
Outros custos				
	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Imposto diferidos passivos</b>				
Revalorizações	0,00	3.958.817,12	0,00	3.958.817,12
Subsídios	189.384,87	-83.017,95	0,00	106.366,92
	189.384,87	3.875.799,17	0,00	4.065.184,04

### 13. Inventários

Esta rubrica é analisada como segue:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
<b>Valor Bruto:</b>		
Mercadorias	184.753	322.208
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1.100.432	1.047.447
Produtos acabados e intermédios		
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos		
Produtos e trabalhos em curso	95.666	72.589
Reclassificação e regularização de inventários		-17.344
Adiantamentos por conta de compras		
	1.380.851	1.424.901
<b>Imparidades acumuladas</b>		
Imparidades do período	15.285	-7.294
Imparidades de períodos anteriores	-165.358	-158.064
	-150.073	-165.358
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<b>1.230.778</b>	<b>1.259.543</b>

Das existências em armazém o montante de 13.402,50 euros encontrava-se em poder de terceiros, referente a suporte de bilhetes electrónicos.

O movimento das imparidades de inventários é analisado como segue:

Descrição	Saldo inicial	Perdas	Reversões	Saldo final
<b>Imparidades de inventários</b>				
Mercadorias				
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	165.358	34.360	-49.645	150.073
Produtos acabados e intermédios				
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos				
Produtos e trabalhos em curso				
	165.358	34.360	-49.645	150.073

As reversões de imparidades estão relacionadas com o abate de alguns bens que deixaram de ser utilizados nas viaturas reparadas na oficina da HF bem como por consumo.

Para cumprir na íntegra os compromissos assumidos na área de Exploração e atendendo à política da HF – “ter sempre a frota disponível para o serviço, com a garantia de máxima segurança, qualidade e apresentação” - é necessário que as intervenções na área da manutenção sejam rápidas, eficientes e com o mínimo de tempo de paralisação das viaturas. Por este motivo e por estarem longe dos grandes centros de fornecimentos de peças, o armazém, para satisfazer as necessidades exigidas pela Oficina, de forma a cumprir com o acima exposto, tem necessidade de ter um Stock de artigos em quantidades superiores.

Assim no Stock encontram-se artigos de substituição com “ baixa rotação “ mas não obsoletos, de imprevisível data de utilização.

Neste exercício a HF, tal qual no ano anterior, utilizando o princípio da prudência, efectuou ajustamentos nas suas existências para cobrir a eventual perda de valor de mercado, daqueles artigos.

## 14. Clientes

A rubrica de Clientes é analisada como segue:

	31-12-2010	31-12-2009
<b>Valor Bruto:</b>		
Clientes c/c		
Gerais	625.304	685.294
Empresa-mãe		
	625.304	685.294
<b>Imparidade acumulada</b>		
Perdas por imparidade do período	392	-2.077
Perdas por imparidade de períodos anteriores	-5.002	-2.925
	-4.610	-5.002
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<b>620.694</b>	<b>680.292</b>

Os movimentos das perdas por imparidade são analisados como segue:

Descrição	Saldo inicial	Perdas	Reversões	Saldo final
<b>Perdas por imparidade</b>				
Clientes gerais	5.002		-392	4.610
	5.002	0	-392	4.610

A antiguidade dos saldos de clientes apresenta-se como segue:

Descrição	até 90 dias	Entre 90 e 180 dias	Entre 180 e 360 dias	Mais de 360 dias
Clientes gerais	423.091	37.015	35.272	129.926
	423.091	37.015	35.272	129.926

Não existe qualquer alteração significativa, os saldos referem-se essencialmente a Escolas e entidades públicas e que pela sua natureza tardam em cumprir as suas obrigações;

Clientes títulos a receber, em 31/12/2010 existe a responsabilidade de títulos descontados no montante de 24.488 euros.

## 15. Estado e outros entes públicos

A rubrica de Estado e outros entes públicos é analisada como segue:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
<b>Activo</b>		
Imposto sobre o rendimento	92.251	94.321
IVA a recuperar	26.548	207.674
IVA reembolsos pedidos	330.000	
Outros impostos		
Perdas por imparidade do periodo	-22.979	-94.321
Perdas por imparidade de periodos anteriores	-69.272	
	356.548	207.674
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o rendimento	7.003	4.801
Retenções de imposto sobre o rendimento	64.338	62.524
IVA a pagar		
IVA - Liquidações officiosas		
Outros impostos	14.873	14.878
Contribuições para a Segurança Social	222.455	230.033
Tributos das autarquias locais		
Outras tributações		
	308.668	312.236

A diferença entre Iva a recuperar deve-se ao facto de termos efectuado um pedido de reembolso, aguardando o pagamento por parte da Administração Fiscal.

## 16. Outras contas a receber

A rubrica de Outras contas a receber é analisada como segue:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
<b>Valor Bruto:</b>		
Adiantamentos a fornecedores de investimentos		
Benefícios pós-emprego		
Outros devedores		
Adiantamentos Pessoal	49.984	36.639
Out. Operações Pessoal	98.518	95.480
Secretaria Reg. Tur. Transportes (I. Comp.)	9.238.863	9.026.896
Empresas grupo	1.098.084	1.605.110
Estado e O. Entes Públicos	67.849	50.027
Outros devedores	501.625	749.876
	<b>11.054.923</b>	<b>11.564.028</b>
<b>Imparidade acumulada</b>		
Imparidade do período	4.155	-20.781
Imparidade de períodos anteriores	-63.735	-42.954
	<b>-59.580</b>	<b>-63.735</b>
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<b>10.995.342</b>	<b>11.500.293</b>

Embora não exista diferenças significativas nos valores em dívida pela Secretaria Regional do Turismo e Transportes à que realçar que os valores de 2009 referem-se à Indemnização em dívida referente ao ano de 2008 e valor do acréscimo de rendimento deste exercício de 2009.

No que se refere a 2010 o valor registado refere-se aos acréscimos de rendimentos, Indemnização compensatória do ano de 2009 e 2010.

Nos Fornecedores Empresa – Mãe, Horários do Funchal Transportes Públicos S.A. e refere-se aos seus fornecimentos, essencialmente, de gasóleo e serviços de manutenção/ reparação de viaturas,

## 17. Diferimentos

A rubrica de Diferimentos é analisada como segue:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
<b>Activo</b>		
<i>Gastos a reconhecer</i>		
Seguros	189.389	16.934
Desp. Bancárias	34.882	
Diversos	43.072	30.749
	<b>267.344</b>	<b>47.683</b>
<b>Passivo</b>		
<i>Rendimentos a reconhecer</i>		
Titulos de Transporte	424.668	435.494
Outros	57.918	98.537
	<b>482.586</b>	<b>534.030</b>

No que concerne a gastos a reconhecer o aumento corresponde ao seguro de responsabilidade civil de passageiros, o qual foi pago em Dezembro de 2010.

A conta de rendimentos a reconhecer regista o valor dos títulos de transporte a utilizar pelos nossos clientes em Janeiro de 2011, os quais foram vendidos no período compreendido entre 20 e 31 de Dezembro de 2010.

## 18. Activos não correntes detidos para venda

A Horários do Funchal tem registado no seu activo um Edifício/ Terreno (parque de estacionamento), localizado na freguesia de Santo António concelho do Funchal, pelo valor histórico de aquisição de 277.190,78 euros, amortizações acumuladas de 110.875,44 euros e líquido contabilístico de 166.315,34 euros, e outro Edifício, junto àquele, cujo valor líquido foi de 219.504,75 euros.

Em 23/02/2004 o Governo Regional da Madeira – Secretaria Regional do Equipamento Social e Transportes, conforme carta dirigida à HF, solicitou a disponibilização dos referidos bens para serem afectos à construção do Centro Cívico de Santo António, não indicando qual seria a forma de compensação.

Após tal decisão, a HF procedeu à sua avaliação, tendo sido atribuído o montante global de 1.105.140,00 euros.

A HF tendo já conhecimento que em 2011 esta situação seria regularizada, procedeu-se à transferência, do 1º edifício descrito, para activos detidos para venda pelo seu valor líquido contabilístico e o 2º edifício manteve-o em propriedades de investimento.

## 19. Capital realizado

O capital social de 16.500.000,00 euros, representado por 3.300.000 acções ordinárias de valor nominal de 5,00 euros cada, encontra-se integralmente realizado a 31 de Dezembro de 2010.

ACCIONISTAS	Nº Acções	
	EM 31/12/2009	EM 31/12/2010
Região Autónoma da Madeira	3.135.000	3.135.000
Empresa de Electricidade da Madeira, S. A.	165.000	165.000

## 20. Reservas legais

Em conformidade com o art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com os estatutos da Empresa, a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos resultados anuais até à concorrência de um valor equivalente a 20% do capital social da Empresa. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social. O valor actual destas reservas é de 44.725 euros.

## 21. Outras reservas

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Reservas livres	139.664	139.664
	139.664	139.664

Correspondem, ao valor dos ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas, lucros não atribuídos, pela Companhia de Automóveis de Santo António, Ld<sup>a</sup>, até ao exercício de 1998, incorporados, por fusão, nos capitais próprios da HF. Estas reservas só serão utilizadas por decisão em Assembleia-geral.

## 22. Resultados transitados

A variação dos resultados transitados diz respeito à incorporação do resultado líquido negativo, do exercício anterior, no montante de 1.013.445 euros.

Ainda, e no cumprimento da determinação da Comissão de Normalização Contabilística, a empresa reverteu o valor de 110.923 euros em Resultados transitados por conta dos impostos diferidos registados no período de 2009 e relativos a subsídios.

## 23. Ajustamentos em activos financeiros

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Relacionados com o método da equivalência patrimonial:		
Ajustamentos de transição		
Lucros não atribuídos		
Decorrentes de outras variações nos capitais próprios das participadas	-150.088	-47.302
	-150.088	-47.302

A variação refere-se ao reconhecimento de subsídios ao investimento efectuados pela nossa subsidiária, SG, nos seus capitais próprios.

## 24. Excedentes de revalorização

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Reavaliações decorrentes de diplomas legais		
Antes de imposto sobre rendimento	1.592.505	1.592.505
Impostos diferidos		
Outros excedentes		
Antes de imposto sobre rendimento	20.846.791	
Impostos diferidos	-3.983.458	
	18.455.837	1.592.505

A variação dos excedentes de revalorização deriva da avaliação efectuada aos terrenos e edifícios da HF e registados, no presente exercício pelo seu justo valor. Ver nota 6 deste anexo.

## 25. Outras variações no capital próprio

A rubrica de Outras variações no capital próprio é analisada como segue:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		1.278.526
Ajustamentos por impostos diferidos		130.247
Subsídios	425.468	-651.234
Doações	18.253	18.252
Variações de capital em participadas		
Outras		
	443.721	775.791

A variação ocorrida no período está associada ao reconhecimento do subsídio ao investimento, cujo proveito reconhecido no período foi de 415.089 euros e o imposto diferido associado a este montante foi de 83.019 euros.

## 26. Provisões

O movimento na rubrica de Provisões é analisado como segue:

	Saldo inicial	Adições	Utilizações	Reversões	Efeito de desconto	Saldo final
Impostos						
Garantias a clientes	8.565			-8.565		0
Processos judiciais em curso						
Acidentes de trabalho e doenças profissionais						
Matérias ambientais						
Contratos onerosos						
Reestruturação						
Outras						0
	8.565	0	0	-8.565	0	0

## 27. Financiamentos obtidos

Esta rubrica é analisada como segue:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
<b>Não corrente</b>		
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários	10.885.985	8.882.430
Locações financeiras	3.716.232	3.546.936
	14.602.216	12.429.366
<b>Corrente</b>		
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários	11.337.437	11.711.503
Descobertos bancários	1.531.591	1.531.411
Locações financeiras	702.965	590.879
	13.571.994	13.833.793

A análise da rubrica de financiamentos obtidos, por maturidade, é a seguinte:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários		
Até 1 ano	12.869.029	13.242.914
De 1 a 5 anos	10.885.985	8.819.930
A mais de 5 anos	0	62.500
Locações financeiras		
Até 1 ano	702.965	590.879
De 1 a 5 anos	2.860.348	1.962.051
A mais de 5 anos	855.884	1.584.885
	28.174.211	26.263.159

À data de 31 de Dezembro de 2010, os pagamentos futuros do capital em dívida e juros corridos dos financiamentos obtidos não correntes, são analisados como segue:

Descrição	2 0 1 2	2 0 1 3	2 0 1 4	2 0 1 5	2 0 1 6	2 0 1 7	2 0 1 8	Total
Instituições de crédito e sociedades financeiras								
Empréstimos bancários	7.472.619	2.468.723	882.143	62.500				10.885.985
Locações financeiras	70.1307	710.405	719.624	729.011	549.868	275.682	30.335	3.716.232
	8.173.927	3.179.128	1.601.767	791.511	549.868	275.682	30.335	14.602.216

## 28. Outras contas a pagar

A rubrica de Outras contas a pagar é analisada como segue:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
<b>Corrente</b>		
Fornecedores de investimentos	142.255	101.346
Credores por acréscimos de gastos		
Férias e subsídio de férias	1.472.062	1.489.751
Outros credores por acréscimos de gastos	494.029	496.213
Outros credores	438.793	100.857
Pessoal	13.254	10.146
	2.560.394	2.198.314

O montante de 1.472.062euros é relativo a férias e subsídio de férias de 2010 a pagar em 2011, incluindo respectivos encargos sociais.

Nos outros credores inclui abonos diversos a pagar ao pessoal em 2011, tais como horas extras, subsídio agente único, entre outros no montante de 161.310 euros.

Nos outros credores, releva-se o valor a pagar à nossa subsidiária, SG, no montante de 360.781 euros e refere-se à venda de títulos de transporte associados à prestação de serviços, interurbano, realizado pela Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A.

## 29. Fornecedores

A rubrica de Fornecedores é analisada como segue:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Fornecedores c/c		
Gerais	2.345.417	2.544.027
Facturas em recepção e conferência	1.358	7.856
	2.346.774	2.551.883

### 30. Vendas e serviços prestados

As vendas e serviços prestados analisam-se da seguinte forma:

Descrição	2010	2009
Vendas		
Suportes	344.943	324.311
Serviços prestados		
Títulos de transporte	13.345.732	13.537.536
	13.690.675	13.861.846

Os quadros abaixo evidenciam as principais variações:

Proveitos	2010	2009	Variação	
Venda de cartões	345.943	324.311	21.632	6,48%
Prestação de serviços	13.345.732	13.537.536	-191.804	-1,42%
	13.690.675	13.861.846	-170.172	-1,23%

Quantidades	2010	2009	Variação	
Passes	293.000	299.900	-6.900	-2,30%
Bilhetes	4.986.000	5.517.000	-531.000	-9,62%
Passageiros transportados	25.126.000	26.270.000	-1.144.000	-4,35%

Os bilhetes na sua generalidade baixaram sendo o mais significativo o bilhete adulto que baixa 422.000 títulos e o bilhete de bordo 19.000 títulos;

Os bilhetes de bordo que estavam com uma tendência de descida muito significativa começaram a subir com algum relevo, a partir do momento em que baixou o seu valor unitário de 1.60 euros para 1.30 euros e sem direito a devolução dos cartões de suporte à venda.

### 31. Subsídios à exploração

Durante o período foram reconhecidos em rendimentos os seguintes subsídios à exploração:

Descrição	2010	2009
Subsidio à exploração-Indemnização compensatória	3.385.717	3.761.908
Subsidio à exploração-outros	50.371	43.330
	3.436.088	3.805.238

A indemnização compensatória do ano de 2010 foi inicialmente calculada de acordo com o protocolo assinado entre a HF e o Governo Regional da Madeira no montante de 3.879.609 euros, superior em relação ao ano anterior em 117.701 euros. No entanto foi reduzida em

493.891 euros, por aplicação do disposto no art. 16 do Decreto Legislativo Regional n.º 14/2010/M, ou seja redução até o montante da indemnização compensatória do ano de 2009 deduzida de 10%.

Os outros referem-se essencialmente ao subsídio atribuído pela empresa Repsol, SA no âmbito do contrato assinado para o fornecimento de combustíveis.

## 32. Ganhos/perdas imputadas Subs., Assoc. e Emp. Conjuntos

Os Ganhos/perdas imputadas de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos analisam-se da seguinte forma:

Descrição	2010	2009
<b>Perdas</b>		
Cobertura de prejuízos		
Aplicação do método da equivalência patrimonial	-549.237	
<b>Ganhos</b>		
Aplicação do método da equivalência patrimonial		339.809
Alienações		
Dividendos	150.000	375.000
	-399.237	714.809

A variação relevante deve-se aos resultados líquidos apurados pela SG, sendo que no ano anterior foi positivo de 361.689 euros e neste foi negativo de 549.237 euros. Em dividendos obtidos observa-se uma quebra de 60%, refere-se a dividendos da empresa Teleféricos da Madeira.

### 33. Variação nos inventários da produção

A rubrica de Variação nos inventários da produção é analisada como segue:

Descrição	2010	2009
<b>Inventários iniciais</b>		
Produtos acabados e intermédios		
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos		
Produtos e trabalhos em curso	-55.246	-79.522
Activos biológicos		
<b>Regularizações</b>		
Inventários	762	17.344
Activos biológicos		
<b>Inventários finais</b>		
Produtos acabados e intermédios		
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos		
Produtos e trabalhos em curso	95.666	55.246
Activos biológicos		
	41.182	-6.933

### 34. Trabalhos para a própria entidade

A rubrica de Trabalhos para a própria entidade é analisada como segue:

Descrição	2010	2009
Activos fixos tangíveis	713.636	1.132.399
Activos intangíveis	192.147	233.158
Propriedades de investimento		
Activos por gastos diferidos		
Inventários	304.095	431.248
	1.209.878	1.796.805

Nos activos fixos tangíveis, deve-se essencialmente à decisão da empresa de não efectuar grandes reparações em viaturas.

Nos activos intangíveis refere-se principalmente a remunerações imputadas a projectos.

### 35. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas apresenta-se como segue:

Descrição	2010	2009
Mercadorias	223.695	210.843
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	7.376.163	7.293.113
Activos biológicos		
	7.599.858	7.503.956

Não revela variação significativa, no entanto os quadros abaixo evidenciam variações de relevo respeitante a esta rubrica, nomeadamente gasóleo e peças de substituição:

## CMVMC - Variações em euros

Descrição	2010	2009	Variação	
Merc. vendidas e mat. consumidas (excepto gasóleo)	2.443.098	3.044.461	-601.363	-19,70%
Gasóleo	5.156.760	4.459.495	697.265	15,60%
Total	7.599.858	7.503.956	95.902	-1,80%

## CMVMC - Gasóleo em litros

Descrição	2010	2009	Variação	
HF	4.702.099	4.740.896	-38.796,60	-0,80%
SG e Carristur	1.246.313	1.318.328	-72.014,89	-101,80%
Total	5.948.412	6.059.224	-110.811,49	-1,80%

A HF consumiu 4.679 mil litros de gasóleo, com viaturas afectas ao serviço de transporte público, no montante de 4.062 mil euros, mais 588 mil euros que o ano anterior, motivado essencialmente pelo aumento dos combustíveis. A restante diferença para 697 mil euros, refere-se e pelos mesmos motivos ao fornecimento de gasóleo à nossa associada SG e à parceira Carristur.

A quantidade de gasóleo consumido, em relação ao ano anterior, desceu cerca de 111 mil litros, sendo 39 mil de consumos da HF e os restantes 72 mil litros, referente a cedências a terceiros, SG e Carristur.

No consumo de peças, deve-se essencialmente ao facto de não ter sido efectuado grandes reparações em viaturas, bem como na redução do consumo de peças nas reparações efectuadas, atendendo que a empresa tem optado por utilizar as novas viaturas, nos seus serviços, em detrimento das viaturas mais antigas.

### 36. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos é analisada como segue:

Descrição	2010	2009
Subcontratos		492
Serviços especializados:		
Trabalhos especializados	216.609	165.835
Publicidade e propaganda	44.025	83.242
Vigilância e segurança	137.622	140.596
Honorários	29.268	30.316
Comissões	190.136	162.634
Conservação e reparação	630.322	554.352
Outros		
Materiais:		
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	11.259	21.856
Livros e documentação técnica	5.483	5.477
Material de escritório	3.711	4.455
Artigos para oferta	253	34
Outros	26.294	27.408
Energia e fluidos:		
Electricidade	102.255	107.852
Combustíveis	3.217	2.462
Água	32.657	25.851
Outros	10.000	11.093
Deslocações, estadas e transportes:		
Deslocações e estadas	2.886	8.464
Transportes de pessoal		
Transportes de mercadorias	12.705	16.126
Outros		
Serviços diversos:		
Rendas e alugueres	6.967	10.111
Comunicação	87.048	97.275
Seguros	367.149	352.621
Royalties	832	528
Contencioso e notariado	938	2.014
Despesas de representação	2.624	2.605
Limpeza, higiene e conforto	198.841	186.379
Outros serviços	115.756	125.693
	2.238.858	2.145.773

Em relação a estas rubricas abaixo descrevemos as diferenças mais significativas:

Aumentos:

Dos trabalhos especializados em 51 mil euros, onde de acordo com a nova legislação incluem-se os serviços bancários. O aumento registado refere-se à comissões de contratualização e renovação de financiamentos bancários, principalmente com a Caixa Geral de Depósitos, instituição que nos financia os adiantamentos sobre as indemnizações compensatórias;

Das comissões pagas em 28 mil euros, deveu-se ao aumento das vendas por parte dos nossos agentes externos, pelo facto da HF ter encerrado os seus balcões aquando da tempestade ocorrida no início do presente exercício;

Da conservação e reparação em 76 mil euros, refere-se principalmente contratos de manutenção do Sistema de Apoio à Exploração;

Da limpeza, higiene e conforto em 12 mil euros, releva-se a rubrica, resíduos sólidos, por agravamento desta taxa;

Reduções: Destaca-se a publicidade e propaganda em 39 mil euros, pelo facto de alguma publicidade estar a ser subsidiada pelos projectos financiados por fundos comunitários;

### 37. Gastos com pessoal

A rubrica de Gastos com pessoal é analisada como segue:

Descrição	2010	2009
Remunerações dos órgãos sociais	215.719	224.303
Remunerações do pessoal	9.396.375	9.266.493
Benefícios pós-emprego		
Prémios para pensões		
Outros benefícios		
Indemnizações		
Encargos sobre remunerações	2.105.943	2.089.400
Seguros de acid. trabalho e doenças profissionais	129.741	137.836
Gastos de acção social	57.668	96.985
Outros gastos com o pessoal	28.944	69.176
	11.934.390	11.884.193

As variações desta rubrica foram pouco relevantes, abaixo resumimos em termos gerais as alterações verificadas:

Nas remunerações principais um aumento de 1,37%, 97 mil euros e nas remunerações adicionais (exemplo: subsídios de alimentação, agente único e horas extras) em 1,49%, 32 mil euros.

Nos outros gastos a redução refere-se a formação e outros custos de ordem social.

O detalhe dos trabalhadores do quadro permanente em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 por cargos de direcção/chefias superiores e categoria profissional é apresentado como segue:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Órgãos sociais	3	3
Directores/Chefias superiores	13	13
Quadros superiores		
Quadros médios	14	13
Chefias intermédias		
Profissionais altamente qualificados	25	25
Profissionais semi-qualificados	465	476
Contratados a prazo	20	11
	540	541

### 38. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de Outros rendimentos e ganhos é analisada como segue:

Descrição	2010	2009
Desempenho de cargos sociais noutras empresas	57.483	57.483
Obras para terceiros	1.281.520	1.297.526
Sucatas / desperdícios	5.477	3.042
Cedências para terceiros existências	1.093.655	987.921
Despesas debitadas a terceiros	380.379	387.223
Cedência espaço parques, publicidade e imóveis	384.562	427.216
De desp. embates e imob. de viaturas	77.680	35.869
Descontos de pronto pagamento obtidos	13.752	21.860
Ganhos em inventários	47.993	68.801
Investimentos não financeiros	1.306	77.883
Subsídios ao investimento	567.612	1.172.706
Juros obtidos	1.473	9.374
Outros	32.931	697.463
	3.945.825	5.244.367

Nos outros rendimentos e ganhos uma redução de 1.298 mil euros, abaixo descrevemos as rubricas mais significativas:

#### Reduções

- 43 mil euros em cedências de espaço, nomeadamente publicidade, parque estacionamento e imóveis;
- 77 mil euros em investimentos não financeiros que corresponde a mais valias geradas em 2009 derivada da alienação de activos fixos tangíveis, edifício situado na rua 31 de Janeiro;
- 605 mil euros de subsídios ao investimento e refere-se essencialmente ao sistema de bilhética e de apoio à exploração;
- 8 mil euros em juros obtidos, que revela a diminuição das disponibilidades financeiras;
- 645 mil euros referentes ao subsídio extraordinário atribuído pelo Governo Regional da Madeira em 2009;

#### Aumentos

- 106 mil euros em cedências a terceiros e refere-se ao gasóleo debitado à SG e à nossa parceira Carristur , motivado essencialmente pelo aumento do custo unitário daquele bem;
- 42 mil euros resultante de valores recuperados com a participação de seguros, nomeadamente de danos resultantes da intempérie de Fevereiro do presente exercício.

### 39. Outros gastos e perdas

A rubrica de Outros gastos e perdas é analisada como segue:

Descrição	2010	2009
Impostos	-18.543	-18.892
Perdas em inventários	-50.743	-8.006
Investimentos não financeiros	-3.145	-7.916
Donativos	-15.908	-13.969
Quotizações	-10.940	-10.225
Ofertas e amostras de inventários	-3.183	-1.431
Juros de desconto de títulos	-2.291	-679
Juros de mora e compensatórios	-86	0
Outros juros	-2.141	-56.449
Outros não especificados	-35.590	-264.027
	-142.571	-381.595

As principais variações desta rubrica referem-se essencialmente a:

- Perdas de inventário que no presente exercício foram abatidas atendendo que já não tinham aplicação em viaturas ao serviço da empresa;
- Nos outros juros a diferença de 54 mil euros apresentada nesta rubrica é compensada na rubrica juros e gastos similares, referente ao ano de 2009, ver nota n.º. 40 deste relatório;

- Nos outros gastos e perdas por se revestir de um custo de natureza eventual/excepcional, releva-se a contabilização, no ano de 2009, por estimativa, o valor de 197 mil euros, referente à parceria com a Carristur, sendo 47 mil euros respeitantes ao resultado negativo da referida parceria e de 150 mil euros resultante de uma provisão para outros devedores e credores de cobrança duvidosa, efectuada pela Carristur e com um processo judicial em curso. Acresce-se o valor de 31 mil euros respeitante à anulação do valor do subsídio à formação solicitado pela HF e não atribuído atendendo que algumas despesas não foram consideradas elegíveis.

#### 40. Gastos/reversões de depreciação e de amortização

A rubrica de Gastos/reversões de depreciação e de amortização é analisada como segue:

Descrição	2010	2009
<b>Gastos</b>		
Propriedades de investimento		
Activos fixos tangíveis	-3.180.806	-3.689.196
Activos intangíveis	-496.325	-109.876
<b>Reversões</b>		
Propriedades de investimento		
Activos fixos tangíveis		
Activos intangíveis		
	-3.677.131	-3.799.072

As principais variações referem-se essencialmente à alteração da estimativa do número de anos de vida útil esperada do equipamento básico, viaturas pesadas para passageiros, e edifícios, bem como pelo efeito da reavaliação dos edifícios, ver nota 23 deste anexo;

Nos activos intangíveis refere-se a custos de projectos financiados por Fundos Comunitários e que a HF optou por registar nesta rubrica e reconhecer o seu custo, num só exercício, através gastos de depreciação e de amortização.

#### 41. Juros e gastos similares suportados

Nos Juros suportados dos financiamentos obtidos não houve uma redução de 38 mil euros, como apresenta as demonstrações financeiras, mas sim de 92 mil euros, Esta diferença apresentada de 54 mil euros está reflectida na rubrica outros gastos e perdas, ver nota 38 deste relatório.

A redução de valor desta rubrica deve-se essencialmente por via das amortizações de capital dos financiamentos obtidos, uma vez que, no presente exercício, as taxas de juro subiram ao longo do ano e a HF ainda contraiu dois novos empréstimos no montante 4,6 milhões de euros e renegociou outros dois, prorrogando o seu prazo de vencimento, com taxas de juros significativamente mais altas que as praticadas anteriormente.

## 42. Divulgações de partes relacionadas

Com referência a 31 de Dezembro de 2010, a estrutura accionista da Empresa, é a seguinte:

	31-12-2010	31-12-2009
Região Autónoma da Madeira	3.135.000	3.135.000
Empresa de Electricidade da Madeira, SA	165.000	165.000
	<b>3.300.000</b>	<b>3.300.000</b>

As transacções entre partes relacionadas apresentam-se como segue:

Descrição	2010	2009
<b>Vendas e prestações de serviço</b>		
Empresa-mãe		
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa		
Subsidiárias	2.521.385	2.424.949
<b>Gastos</b>		
Empresa-mãe		
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa		
Subsidiárias	-1.573	-492
	2.519.812	2.424.457

Os saldos com partes relacionadas apresentam-se como segue:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
<b>Activos</b>		
Empresa-mãe		
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa		
Subsidiárias	1.101.378	1.605.110
Associadas		
Empreendimentos conjuntos		
Pessoal-chave da gestão		
Outras partes relacionadas		
<b>Passivos</b>		
Empresa-mãe		
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa		
Subsidiárias	-360.781	-869.301
Associadas		
Empreendimentos conjuntos		
Pessoal-chave da gestão		
Outras partes relacionadas		
	740.597	735.809

### **43. Acontecimentos após a data de balanço**

Após a data de balanço não ocorreram quaisquer acontecimentos susceptíveis de darem lugar a ajustamentos ou divulgações nas demonstrações financeiras da Empresa.





**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores  
Oficiais de Contas, S.A.**  
Edifício Marina Fórum  
Av. Arriaga, 77  
3º Andar – Sala 302  
9000-060 Funchal  
Portugal

Telefone: +351 291 23 99 00  
Fax: +351 291 23 99 22  
Internet: www.kpmg.pt

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### Introdução

- 1 Examinámos as demonstrações financeiras da **Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2010, (que evidencia um total de 47.921.118 euros e um total de capital próprio de 9.983.302 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 4.296.502 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do período findo naquela data e o correspondente Anexo.

### Responsabilidades

- 2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
- 3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

- 4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e,
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
- 5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
- 6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

## **Opinião**

- 7 Em nossa opinião as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **Horários do Funchal - Transportes Públicos, S.A.** em 31 de Dezembro de 2010, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no período findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

## **Ênfase**

- 8 Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos o facto de, apesar de, com referência a 31 de Dezembro de 2010, os capitais próprios da Empresa se apresentarem positivos, contrariando a tendência que se vinha a verificar até 31 de Dezembro de 2009, tal deve-se unicamente à revalorização efectuada pela Empresa, aos terrenos e edificios sua propriedade, conforme divulgado na nota 6 do Anexo, sendo que a actividade operacional da Empresa continua a registar prejuízos significativos. Pese embora a Administração tenha vindo a solicitar aos accionistas da Empresa suporte financeiro, o equilíbrio da actividade operacional e dos resultados dos exercícios futuros encontra-se dependente da capacidade de articulação dos proveitos de exploração com os custos de exploração, bem como numa eventual redefinição da estratégia comercial.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade das operações, a qual depende do suporte financeiro dos accionistas, do sucesso futuro das suas operações, e da capacidade de obtenção de recursos financeiros externos, não incluindo qualquer ajustamento caso se venha a constatar que esta base não foi a apropriada.

## **Relato sobre outros requisitos legais**

- 9 É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do período.

Funchal, 19 de Setembro de 2011



---

**KPMG & Associados -**  
**Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (nº 189)**  
representada por  
João Albino Cordeiro Augusto (ROC nº 632)



**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores  
Oficiais de Contas, S.A.**  
Edifício Marina Fórum  
Av. Arriaga, 77  
3º Andar – Sala 302  
9000-060 Funchal  
Portugal

Telefone: +351 291 23 99 00  
Fax: +351 291 23 99 22  
Internet: www.kpmg.pt

## RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores Accionistas da  
**Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A.**

De acordo com o disposto na alínea g) do número 1 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, cumpre-nos, na qualidade de Fiscal Único da Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A. apresentar o Relatório da nossa acção fiscalizadora, bem como o parecer sobre o relatório de gestão, contas e propostas apresentadas pelo Conselho de Administração da Sociedade, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

Através de contactos estabelecidos com o Conselho de Administração, bem como de esclarecimentos e de informação recolhida junto dos serviços competentes, informámo-nos acerca da actividade da Sociedade e da gestão do negócio desenvolvida e procedemos à verificação da informação financeira produzida ao longo do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, efectuando as análises julgadas convenientes.

Averiguámos a observância da Lei e dos Estatutos da Sociedade, procedemos à verificação da regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação de suporte, verificámos se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados pela Sociedade conduzem a uma correcta avaliação do património e dos resultados e levámos a cabo outros procedimentos julgados necessários nas circunstâncias.

Após o encerramento das contas apreciamos os documentos de prestação de contas, nomeadamente, o relatório de gestão, elaborado pelo Conselho de Administração, bem como as demonstrações financeiras apresentadas que compreendem o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e o correspondente Anexo.

Procedemos ainda à emissão da respectiva Certificação Legal das Contas, sem reservas e com uma ênfase decorrente do exame realizado.

Do Conselho de Administração e dos serviços competentes obtivemos sempre a documentação e os esclarecimentos solicitados, o que agradecemos, concluindo que:

- a. As demonstrações financeiras permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Sociedade;
- b. As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados; e
- c. O relatório de gestão apresenta a evolução dos negócios e da situação da Sociedade, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.



Em resultado do trabalho desenvolvido somos de parecer que a Assembleia-Geral Anual da Sociedade aprove:

- a) O Relatório de Gestão e as Contas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010;
- b) A proposta de aplicação de resultados contida no mencionado Relatório de Gestão.

Finalmente, não podemos deixar de salientar e agradecer a excelente colaboração recebida no desempenho das suas funções do Conselho de Administração da Sociedade e dos serviços com os quais tivemos oportunidade de contactar.

Funchal, 19 de Setembro de 2011

**O FISCAL ÚNICO**

---

**KPMG & Associados -**  
**Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (nº 189)**  
representada por  
João Albino Cordeiro Augusto (ROC nº 632)

**Anexo ao relatório do conselho de administração**

(a que se refere o n.º 5 do Art.º 447.º do (C.S.C.) Código das sociedades comerciais)

ORGÃOS SOCIAIS (Art.º 447.º, n.º 1 do C.S.C.)	N.º. ACÇÕES	
	EM 31/12/2009	EM 31/12/2010
MESA DA ASSEMBLEIA GERAL João Heliodoro da Silva Dantas António Manuel Pita Rentróia		
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO Nuno Pinto Coelho Homem da Costa João Alcindo de Freitas António José Jardim Faria		
FISCAL ÚNICO KPMG & Associados S.R.O.C., SA Rep. por João Albino Cordeiro Augusto - Roc. n.º 632		

ACCIONISTAS (Art.º 447.º, n.º 2, alínea d) do C.S.C.)	N.º. ACÇÕES	
	EM 31/12/2009	EM 31/12/2010
Região Autónoma da Madeira	3.135.000	3.135.000
Empresa de Electricidade da Madeira, S. A.	165.000	165.000

**Informação a que se refere o n.º 4 do Artigo 448.º do C.S.C.**

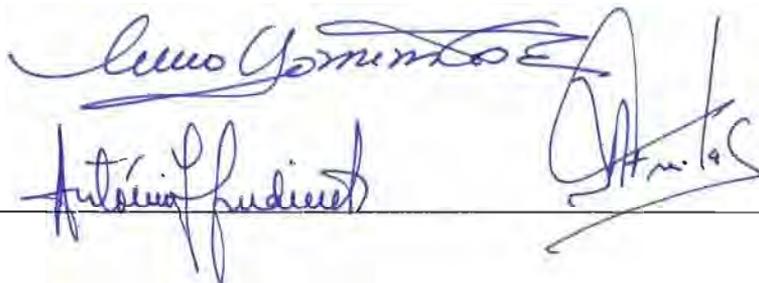
Os accionistas abaixo indicados detinham em 31 de Dezembro de 2010  
a seguinte posição

ACCIONISTAS	N.º. ACÇÕES	%
Região Autónoma da Madeira	3.135.000	95,00%
Empresa de Electricidade da Madeira, S. A.	165.000	5,00%

O Técnico de Contas



A Administração





O Relatório e Contas Consolidadas da Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A. foi aprovado em Assembleia-Geral de 26 de Setembro de 2011



## **Relatório e Contas Consolidadas**

# Relatório Consolidado de Gestão

## Senhores Accionistas

Nos termos da Lei e dos Estatutos submetemos à vossa apreciação o Relatório e Contas Consolidado da Horários do Funchal Transportes Públicos S.A.,( Grupo HF) respeitante ao exercício de 2010.

## APRESENTAÇÃO

### EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

#### **Horários do Funchal – Transportes Públicos, S. A.** (empresa – mãe ou HF)

Fundoa de Baixo – São Roque – 9020 - 242 Funchal

#### **Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A.**(SG)

Fundoa de Baixo – São Roque – 9020 - 242 Funchal

A Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A., (HF), sociedade, comercial por acções, de natureza privada e composta por agregação de capitais públicos, dedica-se à exploração, no concelho do Funchal, em regime de exclusividade, de um serviço público de transporte, urbano e local, por autocarro, sendo seus sócios fundadores e actuais, a Região Autónoma da Madeira e a Empresa de Electricidade da Madeira, S.A. detendo, respectivamente 95% e 5% do capital social, integralmente realizado, de 16.500.000,00 Euros.

A Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A., (SG) é uma sociedade comercial por acções de natureza privada. Dedicar-se ao transporte colectivo de passageiros (carreiras interurbanas da Camacha, Santo António da Serra, Cural das Freiras, São Roque do Faial, Faial, Santana, São Jorge, Arco de São Jorge, bem como entre Santana e Porto da Cruz e entre Santana e Arco de São Jorge) e ao aluguer de autocarros com condutor, nomeadamente para o turismo.

O Capital Social, integralmente subscrito e realizado, é de 5.000.000,00 Euros e é detido, na totalidade, pela empresa Horários do Funchal Transportes Públicos, S.A. (HF).

### CONDIÇÕES QUE DETERMINARAM A CONSOLIDAÇÃO

As empresas mencionadas foram objecto de consolidação por aplicação do disposto na alínea a) do artigo 1º. do Decreto – Lei nº. 238/91, de 2 de Julho.

## **ENQUADRAMENTO GERAL**

O Grupo HF dedica-se à actividade de serviço público de transportes de passageiros em regime de concessão e exclusivo, em circunstâncias e condições especiais nas quais se relevam o seu espaço de actuação, na Região Autónoma da Madeira, enfrentando uma difícil orografia e vencendo uma rede rodoviária sinuosa e complexa e a sua, relevante, função social expressa no programa do Governo Regional da Madeira (GR).

O Grupo HF está implantado no mercado com empresas orientadas para servir o cliente com qualidade e segurança que assim o exige. Na área de sua actuação prima pelas infra-estruturas utilizadas, material circulante, recursos humanos, informação fornecida de apoio ao cliente e responsabilidade do serviço social que presta.

O Grupo HF assume-se com a responsabilidade pública e social actuando na área da mobilidade urbana e interurbana, com vista a contribuir para o desenvolvimento das populações nas zonas da sua actuação, utilizando os seus próprios recursos e ajustando a oferta às necessidades do mercado, de modo a aumentar a sua eficiência e qualidade diária.

A economia da Madeira depende, em grande parte, do sector do Turismo. De modo a atrair mais visitantes, as várias entidades regionais empenharam-se em criar vários cartazes turísticos apelativos à procura, com programas ricos em manifestações de carácter cultural, etnográfico e artístico. Deste modo, a SG, através da sua actividade, contribui para a eficiente mobilidade de todos os que procuram o destino Madeira aquando daquelas manifestações.

O Grupo HF transformou, na medida do possível, o transporte público num meio de deslocação atractivo, não se obtendo os reflexos, como desejado, na procura e nos resultados. Atendendo à redução da procura O Grupo HF reajustou viagens e carreiras, diminuindo o número de quilómetros percorridos, sem afectar a qualidade do serviço prestado.

## **EVOLUÇÃO DOS NEGÓCIOS E SITUAÇÃO DO CONJUNTO DAS EMPRESAS**

O mercado tem vindo a diminuir ao longo dos últimos anos e este exercício não foi excepção. A descida reflecte-se em toda a sua área de actuação, mas sobretudo nas zonas mais próximas do centro da cidade do Funchal e em qualquer perfil de cliente, tanto por utilizadores de passe como de bilhetes. Esta descida deve-se, essencialmente ao crescimento do desemprego, ao aumento da frota automóvel, motivada pela facilidade de acessos que encurtam distâncias entre a residência e os locais de trabalho, assim como o facto de terem sido abertas escolas em que diminuiu as necessidades de deslocação em autocarro.

Cabe às empresas que prestam serviço público de transporte, em conjunto com os outros parceiros oficiais, encontrar novos modelos de mobilidade onde a sua actividade, transporte de passageiros, seja a principal opção

O Grupo HF tem vindo, ao longo dos últimos anos, ao encontro do acima descrito e neste exercício implementou e preparou para o futuro várias medidas, que demonstraram o seu

empenho em contrariar a ideia de que o transporte público se destina ao transporte de pessoas com menores recursos.

Tal como no ano anterior investiu-se na inovação, na tentativa de aumentar a procura e promover assim o transporte colectivo em vez do transporte individual, com vista a obter uma maior receita.

O Grupo HF, através da HF continua a promover uma mobilidade sustentável, económica e respeitadora do ambiente, de acordo com os objectivos da União Europeia, tendo implementado os seguintes projectos:

- 3- Civitas Mimosas, que está a ser desenvolvido pela Horários do Funchal, em parceria, com a Câmara Municipal do Funchal (CMF), com o Madeira Tecnopólo e com o suporte técnico da Agência Regional da Energia e Ambiente da Região Autónoma da Madeira (AREAM).
- 4- Ad Personam - marketing para os transportes públicos, que tem como objectivo principal estimular o mercado dos Transportes Públicos Locais (TPL) nas pequenas e médias cidades Europeias. Iniciou o projecto em Outubro do ano de 2008 e concluiu no presente exercício. Cumpriu com as orientações do projecto de forma a atingir os objectivos propostos. No entanto, os resultados obtidos não foram os esperados devido à pouca adesão do público-alvo, encontrando-se, no entanto, dentro da média verificada nas outras cidades parceiras.
- 3 Intervir + - No âmbito dos seus próprios objectivos, fundamentalmente, de Eco Comunicação/Eco Frota/ Eco Rede, a HF apresentou uma candidatura, ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, para financiar a aquisição/implementação no seu serviço urbano de 18 mini autocarros com tecnologia inovadora, menos poluente e com tecnologia ecologicamente sustentável. O projecto prevê uma comparticipação de 80% a fundo perdido.

A indemnização compensatória atribuída neste exercício pelo GR, tal como no exercício anterior, é repartida em duas partes. Uma, é destinada à compensação dos benefícios de ordem social atribuídos a determinadas classes da população. Visa, entre outros aspectos, a inclusão social, nomeadamente das crianças, dos idosos e dos reformados e a garantia da continuidade territorial através do título de transporte combinado. A outra, de valor fixo, destinada à compensação da produção e oferta de transporte para as zonas altas da cidade do Funchal, em zonas de reduzida densidade populacional ou em carreiras de reduzida procura de transporte, nomeadamente, durante o período nocturno, fins-de-semana e feriados. Visa ainda o serviço especial de Pessoas com Mobilidade Reduzida e o serviço especial no centro do Funchal, denominado linha Eco.

Tendo em consideração que a nova filosofia de mobilidade e a sustentabilidade dos transportes públicos de passageiros, torna indispensável que se defina um novo padrão de cálculo da indemnização compensatória, que se adequa às novas tendências de transporte associadas a princípios da subsidiariedade, à melhoria das performances de gestão, à melhoria do serviço público orientado para a mobilidade dos cidadãos, o Grupo HF e o Governo Regional da Madeira, através da Secretaria Regional do Turismo e Transportes, entidade que tutela os transportes, devem orientar a política desta compensação de forma a compatibilizar com o aprovado pelo Decreto-Lei 167/2008 de 26 de Agosto.

A fórmula, como forma sintética de cálculo da contribuição para os operadores, baseia-se na estimativa prévia dos custos standards (teóricos) e da capacidade de contenção dos custos das empresas.

Afim de se poder organizar o serviço público de transporte de passageiros perante as novas exigências dos passageiros, a maior concorrência por parte da viatura ligeira, importa, no âmbito do princípio da subsidiariedade, estabelecer critérios e acções que concorram para a afirmação de novas políticas na Região Autónoma da Madeira.

Assim, estrategicamente, existe a necessidade de aprovar um modelo de indemnização compensatória mais justo e equilibrado que dote o Grupo HF de meios que contribuam para o seu equilíbrio económico e financeiro.

A gestão do risco de liquidez, tem por objectivo garantir que o Grupo HF possua capacidade para obter, atempadamente, o financiamento necessário para poder levar a cabo as suas actividades e cumprir com as suas obrigações de tesouraria.

O deficit de exploração do Grupo HF faz com que, este recorra, cada vez mais, ao capital alheio para financiamento da sua actividade. A impossibilidade de efectuar compras a crédito, junto de alguns fornecedores, é um reflexo deste crescente endividamento e dificuldades de tesouraria.

Neste exercício minimizou o rácio de endividamento reavaliando os seus terrenos e edifícios.

A actividade do serviço interurbano diminui face à procura verificada. As várias intempéries que assolaram a Região provocaram uma descida na actividade, relativamente ao ano anterior, com consequente impacto negativo nos resultados operacionais.

O grupo HF com o objectivo de reduzir custos e de contrariar a perda de passageiros transportados verificada nos últimos anos, tem introduzido ajustamentos à oferta, adaptando a sua rede, reajustando horários e preparando a introdução de novos títulos combinados que foram implementados no exercício de 2011.

A exploração do serviço decorreu com normalidade, não se registando aspectos de relevo que provocassem perturbações, tanto no âmbito operacional como no comercial, excepção feita às várias intempéries que assolaram a Ilha e que condicionaram o serviço normal regular e com o inevitável impacto no serviço prestado aos nossos clientes.

A actividade operacional do serviço de Turismo, desenvolveu-se com normalidade não obstante a desfavorável conjuntura sócio – económica e de factores resultantes de fenómenos meteorológicos, nomeadamente em Fevereiro, Novembro, e Dezembro que nos conduziram a valores de facturação inferiores aos verificados no ano anterior.

No que concerne à prestação de Serviços, reviu-se novamente em baixa os proveitos de exploração, motivado pela prática de preços abaixo dos custos de produção e pela procura dos nossos serviços descerem significativamente. O Grupo HF viu os seus custos baixarem ligeiramente ao nível do consumo de gasóleo e dos seus custos de manutenção, fruto da renovação da frota e da redução do número de quilómetros percorridos, por supressão de viagens de baixa procura, não afectando de forma alguma a qualidade do serviço prestado.

O Resultado Líquido Consolidado è negativo e o Capital Próprio Consolidado passou a positivo, motivado pela reavaliação efectuada aos seus edifícios, no entanto apresenta Resultados Transitados negativos na ordem dos 21,4 milhões de Euros.

O Activo total é no montante de 48,5 milhões de Euros e seu Passivo é de 38,7 milhões de Euros.

O Grupo HF apresenta prejuízos fiscais durante 3 anos consecutivos, logo, a Administração Fiscal pode ao abrigo da alínea e) do artigo 87º da Lei Tributária proceder à avaliação indirecta da matéria colectável.

## PAINEL DE BORDO

4 Números (a)	2010	2009
Viaturas	281	283
Motoristas	377	369
Metalúrgicos	107	111
Total de trabalhadores	619	622

3 Indicadores	2010	2009
Motoristas / viatura	1.34	1.30
Metalúrgicos / viatura	0.38	0.39
Total trab. / viatura	2.20	2.20

## **A OFERTA**

A exemplo dos anos anteriores, a rede de exploração voltou a aumentar, neste exercício. A extensão da rede simples na HF era, ao final do ano, de 198 km, mais 1 km do que no ano anterior e 232 Km na SG.

Foram percorridos 8,8 milhões de Km, sendo 1,6 na SG e 7,2 na HF, menos 152 mil Km que no ano anterior.

## **A PROCURA**

### **Carreiras regulares**

O número de passageiros transportados 26,9 milhões de passageiros, menos 1,3 milhões que no ano anterior.

### **Serviço Horários da Madrugada**

A produção de Km desceu 55,5%. O principal motivo vai para o reajustamento no horário, em virtude da baixa procura deste serviço.

### **Serviço para pessoas com Mobilidade reduzida**

Lançado no mês de Fevereiro 2005, este serviço, para pessoas com fortes limitações de acesso ao serviço regular de carreiras, cumpriu o seu sexto ano de actividade. O número de inscritos aumentou, principalmente, por parte de pessoas doentes, com dificuldade de locomoção e frequentadores de Lares de 3ª Idade, em particular o Centro de dia da Penteada, que foi o principal destino com 1 590 viagens/ano.

## **ACTIVIDADE OFICINAL**

### **Serviço oficial**

As oficinas da HF asseguram a manutenção das frotas HF e SG.

A fim de serem prevenidas futuras avarias, O Grupo HF tem um plano anual para a realização das revisões periódicas em todas as viaturas da frota;

O grupo HF terminou o ano com 281 autocarros, sendo 218 para o serviço normal de carreiras, 10 para o serviço das zonas altas, 3 para o serviço especial de transporte de pessoas com mobilidade reduzida, 4 para o serviço da linha Eco e 46 para o serviço de turismo;

A idade média das viaturas é a seguinte:

- Serviço normal de transporte de passageiros urbanos – 15,5 anos;
- Serviço normal de transporte de passageiros interurbanos – 22,6 anos;
- Serviço de transporte especial de mobilidade reduzida (PMR) – 5,7 anos;
- Serviço da linha ECO – 4 anos,
- Serviço de turismo – 12,9 anos;

## **RECURSOS HUMANOS**

O número de trabalhadores ao serviço é de 619, em 31 de Dezembro de 2009 era de 622.

Foram admitidos 15 motoristas para a condução de viaturas pesadas de passageiros e saíram 10;

A taxa de trabalho suplementar é de 10,8 na HF e de 18,2 na SG.

## **AMBIENTE**

O Grupo HF está firmemente comprometida com a conservação e protecção ambiental, desenvolvendo um esforço para minimizar os impactes decorrentes da sua actividade, quer a nível de emissões de poluentes, quer a nível de consumos de recursos naturais.

A nossa politica ambiental passa por:

- Apoiar e respeitar os requisitos da actual legislação;
- Operar e manter as viaturas do Grupo HF tendo em conta questões ambientais;
- Definir e planear os serviços de forma a minimizar os consumos energéticos sem que este afecte o produto final;
- Adopção de tecnologias menos poluentes, nomeadamente nos sistemas de propulsão das viaturas sempre que exista uma alternativa viável;
- Minimizar a produção de resíduos, através da redução e de um processo de recolha que permita a reciclagem da maior parte dos resíduos produzidos;
- Minimizar os consumos de electricidade e de água nos edifícios e nos processos de manutenção, nomeadamente na lavagem das viaturas.

Diminuir o impacto decorrente do nosso negócio e melhorar o desempenho ambiental faz parte da cultura e estratégia do Grupo HF.

## **ECONOMIA E FINANÇAS**

### **Investimento**

O montante total investido pelo Grupo HF ascendeu a 2 milhões de euros, deste valor destaca-se o montante de 973 mil euros na aquisição de 5 viaturas para o serviço de transporte de passageiros urbanos e de 251 mil euros para os projectos subsidiados por Fundos Comunitários.

### **Financiamento**

Para fazer face aos investimentos do exercício e cobrir necessidades de tesouraria o Grupo HF recorreu a dois financiamentos de médio o longo prazo no montante de 4,9 milhões de euros a ser liquidado aquando do pagamento por parte do GR da Indemnização Compensatória do ano de 2009 para a SG e do presente exercício para a HF, bem como a outro de curto prazo no valor de 600 mil euros com autorização de penhora do terreno anexo ao edifício principal do Grupo HF.

Prorrogou por mais um ano a data de vencimento do empréstimo de 4 milhões de euros, respeitante ao adiantamento da Indemnização compensatória do ano de 2009.

Para o investimento na aquisição de 5 autocarros recorreu a um financiamento em sistema de Leasing no montante de 972,5 mil euros.

### **Resultado líquido**

O resultado líquido consolidado é negativo em 4.269.215,88 euros. As demonstrações financeiras da HF apresentam um resultado negativo de 4.296.501,88 euros e as da SG apresentam também um resultado negativo de 549.236,73 euros.

A diferença para o resultado consolidado em 27.286,00 Euros corresponde à eliminação dos gastos e perdas bem como dos rendimentos e ganhos relativos às operações de consolidação efectuada entre as duas empresas.

A tributação em imposto sobre o rendimento do período é no montante de 146.962,83 euros.

## **PERSPECTIVAS FUTURAS**

A Regularização de dois prédios, constantes no imobilizado da H.F, ao Governo Regional da Madeira - Secretaria Regional do Equipamento Social e Transportes, para a construção do Centro Cívico de Santo António.

O cumprimento das medidas impostas pelo Governo às empresas públicas e equiparadas, medidas severas na contenção de custos e de endividamento.

O Grupo HF vai desenvolver a sua actividade focando a sua gestão na redução dos custos em geral, principalmente nos operacionais, reduzindo o número de quilómetros a percorrer de acordo com a oferta e procura, No entanto evitando grandes impactos junto dos seus clientes.

O não cumprimento dos prazos de pagamento do sector público, tem como consequência a necessidade de recorrer a financiamentos bancários, elevando assim os seus custos e agravando as dificuldades financeiras do Grupo HF.

Atendendo ao endividamento do Sector Público do Estado o Grupo prevê grandes dificuldades em contrair financiamentos bancários para fazer face aos seus compromissos tanto do exercício findo como do exercício de 2011.

## **RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO**

A Administração é responsável pela elaboração das Contas do exercício Consolidadas, anexas a este relatório, as quais fornecem uma justa e apropriada imagem da situação do negócio e da actividade do Grupo HF.

Na preparação das Demonstrações Financeiras Consolidadas, de acordo com a legislação em vigor, foram utilizadas políticas e critérios contabilísticos apropriados.

As Contas Consolidadas do exercício e os procedimentos de controlo interno foram revistos pelos auditores externos e revelam-se isentas de distorções relevantes.

## PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

De acordo com a Lei e os Estatutos, cabe ao Conselho de Administração apresentar à Assembleia-Geral uma proposta de aplicação dos resultados do Grupo HF.

Nestas circunstâncias, o Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício consolidado, negativo em 4.269.215,88 euros seja transferido para a Conta de Resultados Transitados.

Funchal, 07 de Setembro de 2011

O Conselho de Administração



The image shows three distinct handwritten signatures in blue ink, arranged vertically. The top signature is the most prominent and appears to be 'Luís Gomes'. The middle signature is smaller and less legible, possibly 'J. Almeida'. The bottom signature is also smaller and appears to be 'António F. Almeida'. The signatures are written over a light-colored background.

# **Contas Consolidadas do Exercício**

**BALANÇO**

Rubricas	Notas	2010	2009
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Activos fixos tangíveis	5 e 6	31.294.627,08	12.227.053,59
Propriedades de Investimento	7	219.504,75	219.504,75
Goodwill		0,00	0,00
Activos intangíveis		0,39	0,11
Activos biológicos		0,00	0,00
Participações financeiras - Método de Equivalência Patrimonial		0,00	0,00
Participações financeiras - outros métodos	8	107.893,29	109.005,03
Accionistas / Sócios		0,00	0,00
Outros activos financeiros	10	285.202,87	533.359,48
Activos por impostos diferidos		0,00	0,00
<b>Activo corrente</b>			
Inventários	12	1.232.800,30	1.261.647,01
Activos biológicos		0,00	0,00
Activo corrente		0,00	0,00
Clientes	13	1.678.397,04	1.757.233,65
Adiantamentos a fornecedores		177,09	69,90
Estado e outros entes públicos	14	580.413,82	476.468,79
Accionistas / sócios		2.150,32	2.150,32
Outras contas a receber	15	11.811.843,56	11.772.488,29
Diferimentos	16	364.264,65	59.569,75
Activos financeiros detidos para negociação	9	4.196,22	6.092,45
Outros activos financeiros		0,00	0,00
Activos não correntes detidos para venda	17	166.315,34	0,00
Caixa e depósitos bancários	4	892.215,29	1.569.988,26
<b>Total do ACTIVO</b>		<b>48.640.002,01</b>	<b>29.994.631,38</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital Próprio</b>			
Capital realizado	18	16.500.000,00	16.500.000,00
Acções (quotas) próprias		0,00	0,00
Outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Prémios de emissão		0,00	0,00
Reservas legais	19	44.725,19	44.725,19
Outras reservas	20	139.663,87	139.663,89
Resultados transitados	21	-21.265.055,81	-20.171.687,45
Ajustamentos em activos financeiros		-150.087,66	-47.302,16
Excedentes de reavaliação	11 e 22	18.455.837,29	1.592.504,81
Outras variações no capital próprio	5, 11 e 23	443.720,51	775.792,30
Resultado líquido do período		-4.269.215,88	-982.445,33
Interesses minoritários		0,00	0,00
<b>Total do Capital Próprio</b>		<b>9.899.587,51</b>	<b>-2.148.748,75</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não Corrente</b>			
Provisões	24	0,00	8.564,58
Financiamentos obtidos	25	14.602.216,25	12.679.366,34
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		0,00	0,00
Passivos por impostos diferidos	5, 22 e 23	4.065.480,04	210.237,97
Outras contas a pagar		0,00	0,00
<b>Passivo Corrente</b>			
Fornecedores	27	2.447.539,91	1.754.375,25
Adiantamento de clientes		115,38	0,00
Estado e outros entes públicos	14	351.311,75	356.837,42
Accionistas / Sócios		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	25	14.280.980,11	14.083.792,99
Outras contas a pagar	26	2.459.590,81	2.460.104,45
Diferimentos	16	533.180,25	590.101,13
Passivos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
Passivos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
<b>Total do PASSIVO</b>		<b>38.740.414,50</b>	<b>32.143.380,13</b>
<b>Total do Capital Próprio e do Passivo</b>		<b>48.640.002,01</b>	<b>29.994.631,38</b>

O Técnico de Contas



O Conselho de Administração



## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2010	2009
Vendas e serviços prestados	28	17.439.135,02	17.974.216,21
Subsídios à exploração	29	4.131.531,98	4.689.490,81
Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	30	150.000,00	353.119,98
Variação nos inventários da produção	31	41.182,26	-6.932,60
Trabalhos para a própria entidade	32	14.153.344,69	1.949.885,71
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	33	-7.602.630,21	-7.506.606,29
Fornecimentos e serviços externos	5 e 34	-2.658.128,14	-2.555.749,20
Gastos com pessoal	35	-13.652.464,48	-13.671.086,05
Imparidades de inventários (perdas/reversões)	12	15.285,22	-7.293,55
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	13 e 15	-149.353,35	-117.200,92
Provisões (aumentos/reduções)	24	8.564,58	10.856,02
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	8	-1.111,74	-1.860,76
Aumentos/Reduções de justo valor	9 e 10	-250.052,84	2.742,79
Outros rendimentos e ganhos	36	1.660.342,70	3.290.093,47
Outros gastos e perdas	37	-266.040,36	-442.018,75
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>281.605,33</b>	<b>3.961.656,87</b>
Gasto/reversões de depreciação e de amortização	5 e 38	-3.920.320,57	-4.298.655,46
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>-3.638.715,24</b>	<b>-336.998,59</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	39	-777.463,47	-820.564,34
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>-4.416.178,71</b>	<b>-1.157.562,93</b>
Imposto sobre rendimento do período	11 e 14	146.962,83	175.117,60
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>-4.269.215,88</b>	<b>-982.445,33</b>

O Técnico de Contas



O Conselho de Administração



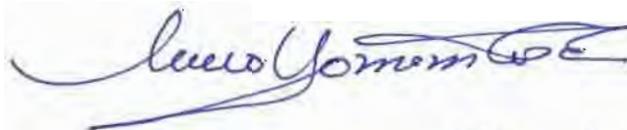
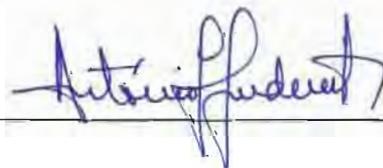
## FLUXOS DE CAIXA

RUBRICAS	2010	2009
<b>ACTIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Recebimentos de clientes	18.042.271,57	18.271.503,15
Pagamento a fornecedores	-11.236.005,44	-11.223.873,29
Pagamentos ao pessoal	-8.289.089,51	-8.333.871,36
Fluxos de caixa das actividades operacionais	-1.482.823,38	-1.286.241,50
Pagamento / Recebimento do imposto sobre o rendimento	-31.708,77	-24.773,54
Outros recebimentos / pagamentos	451.338,12	70.362,41
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)</b>	<b>-1.063.194,03</b>	<b>-1.240.652,63</b>
<b>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
<b>Pagamentos de</b>		
Activos fixos tangíveis	-392.515,92	-603.643,94
Activos fixos intangíveis		
Investimentos financeiros		
Outros activos		
<b>Recebimentos de</b>		
Activos fixos tangíveis	128.850,90	126.725,00
Activos fixos intangíveis		
Investimentos financeiros		
Outros activos		
Subsidios ao investimento	205.339,70	618.990,03
Juros e rendimentos similares	10.150,25	49.954,42
Dividendos	150.000,00	375.000,00
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)</b>	<b>101.824,93</b>	<b>567.025,51</b>
<b>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
<b>Recebimentos de</b>		
Financiamento obtidos	8.886.266,12	9.081.311,26
Realização de capital e outros inst. de capital próprio		
Cobertura de prejuízos		
Doações		
Outras operações de financiamento		
<b>Pagamentos de</b>		
Financiamentos obtidos	-7.829.551,22	-6.213.937,68
Juros e gastos similares	-773.118,77	-910.238,87
Dividendos		
Redução de capital e outros inst. de capital próprio		
Outras operações de financiamento		
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)</b>	<b>283.596,13</b>	<b>1.957.134,71</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>	<b>-677.772,97</b>	<b>1.283.507,59</b>
Efeitos das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	1.569.988,26	286.480,67
Caixa e seus equivalentes no fim do período	892.215,29	1.569.988,26

O Técnico de Contas

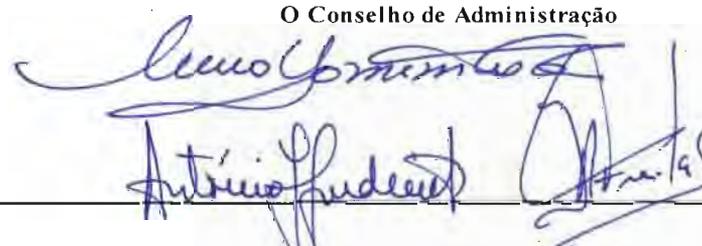


O Conselho de Administração


## DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL

Demonstração individual das alterações no capital próprio no período 2009										
	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa								Total
		C. Realizado	Res. legais	O. reservas	R. transitados	Ajust. Act. financeiros	Exced. revalorização	O. Var. capital próprio	Res. Liq. período	
Posição no início do período 2009 (POC)		16.500.000	62.627	139.664	(16.463.506)	(130.719)	1.592.505	18.251	(3.499.914)	(1.781.090)
Primeira adopção novo refer. contabilístico			(17.901)		17.901	156.445		1.278.526		1.434.971
Posição no início do período 2009 (SNC)	1	16.500.000	44.725	139.664	(16.445.605)	25.726	1.592.505	1.296.778	(3.499.914)	(346.119)
<b>Alterações no Período</b>										
Reconhecimento de subsídios ao investimento								(651.234)		(651.234)
Ajustamentos por impostos diferidos					(226.169)			130.247		(95.923)
Variações de capital em participadas						(73.028)				
Aplicação do resultado líquido do período					(3.499.914)				3.499.914	-
	2	-	-	-	(3.726.083)	(73.028)	-	(520.987)	3.499.914	(747.156)
Resultado Líquido do Período	3								(982.445)	(982.445)
Resultado Extensivo	4=2+3								2.517.468	2.517.468
Posição no fim do período 2009	5=1+2+3	16.500.000	44.725	139.664	(20.171.688)	(47.302)	1.592.505	775.791	(982.445)	(2.148.749)
<b>O Técnico de Contas</b> 										
<b>O Conselho de Administração</b> 										

Demonstração individual das alterações no capital próprio no período 2010										
	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa								Total
		C. Realizado	Res. legais	O. reservas	R. transitados	Ajust. Act. financeiros	Exced. revalorização	O. Var. capital próprio	Res. Liq. período	
Posição no início do período 2010	6	16.500.000	44.725	139.664	(20.171.688)	(47.302)	1.592.505	775.791	(982.445)	(2.148.749)
<b>Alterações no Período</b>										
Exced. rev. Act. fixos tang. e int. e r. variações							20.846.791			20.846.791
Reconhecimento de subsídios ao investimento								(415.089)		(415.089)
Ajustamentos por impostos diferidos					(110.923)		(3.983.458)	83.019		(4.011.363)
Variações de capital em SG						(102.786)				(102.786)
Aplicação do resultado líquido do período					(982.445)				982.445	
	7	-	-	-	(1.093.369)	(102.786)	16.863.332	(332.071)	982.445	16.317.553
Resultado Líquido do Período	8								(4.269.216)	(4.269.216)
Resultado Extensivo	9=7+8								(3.286.771)	(3.286.771)
Posição no fim do Período 2010	10=6+7+8	16.500.000	44.725	139.664	(21.265.056)	(150.088)	18.455.838	443.720	(4.269.216)	9.899.588
<b>O Técnico de Contas</b> 										
<b>O Conselho de Administração</b> 										

# Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados Consolidados

## 1. Empresas incluídas na consolidação

### 1.4. Designação das Entidades

As designações das entidades incluídas na consolidação, doravante Grupo HF, são as seguintes:

Horários do Funchal – Transportes Públicos, S. A. (empresa – mãe e ou HF)

Fundoa de Baixo – São Roque – 9020 - 242 Funchal

Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A. (SG)

Fundoa de Baixo – São Roque – 9020 -242 Funchal

### 1.5. Natureza da actividade

A natureza das actividades que constituem o Grupo HF é as seguintes:

A Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A., (HF), sociedade, comercial por acções, de natureza privada e composta por agregação de capitais públicos, dedica-se à exploração, no concelho do Funchal, em regime de exclusividade, de um serviço público de transporte, urbano e local, por autocarro, sendo seus sócios fundadores e actuais, a Região Autónoma da Madeira e a Empresa de Electricidade da Madeira, S.A. detendo, respectivamente 95% e 5% do capital social, integralmente realizado, de 16.500.000,00 Euros

A Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A., (SG) é uma sociedade comercial por acções de natureza privada. Dedicar-se ao transporte colectivo de passageiros (carreiras interurbanas da Camacha, Santo António da Serra, Curral das Freiras, São Roque do Faial, Faial, Santana, São Jorge, Arco de São Jorge, bem como entre Santana e Porto da Cruz e entre Santana e Arco de São Jorge) e ao aluguer de autocarros com condutor, nomeadamente para o turismo.

O Capital Social, integralmente subscrito e realizado, é de 5.000.000,00 Euros e é detido, na totalidade, pela empresa Horários do Funchal Transportes Públicos, S.A. (HF).

## **2. Referencial Contabilístico de preparação das demonstrações financeiras consolidadas**

### **2.1 Disposições gerais**

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo HF, foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), conforme disposto no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho. O SNC é composto pelas Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras (BADF), Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF), Código de Contas (CC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), Normas Interpretativas (NI) e Estrutura Conceptual e por aplicação do disposto na alínea a) do artigo 1º. do Decreto – Lei nº. 238/91, de 2 de Julho.

As demonstrações financeiras que incluem o balanço consolidado, a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa e o anexo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração, no dia 07 de Setembro de 2011, são expressas em Euros e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como activos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 3, foram utilizadas nas demonstrações financeiras consolidadas para o período findo a 31 de Dezembro de 2010 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras consolidadas para o período findo a 31 de Dezembro de 2009.

### **2.2 Derrogações às disposições do SNC**

Não foram feitas derrogações às disposições do SNC.

### **2.3 Comparabilidade com o ano anterior**

Não existem contas do balanço e da demonstração dos resultados consolidados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

### **2.4 Adopção pela primeira vez das NCRF**

Conforme previsto na NCRF 3 as demonstrações financeiras consolidadas incluem informação comparativa com referência a 31 de Dezembro de 2009, preparada de acordo com o SNC.

A transição do POC para o SNC teve os seguintes impactos nas demonstrações financeiras do Grupo HF:

O Grupo HF procedeu à reclassificação dos proveitos diferidos relativos a subsídios não reembolsáveis do passivo para o Capital Próprio, reconhecendo sobre os mesmos um imposto diferido a pagar (em conformidade com a NCRF 25).

O Grupo HF registou no seu capital próprio, pela aplicação do método da equivalência patrimonial, as variações ocorridas nos capitais próprios da SG relativamente aos ajustamentos de transição por esta efectuada.

A reconciliação do capital próprio relatado de acordo com o POC com o capital próprio segundo as NCRF, entre a data de transição para as NCRF e 31 de Dezembro de 2009, apresenta-se como segue:

DESCRIÇÃO	
<b>Capital próprio de acordo com o POC a 1 de Janeiro de 2009</b>	-1.781.090
<b>Ajustamentos efectuados ao capital próprio em 1 de Janeiro de 2009</b>	
<i>Reclassificação do valor de subsídios não reembolsáveis obtidos</i>	1.598.158
<i>Reconhecimento de impostos diferidos sobre subsídios não reembolsáveis obtidos</i>	-319.632
<i>Variações de capital em participadas (Método de Equivalência Patrimonial)</i>	156.445
<b>Capital próprio de acordo com as NCRF a 1 de Janeiro de 2009</b>	-346.119
<b>Capital próprio de acordo com o POC a 31 de Dezembro de 2009</b>	-2.989.705
<b>Ajustamentos efectuados ao capital próprio em 31 de Dezembro de 2009</b>	
<i>Reclassificação do valor de subsídios não reembolsáveis obtidos</i>	946.924
<i>Reconhecimento de impostos diferidos sobre subsídios não reembolsáveis obtidos</i>	-189.385
<i>Variações de capital em participadas (Método de Equivalência Patrimonial)</i>	83.417
<b>Capital próprio de acordo com as NCRF a 31 de Dezembro de 2009</b>	-2.148.748

A reconciliação do resultado relatado segundo o POC, relativo ao período findo em 31 de Dezembro de 2009, com o resultado segundo as NCRF relativo ao mesmo período, apresenta-se como segue:

DESCRIÇÃO	
<b>Resultado do período de 2009 de acordo com o POC</b>	-1.208.615
<b>Ajustamentos efectuados às rubricas de rendimentos e gastos do período de 2009</b> <i>Impostos diferidos relativos ao reconhecimento de subsídios ao investimento</i>	226.169
<b>Resultado do período de 2009 de acordo com as NCRF</b>	-982.445

Na preparação do balanço de abertura de acordo com as NCRF não foram reconhecidas ou revertidas perdas por imparidade.

As reconciliações apresentadas não incluem itens referentes a correcções de erros. Todos os itens dizem respeito à alteração de políticas contabilísticas.

Estas demonstrações financeiras são as primeiras demonstrações financeiras preparadas em conformidade com as NCRF, tendo sido aplicada a NCRF 3 – Adopção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

### 3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas apresentam-se como segue.

#### 3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, exceptuando-se contudo as seguintes situações:

- Activos não correntes detidos para venda – os quais são valorizados ao menor entre o seu valor contabilístico e o justo valor deduzido dos custos de venda;
- Terrenos e edifícios incorporados nos activos fixos tangíveis – valorizados pelo método de revalorização;

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos activos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 3.3 - Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

## **3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes**

### **Activos fixos tangíveis**

Os activos fixos tangíveis, encontram-se registados ao custo de aquisição, que compreende o seu preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos e abatimentos, quaisquer custos directamente atribuíveis para colocar o activo na localização e condição necessárias, para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida, e a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, com as seguintes excepções:

Os terrenos, edifícios encontram-se registados pelo método de revalorização, ou seja, ao seu justo valor. Sempre que se revelar necessário, ou que ocorram alterações às actuais condições, o justo valor dos activos fixos tangíveis deverá ser actualizado, sendo que essa análise deverá ocorrer no mínimo de 5 em 5 anos.

A revalorização do terreno foi efectuada com referência a 01.01.2010, tendo O Grupo HF recorrido a um perito independente no sentido de os avaliar e valorizar.

Relativamente ao equipamento básico (viaturas para transporte de passageiros) adquiridos até ao ano de 1992, o seu custo de aquisição encontra-se acrescido das reavaliações efectuadas ao abrigo dos Decretos Lei 49/91 de 25 de Janeiro e 264/92 de 24 de Novembro.

Na data da transição para as NCRF o Grupo HF decidiu considerar como custo dos activos fixos tangíveis o seu valor reavaliado determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, Decretos-Lei 49/91, de 25 de Janeiro e 264/92, de 24 de Novembro, o qual era equiparável em termos gerais ao custo, mensurado de acordo com a NCRF 7, com excepção de terrenos e edifícios que registou ao seu justo valor.

Os custos subsequentes são reconhecidos como activos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo HF.

Os custos de assistência diária ou de reparação e manutenção são reconhecidas como gastos à medida que são incorridos de acordo com o regime de acréscimo.

Para desenvolvimento da sua actividade e tendo em conta a orografia da Ilha da Madeira, O Grupo HF tem por norma que imprimir às viaturas utilizadas no desenvolvimento da sua actividade especificidades significativas. Esta situação associada a custos significativos de transportes, dificulta a venda por parte do Grupo HF destas viaturas fora da Ilha da Madeira, sendo que as restantes empresas que operam no mercado regional no ramo dos transportes não conseguem absorver este tipo de viaturas, caracterizando a inexistência de um mercado activo inviabilizando assim o apuramento de um valor de mercado apropriado. Assim, esse valor apenas é determinado quando existem propostas de venda para material específico ou pela determinação de um valor no residual.

No que respeita à determinação do valor em uso, este deve reflectir os fluxos de caixa esperados, actualizados a uma taxa de desconto apropriada para o negócio. O Grupo HF considera que, para o cálculo dos fluxos de caixa esperados, deve ter-se em conta as características do serviço público prestado bem como as especificidades da estrutura de financiamento que tem vindo a ser seguida.

Na ausência de contratualização da prestação de serviço público, o Grupo HF, entende que não é possível a determinação do valor em uso conforme definido pelo Sistema de Normalização Contabilística, e não se encontram definidas regras específicas para o Grupo HF nas prestadoras de serviço público.

Não obstante, quando se verificam situações específicas que um activo possa estar em imparidade, nomeadamente quando as viaturas deixem de prestar serviço, é determinado o valor recuperável, e reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. Desta forma, as perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda (valor realizável líquido) e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim vida útil.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações dos activos fixos tangíveis são calculadas sobre o valor de custo ou de reavaliação, a partir da entrada em funcionamento dos bens, segundo o método da linha recta, após a dedução do seu valor residual. Em 2010, tendo O Grupo HF acesso pela primeira vez a informação adicional, decidiu proceder à desagregação das viaturas por componentes e inerentemente alterar as vidas úteis das viaturas, tendo como base uma análise realizada internamente. Desta forma, de acordo com a NCRF nº 7, foi considerada como vida útil destes activos o período durante o qual O Grupo HF espera que as componentes que os compõem estejam disponíveis para uso, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	Número de anos
Edifícios e outras construções	3 a 50
Equipamento básico:	
Viaturas	
Motores	8
Caixas velocidades	2
Diferenciais	5
Eixos	5
Carroçarias	8
Outros	16
Equipamentos cobrança e controlo	3 a 8
Programas eq cobrança e controlo	3
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	5 a 8
Equipamentos biológicos	-
Outros activos fixos tangíveis	5 a 8

As vidas úteis, método de depreciação e valor residual dos bens são revistos anualmente. O efeito das alterações a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre o recebimento e a quantia escriturada do activo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos no período. No caso de alienação de bens revalorizados, o montante incluído em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados.

### Propriedades de investimento

O Grupo HF classifica como propriedades de investimento os imóveis (terrenos ou edifícios ou parte de um edifício ou ambos) detidos para valorização do capital.

Na data da transição para as NCRF o Grupo HF decidiu considerar como custo dos activos fixos tangíveis o seu valor reavaliado determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável em termos gerais ao custo, mensurado de acordo com a NCRF 11.

As propriedades de investimento são mensuradas inicialmente pelo seu custo de aquisição ou produção, incluindo os custos de transacção que lhe sejam directamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, as propriedades de investimento são mensuradas pelo modelo do custo deduzido das depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações das propriedades de investimento são calculadas segundo o método da linha recta após a dedução do seu valor residual, quando aplicável, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	Número de anos
Edifícios e outras construções	3 a 50

Os custos subsequentes com as propriedades de investimentos só são adicionados ao custo do activo se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros acrescidos face aos considerados no reconhecimento inicial.

### **Direitos de concessão**

Os direitos de concessão para o transporte público de passageiros, 61 carreiras, foram concedidas, sem valor e não estão registados como activos intangíveis, pelo facto de não existir um mercado activo para valorização das mesmas e por incorporarem um serviço público não passível de ser quantificável.

### **Locações**

O Grupo HF classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da substância da transacção e não da forma do contrato. Uma locação é classificada como locação financeira se ela transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade. Uma locação é classificada como locação operacional se ela não transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade.

### **Locações operacionais**

Os pagamentos/recebimentos efectuados pelo Grupo HF à luz dos contratos de locação operacional são registados nos gastos/rendimentos dos períodos a que dizem respeito numa base linear.

### **Locações financeiras**

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como activo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, ou se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os custos directos iniciais do locatário são adicionados à quantia reconhecida como activo.

Os pagamentos mínimos da locação financeira são repartidos pelo encargo financeiro e pela redução do passivo pendente. Os encargos financeiros são imputados a cada período durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo.

### **Impostos sobre o rendimento do período**

O imposto sobre o rendimento do período é calculado com base no resultado tributável do Grupo HF e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no resultado tributável (o qual difere do resultado contabilísticos) do Grupo HF, de acordo com as regras fiscais aprovadas à data de balanço no local da sede do Grupo HF.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos relevados contabilisticamente e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados, e periodicamente avaliados, utilizando as taxas de tributação aprovadas à data de balanço, não se procedendo ao respectivo desconto.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos somente quando for provável que lucros tributáveis estarão disponíveis contra os quais as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Na data de cada balanço, é efectuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos activos por impostos diferidos no sentido de as reconhecer ou ajustar, em função da expectativa actual da sua recuperação futura.

O imposto sobre o rendimento é reconhecido na demonstração dos resultados, excepto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Em conformidade com o estabelecido no parágrafo 68 da NCRF 25, o Grupo HF procede à compensação dos activos e passivos por impostos diferidos sempre que o Grupo HF:

- Tiver um direito legalmente executável de compensar activos por impostos correntes contra passivos por impostos correntes;
- Os activos por impostos diferidos e os passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

### **Inventários**

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição actual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da actividade deduzido dos respectivos custos de venda.

A fórmula de custeio das saídas de armazém (consumos) é o custo médio ponderado.

O Grupo HF reduz o custo dos inventários (write down) para o seu valor realizável líquido sempre que esses activos estão escriturados por quantias superiores àquelas que previsivelmente resultariam da sua venda ou uso.

Os produtos acabados e intermédios e os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao mais baixo de entre o custo de produção (que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico, tomando por base o nível normal de produção) e o valor realizável líquido.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado deduzido dos custos estimados de acabamento e de comercialização. As diferenças entre o custo e o valor realizável líquido, se inferior, são registadas em Inventários consumidos e vendidos.

### **Contas a receber**

As contas a receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo ou custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efectiva, sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objectiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

### **Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas**

Os activos não correntes ou grupos de activos não correntes detidos para venda (grupos de activos em conjunto com os respectivos passivos, que incluem pelo menos um activo não corrente), são classificados como detidos para venda quando estão disponíveis para venda imediata na sua condição actual, sujeitos apenas aos termos que são habituais e costumeiros para a sua venda e cuja venda é altamente provável.

O Grupo HF também classifica como activos não correntes detidos para venda os activos não correntes ou grupos de activos adquiridos apenas com o objectivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata na sua condição actual, sujeitos apenas aos termos que são habituais e costumeiros para a sua venda e cuja venda é altamente provável.

Imediatamente antes da sua classificação como detidos para venda, os activos não correntes detidos para venda e todos os activos e passivos incluídos num grupo de activos para venda, são mensurados ao menor entre o seu custo e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

### **Caixa e equivalentes de caixa**

A caixa e seus equivalentes englobam o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem e investimentos financeiros a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

### **Transacções em moeda estrangeira**

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para euros à taxa de câmbio em vigor na data da transacção.

Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas nos resultados.

As diferenças de câmbio resultantes da liquidação de itens monetários ou do relato de itens monetários a taxas diferentes das que foram inicialmente registadas durante o período, ou relatadas em demonstrações financeiras anteriores, são reconhecidas nos resultados do período em que ocorrem.

### **Subsídios do Governo**

Os subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com activos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos Capitais Próprios e, subsequentemente quanto aos que respeitam a activos fixos tangíveis depreciáveis e intangíveis com vida útil definida, imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem. Quanto aos que respeitem a activos fixos tangíveis não depreciáveis e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos Capitais Próprios, excepto se a respectiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Um subsídio do Governo não é reconhecido, até que haja segurança razoável de que o Grupo HF cumprirá as condições a ele associadas, e que o subsídio será recebido.

Os subsídios do Governo reembolsáveis são contabilizados como Passivos.

Os empréstimos sem juros ou a taxas de juros baixas são uma forma de apoio do Governo, mas o benefício não é quantificado pela imputação de juros.

Um subsídio do Governo que se torne receptível como compensação por gastos ou perdas já incorridos ou para a finalidade de dar suporte financeiro imediato à Empresa sem qualquer futuro custo relacionado é reconhecido como rendimento do período em que se tornar receptível.

Os subsídios que são concedidos para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar deficits de exploração de um dado exercício imputam-se como rendimentos desse exercício, salvo se destinarem a financiar deficits de exploração de exercícios futuros, caso em que se imputam aos referidos exercícios. Estes subsídios são apresentados separadamente como tal na demonstração dos resultados.

Quando um subsídio do Governo tomar a forma de transferência de um activo não monetário, tal como terrenos ou outros recursos, para uso do Grupo HF, é usual avaliar o justo valor do activo não monetário e contabilizar quer o subsídio quer o activo por esse justo valor. Caso este não possa ser determinado com fiabilidade, tanto o activo como o subsídio serão registados por uma quantia nominal.

Os subsídios do Governo não condicionais que se relacionem com um activo biológico mensurado pelo seu justo valor menos custos estimados no ponto de venda são reconhecidos como rendimento quando, e somente quando, os subsídios do Governo se torna recebíveis.

### **Capitalização de custos com empréstimos**

Os custos de empréstimos directamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um activo que se qualifica são capitalizados como parte do custo desses activos.

Um activo que se qualifica é um activo que leva necessariamente um período substancial de tempo para ficar pronto para o seu uso pretendido ou para venda. O montante de custos a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efectuados. A taxa de capitalização corresponde à média ponderada dos juros com empréstimos aplicável aos empréstimos em aberto no período.

A capitalização de custos com empréstimos obtidos como parte do custo de um activo que se qualifica inicia-se quando os dispêndios com o activo estejam a ser incorridos, os custos de empréstimos obtidos estejam a ser incorridos e as actividades que sejam necessárias para preparar o activo para o seu uso pretendido ou venda estejam em curso.

A capitalização dos custos dos empréstimos obtidos cessa quando substancialmente todas as actividades necessárias para preparar o activo elegível para o seu uso pretendido ou para a sua venda estejam concluídas.

Os custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto do período não sendo capitalizados mesmo que directamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um activo que se qualifica.

### **Provisões**

São reconhecidas provisões quando:

- O Grupo HF tem uma obrigação presente, legal ou construtiva como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação;
- É possível efectuar uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras. A actualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida como um gasto financeiro.

### **Activos e passivos contingentes**

O Grupo HF não reconhece activos e passivos contingentes.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos. Os activos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos.

Os activos e passivos contingentes são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente reflectidos nas demonstrações financeiras.

Se tornar provável que um exfluxo de benefícios económicos futuros será exigido para um item previamente tratado como um passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

Se se tornar virtualmente certo que ocorrerá um influxo de benefícios económicos, o activo e o rendimento relacionado são reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que a alteração ocorra.

Os passivos contingentes de carácter ambiental não são reconhecidos no balanço. Se existir uma possibilidade, menos que provável, de que um dano ambiental deva ser reparado no futuro, mas essa obrigação esteja ainda dependente da ocorrência de um acontecimento incerto, O Grupo HF divulga o respectivo passivo contingente.

### **Reconhecimento de gastos e rendimentos**

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros activos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

### **Rédito**

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:

- O Grupo HF tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- O Grupo HF não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efectivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transacção fluam para O Grupo HF;

- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transacção possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito associado com uma prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transacção à data do balanço quando o desfecho de uma transacção possa ser fiavelmente estimado. O desfecho de uma transacção pode ser fiavelmente estimado quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- A quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transacção fluam para O Grupo HF;
- A fase de acabamento da transacção à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada;
- Os custos incorridos com a transacção e os custos para concluir a transacção possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito compreende os montantes facturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

### **Gastos/Rendimentos de financiamentos**

Os gastos/rendimentos de financiamentos incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efectuadas e rendimentos e gastos similares obtidos e suportados.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime de acréscimo.

### **Acontecimentos após a data de balanço**

As demonstrações financeiras consolidadas apresentadas reflectem os eventos subsequentes ocorridos até 07 de Setembro de 2011, data em que foram aprovadas pelo Conselho de Administração conforme referido na Nota 2.1.

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço, são considerados na preparação das demonstrações financeiras.

Os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados na Nota 42.

## **Imparidade**

Em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro ou grupo de activos financeiros e sempre que possa ser medido de forma fiável.

Para os activos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de perda de valor resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial.

## **3.3 Principais estimativas e Julgamentos**

As NCRF requerem que sejam efectuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do activo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efectuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são discutidos nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados pelo Grupo HF e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo HF é apresentada na Nota 3.2 do Anexo.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Grupo HF, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. o Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo HF e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas são mais apropriadas.

## **Propriedades de investimento**

Os métodos e pressupostos significativos aplicados na determinação do justo valor das propriedades de investimento foram os seguintes:

- O justo valor da propriedade de investimento não está mensurado mas divulgado nas demonstrações financeiras. A valorização foi efectuada em 05/05/2004 por um avaliador independente, que possui uma qualificação profissional reconhecida e relevante e que tem experiência recente na localização e na categoria da propriedade de investimento que está a ser valorizada;
- O valor da avaliação foi no montante de 1.105 mil euros;
- Até a presente data não foi efectuada qualquer outra avaliação;

O montante registado nas demonstrações financeiras foi o do custo de aquisição por se considerar que será o valor recuperável em futuras transacções.

### **Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda**

O Grupo HF determina que existe imparidade nos seus activos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efectuado, o Grupo HF avalia entre outros factores, a volatilidade normal dos preços das acções, considerando para os títulos cotados com desvalorizações superiores a 20% são significativas. Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderão resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Grupo HF.

### **Provisões**

A quantia reconhecida como uma provisão é a melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço.

### **Imparidade dos activos não correntes e Goodwill**

Os activos fixos tangíveis são revistos para efeitos de imparidade sempre que existam factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido poderá não ser recuperável.

Considerando as incertezas quanto ao valor de recuperação do valor líquido dos activos fixos tangíveis, pelo facto de se basearem na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, consequentemente, nos resultados do Grupo HF.

### **Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outros devedores**

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outros devedores são baseadas na avaliação efectuada pelo Grupo HF da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros factores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, conseqüentemente, diferentes impactos nos resultados.

### **Impostos sobre os lucros**

Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pelo Grupo HF, durante um período de quatro ou seis anos (quatro anos a partir dos prejuízos gerados no período de 2010), no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que ocorram correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Grupo HF, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

O não reconhecimento dos activos por impostos diferidos relacionados com prejuízos fiscais teve por base projecções do Grupo HF, que demonstram a inexistência de lucros tributáveis futuros.

### **Vidas úteis**

A vida útil de um activo é o período durante o qual uma entidade espera que um activo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

A determinação das vidas úteis dos activos, principalmente para o seu equipamento básico (viaturas de transporte colectivo de passageiros) e do método de amortização/depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das amortizações/depreciações a reconhecer no resultado de cada exercício.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os activos e negócios em questão.

Em 2010, o Grupo HF, tendo por base informação adicional disponibilizada internamente, decidiu desagregar o equipamento básico (viaturas) em componentes e rever as vidas úteis aplicáveis a cada componente. A definição das novas vidas úteis foi efectuada com base na antiguidade e na condição destes equipamentos, bem como na expectativa futura de utilização

### **Revalorização de activos fixos tangíveis**

Em 2010, a Empresa decidiu desagregar o equipamento básico (viaturas) em componentes e rever as vidas úteis aplicáveis a cada componente, com base numa análise realizada internamente. A definição das novas vidas úteis foi efectuada com base na antiguidade e na condição destes equipamentos, bem como na expectativa futura de utilização.

A Empresa decidiu, igualmente em 2010, valorizar o seu terreno e o seu edifício pelo método de revalorização. Este método foi determinado tendo como base a avaliação de um perito independente, no caso do terreno e edifício e teve como referência os preços observáveis no mercado activo ou em transacções de mercado recente.

## **3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro**

Não foram identificadas pelo órgão de gestão do Grupo HF situações que coloquem em causa a continuidade do Grupo HF.

## **3.5 Principais fontes de incertezas das estimativas**

As principais fontes de incertezas encontram-se detalhadas na Nota 3.3.

## **4. Fluxos de caixa**

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método directo, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em actividades operacionais, de investimento e de financiamento.

O Grupo HF classifica os juros e dividendos pagos como actividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como actividades de investimento.

#### 4.1 Saldos não disponíveis para uso

A 31 de Dezembro de 2010 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

#### 4.2 Desagregação de valores

A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Caixa		
Caixa Principal	21.040	21.040
Caixa Transf. Fundos	8.157	8.861
Depósitos à ordem		
Barclays Bank	36.043	61.903
Montepio Geral	53.442	38.642
Banco Espírito Santo	162.329	477.498
Banif	24.131	110.674
Caixa Geral de Depósitos	524.676	639.882
Millennium BCP	61.361	49.529
Santander	1.036	11.960
Outros depósitos bancários		
Millennium BCP		150.000
	892.215	1.569.988

### 5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Durante o presente período o Grupo HF aplicou pela primeira vez as seguintes NCRF, tendo tido os seguintes efeitos no período corrente e no período anterior:

- De acordo com a NCRF n.º 22, os subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com activos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos Capitais Próprios e, subsequentemente, quando respeitam a activos fixos tangíveis depreciáveis e intangíveis com vida útil definida, imputados numa base sistemática como rendimentos, durante os períodos necessários, para balanceá-los com os gastos relacionado que se pretende que eles compensem.
- De acordo com a NCRF n.º 25 os subsídios do Governo não reembolsáveis, sendo uma diferença temporária tributável, devem ser reconhecidos passivos por impostos diferidos.
- O Grupo HF reclassificou os proveitos diferidos relativos a subsídios não reembolsáveis do passivo para o Capital Próprio, reconhecendo sobre os mesmos um imposto diferido a pagar. A quantia de ajustamento relacionado com períodos anteriores ao apresentado, tanto nos Capitais Próprios como nos Resultados do Exercício de 2009, estão divulgadas na Nota 2.4 deste anexo.

No exercício corrente e seguintes limita-se a imputar, numa base sistemática, como rendimentos de cada período de forma a balancear com os gastos relacionados.

Durante o presente período o Grupo HF alterou as seguintes estimativas contabilísticas:

De acordo com a NCRF n.º 7 o Grupo HF desagregou em componentes, de substituição ou não, o seu equipamento básico, viaturas de transporte colectivo de passageiros, de acordo com as suas vidas úteis esperadas. No anterior Normativo eram reconhecidas e depreciadas como um único item e os custos incorridos com a substituição de peças e/ou reparação das viaturas eram diferidos e imputado nos resultados de acordo com a vida útil estimada, o respectivo custo passou também a ser reconhecido na demonstração dos resultados em 2009 como Gastos de depreciação e de amortização (anteriormente Fornecimentos e Serviços Externos - conservação e reparação).

Destas alterações resultou os seguintes ajustamentos:

<b>No Balanço</b>	
<b>Activo fixo tangível de acordo com o POC em 2009</b>	11.419.957
Ajustamentos efectuados no equipamento básico em 2009 Reclassificação do valor dos orgaos de substituição dos custos diferidos	610.562
<b>Activo fixo tangível após reclassificação em 2009</b>	12.030.519
<b>Deferimentos de acordo com o POC em 2009</b>	658.245
Reclassificação do valor dos orgaos de substituição para activo fixo tangível	(610.562)
<b>Deferimentos após reclassificação em 2009</b>	47.683
<b>Na Demonstração dos Resultados</b>	
<b>Fornecimentos e serviços externos em 2009</b>	2.638.080
Reclassificação do valor dos orgaos de substituição dos custos diferidos Conservação e reparação	(492.307)
<b>Fornecimentos e serviços externos após reclassificação em 2009</b>	2.145.773
Gastos/reversões de depreciação e de amortização em 2009	3.306.765
Reclassificação do valor dos orgaos de substituição para activo fixo tangível	492.307
<b>Gastos/reversões de depreciação e de amortização em 2009</b>	3.799.072

O impacto derivado da alteração de política e estimativa contabilística, acima referida, foi de um proveito de 461.654 euros

## 6. Activos fixos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	31-12-2010	31-12-2009
<b>Valor Bruto:</b>		
Terrenos e recursos naturais	8.019.480	699.547
Edifícios e outras construções	17.908.176	17.257.056
Equipamento básico	46.582.675	45.831.003
Equipamento de transporte	425.353	448.048
Equipamento administrativo	1.907.567	1.885.744
Equipamentos biológicos		
Outros activos fixos tangíveis	2.337.789	2.272.963
Imobilizado em curso	85.722	345.464
	<b>77.266.763</b>	<b>68.739.826</b>
<b>Depreciação acumulada e imparidade</b>		
Depreciação do período	-3.127.572	-3.696.472
Depreciação acumulada de períodos anteriores	-56.561.682	-52.816.293
Perdas por imparidade do período	12.598.756	
Perdas por imparidade de períodos anteriores	1.118.367	
<b>Valor líquido contabilístico</b>		
	<b>-45.972.131</b>	<b>-56.512.765</b>
	<b>31.294.631</b>	<b>12.227.061</b>

Os movimentos na rubrica de activos fixos tangíveis durante o ano 2010, são analisados como segue:

	Saldo inicial	Adições	Revalorizações / Imparidades	Abates / Alienações	Activos classificados como detidos para venda	Outras alterações	Saldo final
<b>Valor bruto:</b>							
Terrenos e recursos naturais	699.547		7.389.231		-69.298		8.019.480
Edifícios e outras construções	17.257.056		859.013		-207.893		17.908.176
Equipamento básico	45.831.003	199.170		-830.740		-409.288	46.582.675
Equipamento de transporte	448.048			-22.695			425.353
Equipamento administrativo	1.885.744	44.269		-22.446			1.907.567
Outros activos fixos tangíveis	2.272.963	92.791		-27.902		-63	2.337.789
imobilizado em curso	345.464	364.285		-610.752		-13.275	85.722
	<b>68.739.826</b>	<b>2.493.045</b>	<b>8.248.244</b>	<b>-1.514.535</b>	<b>-277.191</b>	<b>-422.626</b>	<b>77.266.763</b>
<b>Depreciação ac. e imparidade</b>							
Terrenos e recursos naturais	-487.404		0	0	27.719		-459.685
Edifícios e outras construções	-13.042.247	-515.551	12.589.756		83.157		-884.885
Equipamento básico	-38.775.033	-2.362.121		830.740		56.364	-40.250.050
Equipamento de transporte	-359.858	-38.666		22.695			-375.829
Equipamento administrativo	-1.712.646	-9.1549		2.1229			-1.782.966
Outros activos fixos tangíveis	-2.135.577	-110.686		27.547	0		-2.218.716
	<b>-56.512.765</b>	<b>-3.118.573</b>	<b>12.589.756</b>	<b>902.211</b>	<b>110.876</b>	<b>56.364</b>	<b>-45.972.131</b>
<b>Total</b>	<b>12.227.061</b>						<b>31.294.631</b>

Nas adições, destaca-se equipamento básico integram o montante de 972.500 euros referentes à aquisição de 5 novos de autocarros, reconstruções em 685.971 euros e integração dos componentes de substituição no montante de 357.979 euros;

Nos abates refere-se essencialmente a viaturas abatidas em fim de vida, dos componentes de substituição e à alienação de 5 viaturas à SG;

Nas revalorizações referem-se ao registo pelo justo valor dos terrenos e edifícios do Grupo HF, determinado por um avaliador independente, com referência a 01/01/2010, utilizou o método de mercado e fundamentou-se nos indicadores de mercado local e nos valores pelos quais se tem vindo a transaccionar imóveis análogos. Desta avaliação resultou um excedente de revalorização no valor de 20.846.791 euros, tendo gerado impostos diferidos passivos no montante de - 3.983.458 euros e reflectindo-se nos capitais próprios do Grupo HF, no valor de 16.863.332 euros. O Grupo HF faz notar que este valor não está disponível para distribuição aos accionistas;

Em 2010, O Grupo HF decidiu desagregar o equipamento básico, viaturas, em componentes e rever as vidas úteis aplicáveis a cada componente, com base numa análise realizada internamente. A definição das novas vidas úteis foi efectuada com base na antiguidade e na condição destes equipamentos, bem como na expectativa futura dos mesmos;

À data de 31 de Dezembro de 2010, o valor dos activos fixos tangíveis financiados por contratos de locação financeira apresenta-se como se segue:

Rubrica	31-12-2010			31-12-2009		
	Valor bruto	Depreciação /Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Depreciação /Imparidade	Valor líquido
Terrenos e recursos naturais Edifícios e outras construções Equipamento básico Equipamento de transporte Equipamento administrativo Equipamentos biológicos Outros activos fixos tangíveis	5.734.476	-1489.353	4.245.123	3.783.700	-945.922	2.837.778
	5.734.476	-1489.353	4.245.123	3.783.700	-945.922	2.837.778

O total futuro dos pagamentos mínimos, apresenta-se como se segue:

	31-12-2010			31-12-2009		
	Capital em dívida	Juros em dívida	Rendas vincendas	Capital em dívida	Juros em dívida	Rendas vincendas
Menos de um ano	702.965	55.593	758.559	489.095	37.817	526.912
Entre um e cinco anos	2.860.348	132.561	2.992.909	2.662.122	114.341	2.776.463
Mais de cinco anos	855.884	13.724	869.608	986.698	18.655	1.005.353
	4.419.197	201.879	4.621.076	4.137.915	170.813	4.308.728

A 31 de Dezembro de 2010 existem as seguintes restrições de titularidade:

Descrição do Equipamento	Locador	Condições do contrato				
		Tipo de restrição	Valor	V. residual	Opção de Compra	Duração
10 viaturas transp. de passageiros	Barclays	titulo de propriedade	1.891.850	37.837	Sim	8 anos
10 viaturas transp. de passageiros	Totta	titulo de propriedade	1.891.850	37.837	Sim	8 anos
5 viaturas transp. de passageiros	BES	titulo de propriedade	972.500	19.450	Sim	8 anos
5 viaturas transp. de passageiros	CGD	titulo de propriedade	972.500	19.450	Sim	8 anos
1 viatura ligeira	Totta	titulo de propriedade	33.478	670	Sim	4 anos

A 31 de Dezembro de 2010 os seguintes activos fixos tangíveis foram dados como garantia de passivos:

Descrição do imóvel	Passivo
Edifício no Caminho das Romeiras, inscrito na matriz sob o n.º 5223	Financiamento bancário 600.000

O Grupo HF faz notar que o edifício acima referido não foi dado como garantia mas sim uma autorização expressa, de constituição de hipoteca, que só será accionada se na data do vencimento, 21/03/2011, da operação de financiamento no montante de 600.000 euros, contratada na Caixa Geral de Depósitos, a mesma não for liquidada, ou seja só em caso de incumprimento. A data da conclusão deste relatório o referido empréstimo não foi liquidado mas prorrogado o seu vencimento para a data de 21/06/2011. Nesta mesma data o mesmo não foi liquidado, estando O Grupo HF a negociar com a referida instituição financeira um novo empréstimo, de modo a proceder à sua liquidação.

## 7. Propriedades de investimento

Esta rubrica é analisada como segue:

	31-12-2010	31-12-2009
<b>Valor Bruto:</b>		
Prédio de Santo António	219.505	219.505
	219.505	219.505
<b>Depreciação acumulada e imparidade</b>		
Depreciação do período		
Depreciação acumulada de períodos anteriores		
Perdas por imparidade do período		
Perdas por imparidade de períodos anteriores		
	0	0
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<b>219.505</b>	<b>219.505</b>

Este edifício foi adquirido pelo facto de estar localizado junto a um outro edifício pertencente à HF e não tendo sido afecto à sua actividade.

Este edifício encontra-se contabilizado pelo valor líquido contabilístico e à data de 31/12/2010 encontra-se disponível para venda.

À data do presente relatório este edifício já foi alienado.

## 8. Participações financeiras – outros métodos

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Descrição	Método	31-12-2010			31-12-2009		
		Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
				0			0
Teleféricos da Madeira, SA		79.894	0	79.894	79.894		79.894
Comboios do Monte, SA		16.000	-2.332	13.668	16.000	-1.889	14.111
OPT, SA		15.000	-669	14.331	15.000		15.000
		110.894	-3.001	107.893	110.894	-1.889	109.005

O movimento das participações financeiras, é analisado como segue:

	Saldo inicial	Adições	Alienações	Justo valor	Outras alterações	Saldo final
<b>Valor bruto</b>						
Teleféricos da Madeira, SA	79.894					79.894
Comboios do Monte, SA	16.000					16.000
OPT, SA	15.000					15.000
	110.894	0	0	0	0	110.894
<b>Imparidade</b>						
Teleféricos da Madeira, SA				0		0
Comboios do Monte, SA	-1.889			-442		-2.332
OPT, SA				-669		-669
	-1.889	0	0	-1.112	0	-3.001
<b>Total</b>	109.005					107.893

## 9. Activos financeiros detidos para venda

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

	Saldo inicial	Adições	Alienações	Justo valor	Outras alterações	Saldo final
Valor bruto						
BCP	10.229					10.229
	10.229	0	0	0	0	10.229
Imparidade						
BCP	-4.136			-1.896		-6.032
	-4.136	0	0	-1.896	0	-6.032
Total	6.092					4.196

Refere-se a 7.210 acções do BCP.

## 10. Outros activos financeiros

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

	Saldo inicial	Adições	Alienações	Justo valor	Outras alterações	Saldo final
Valor bruto						
Unidades participação Caixagest	49.853					49.853
Obrigações BCP	498.798					498.798
	548.651	0	0	0	0	548.651
Imparidade						
Unidades participação Caixagest	-15.292			459		-14.833
Obrigações BCP				-248.615		-248.615
	-15.292	0	0	-248.157	0	-263.448
Total	533.359					285.203

O valor da aquisição destes títulos é no montante de 548.651 euros.

## 11. Impostos sobre o rendimento

O Grupo HF regista nas suas contas o efeito fiscal decorrente das diferenças temporárias que se verificam entre os activos e passivos determinados numa óptica contabilística e numa óptica fiscal, o qual é analisado como segue:

Descrição	Impostos diferidos activos		Impostos diferidos passivos	
	31-12-2010	31-12-2009	31-12-2010	31-12-2009
Reavaliações contabilísticas	0	0	3.958.817	0
Outras diferenças	0	0	0	0
Compensação de activos e passivos por impostos	0	0	0	0
Subsídios não reembolsáveis	0	0	106.663	210.238
	0	0	0	0
	0	0	4.065.480	210.238

Os principais componentes de gastos/rendimentos de impostos apresentam-se como segue:

Descrição	2010	2009
Impostos correntes	9.159	9.404
Ajustamentos referentes a períodos anteriores	0	0
Origem e reversão de diferenças temporárias	-156.121	-184.523
	-146.962	-175.118

O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados directamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável.

No Grupo HF o seu resultado é negativo, o imposto corrente calculado corresponde às tributações autónomas sobre gastos incorridos no exercício essencialmente com viaturas ligeiras de passageiros e mistas.

O detalhe dos prejuízos e créditos fiscais reportáveis é analisado como segue:

<b>Data limite de reporte</b>	<b>31-12-2010</b>	<b>31-12-2009</b>
2010		2.382.738
2011	3.272.857	3.272.857
2012	1.392.903	1.392.903
2013	3.393.565	3.393.565
2014	4.197.876	4.197.876
2015	1.901.172	
	14.158.373	14.639.940

## 12. Inventários

Esta rubrica é analisada como segue:

<b>Descrição</b>	<b>31-12-2010</b>	<b>31-12-2009</b>
<b>Valor Bruto:</b>		
Mercadorias	184.753	322.208
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1.102.454	1.049.552
Produtos acabados e intermédios		
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos		
Produtos e trabalhos em curso	95.666	72.589
Reclassificação e regularização de inventários		-17.344
Adiantamentos por conta de compras		
	1.382.873	1.427.005
<b>Imparidades acumuladas</b>		
Imparidades do período	15.285	-7.294
Imparidades de períodos anteriores	-165.358	-158.064
	-150.073	-165.358
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<b>1.232.800</b>	<b>1.261.647</b>

Das existências em armazém o montante de 13.402,50 euros encontrava-se em poder de terceiros, referente a suporte de bilhetes electrónicos.

O movimento das imparidades de inventários é analisado como segue:

<b>Descrição</b>	<b>Saldo inicial</b>	<b>Perdas</b>	<b>Reversão</b>	<b>Saldo final</b>
<b>Imparidades de inventários</b>				
Mercadorias				
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	165.358	34.360	-49.645	150.073
Produtos acabados e intermédios				
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos				
Produtos e rabalhos em curso				
	165.358	34.360	-49.645	150.073

As reversões de imparidades estão relacionadas com o abate de alguns bens que deixaram de ser utilizados nas viaturas reparadas na oficina do Grupo HF bem como por consumo.

Para cumprir na íntegra os compromissos assumidos na área de Exploração e atendendo à política do Grupo HF – “ter sempre a frota disponível para o serviço, com a garantia de máxima segurança, qualidade e apresentação” - é necessário que as intervenções na área da manutenção sejam rápidas, eficientes e com o mínimo de tempo de paralisação das viaturas. Por este motivo e por estarem longe dos grandes centros de fornecimentos de peças, o armazém, para satisfazer as necessidades exigidas pela Oficina, de forma a cumprir com o acima exposto, tem necessidade de ter um Stock de artigos em quantidades superiores.

Assim no Stock encontram-se artigos de substituição com “ baixa rotação “ mas não obsoletos, de imprevisível data de utilização.

Neste exercício O Grupo HF, tal qual no ano anterior, utilizando o princípio da prudência, efectuou ajustamentos nas suas existências para cobrir a eventual perda de valor de mercado, daqueles artigos.

### 13. Clientes

A rubrica de Clientes é analisada como segue:

	31-12-2010	31-12-2009
<b>Valor Bruto:</b>		
Clientes c/c		
Gerais	625.304	685.104
Serviços de turismo	513.995	566.832
Serviços de transporte interurbano	726.507	569.832
	1.865.805	1.821.768
<b>Imparidade acumulada</b>		
Perdas por imparidade do período	-122.874	-1.811
Perdas por imparidade de períodos anteriores	-64.534	-62.723
	-187.408	-64.534
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<b>1.678.397</b>	<b>1.757.234</b>

Os movimentos das perdas por imparidade são analisados como segue:

Descrição	Saldo inicial	Perdas	Reversões	Saldo final
<b>Perdas por imparidade</b>				
Clientes gerais	-5.002		392	-4.610
Serviços de turismo	-59.532	-121.776	569	-180.740
Serviços de transporte interurbano	0	-2.058	0	-2.058
	-64.534	-123.834	961	-187.408

A antiguidade dos saldos de clientes apresenta-se como segue:

Descrição	até 90 dias	Entre 90 e 180 dias	Entre 180 e 360 dias	Mais de 360 dias
Cientes gerais	423.091	465.164	313.848	663.702
	423.091	465.164	313.848	663.702

Não existe qualquer alteração significativa, os saldos referem-se essencialmente a Escolas e entidades públicas e que pela sua natureza tardam em cumprir as suas obrigações;

## 14. Estado e outros entes públicos

A rubrica de Estado e outros entes públicos é analisada como segue:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
<b>Activo</b>		
Imposto sobre o rendimento	126.913	134.136
IVA a recuperar	138.353	470.546
IVA reembolsos pedidos	440.000	0
Outros impostos		
Perdas por imparidade do período	-55.580	-128.213
Perdas por imparidade de períodos anteriores	-69.272	0
	580.414	476.469
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o rendimento	7.003	4.801
Retenções de imposto sobre o rendimento	73.615	71.490
IVA a pagar		
IVA - Liquidações officiosas		
Outros impostos	14.873	14.893
Contribuições para a Segurança Social	255.822	265.653
Tributos das autarquias locais		
Outras tributações		
	351.312	356.837

A diferença entre Iva a recuperar deve-se ao facto de termos efectuado um pedido de reembolso, aguardando o pagamento por parte da Administração Fiscal.

## 15. Outras contas a receber

A rubrica de Outras contas a receber é analisada como segue:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
<b>Valor Bruto:</b>		
Adiantamentos a fornecedores de investimentos		
Benefícios pós-emprego		
Outros devedores		
Adiantamentos Pessoal	56.494	44.525
Out. Operações Pessoal	98.518	95.480
Secretaria Regional Turismo e Transportes (GRM)	11.145.654	10.794.177
Estado e O. Entes Públicos	67.849	50.027
Outros devedores	504.358	853.243
	11.872.873	11.837.452
<b>Imparidade acumulada</b>		
Imparidade do período	3.935	-21.069
Imparidade de períodos anteriores	-64.965	-43.895
	-61.030	-64.964
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<b>11.811.843</b>	<b>11.772.488</b>

Os valores mais significativos da rubrica outros devedores e credores, referem-se às indemnização compensatórias registadas nesta rubrica, bem como, na rubrica acréscimos de rendimentos a pagar pelo GRM - Secretaria Regional do Turismo e Transportes, respeitantes aos anos de 2008 (parte), 2009 e 2010.

## 16. Diferimentos

A rubrica de Diferimentos é analisada como segue:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
<b>Activo</b>		
<b>Gastos a reconhecer</b>		
Seguros	280.361	28.661
Desp. Bancárias	34.882	0
Diversos	49.022	30.909
	364.265	59.570
<b>Passivo</b>		
<b>Rendimentos a reconhecer</b>		
Titulos de Transporte	475.481	490.817
Outros	57.699	99.284
	533.180	590.101

No que concerne a gastos a reconhecer o aumento corresponde ao seguro de responsabilidade civil de passageiros, o qual foi pago em Dezembro de 2010.

A conta de rendimentos a reconhecer regista o valor dos títulos de transporte a utilizar pelos nossos clientes em Janeiro de 2011, os quais foram vendidos no período compreendido entre 20 e 31 de Dezembro de 2010.

## 17. Activos não correntes detidos para venda

O Grupo HF tem registado no seu activo um Edifício/ Terreno (parque de estacionamento), localizado na freguesia de Santo António concelho do Funchal, pelo valor histórico de aquisição de 277.191 euros, amortizações acumuladas de 110.875 euros e líquido contabilístico de 166.315,34 euros, e outro Edifício, junto àquele, cujo valor líquido foi de 219.505 euros.

Em 23/02/2004 o Governo Regional da Madeira – Secretaria Regional do Equipamento Social e Transportes, conforme carta dirigida à HF, solicitou a disponibilização dos referidos bens para serem afectos à construção do Centro Cívico de Santo António, não indicando qual seria a forma de compensação.

Após tal decisão, O Grupo HF procedeu à sua avaliação, tendo sido atribuído o montante global de 1.105.140 euros.

O Grupo HF tendo já conhecimento que em 2011 esta situação seria regularizada, procedeu-se à transferência, do 1º edifício descrito, para activos detidos para venda pelo seu valor líquido contabilístico e o 2º edifício manteve-o em propriedades de investimento.

## 18. Capital realizado

O capital social de 16.500.000,00 euros, representado por 3.300.000 acções ordinárias de valor nominal de 5,00 euros cada, encontra-se integralmente realizado a 31 de Dezembro de 2010.

ACCIONISTAS	Nº Acções	
	EM 31/12/2009	EM 31/12/2010
Região Autónoma da Madeira	3.135.000	3.135.000
Empresa de Electricidade da Madeira, S. A.	165.000	165.000

## 19. Reservas legais

Em conformidade com o art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com os estatutos do Grupo HF, a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos resultados anuais até à concorrência de um valor equivalente a 20% do capital social do Grupo HF. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social. O valor actual destas reservas é de 44.725 euros.

## 20. Outras reservas

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Reservas livres	139.664	139.664
	139.664	139.664

Correspondem, ao valor dos ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas, lucros não atribuídos, pela Companhia de Automóveis de Santo António, Lda, até ao exercício de 1998, incorporados, por fusão, nos capitais próprios do Grupo HF. Estas reservas só serão utilizadas por decisão em Assembleia-geral.

## 21. Resultados transitados consolidados

A variação dos resultados transitados consolidados diz respeito à incorporação do resultado líquido negativo, do exercício anterior, no montante de 982.445,33 euros.

Ainda, e no cumprimento da determinação da Comissão de Normalização Contabilística, O Grupo HF reverteu o valor de 110.923 euros em Resultados transitados por conta dos impostos diferidos registados no período de 2009 e relativo a subsídios ao investimento.

## 22. Excedentes de revalorização

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Reavaliações decorrentes de diplomas legais		
Antes de imposto sobre rendimento	1.592.505	1.592.505
Impostos diferidos		
Outros excedentes		
Antes de imposto sobre rendimento	20.846.791	
Impostos diferidos	-3.983.458	
	18.455.837	1.592.505

A variação dos excedentes de revalorização deriva da avaliação efectuada aos terrenos e edifícios do Grupo HF e registados, no presente exercício pelo seu justo valor. Ver nota 6 deste anexo.

## 23. Outras variações no capital próprio

A rubrica de Outras variações no capital próprio é analisada como segue:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		1.278.526
Ajustamentos por impostos diferidos		130.247
Subsídios	425.468	-651.234
Doações	18.253	18.253
Outras		
	443.721	775.792

A variação ocorrida no período está associada ao reconhecimento do subsídio ao investimento, cujo proveito reconhecido no período foi de 415.089 euros e o imposto diferido associado a este montante foi de 83.019 euros.

## 24. Provisões

O movimento na rubrica de Provisões é analisado como segue:

	Saldo inicial	Adições	Utilizações	Reversões	Efeito de desconto	Saldo final
Impostos						
Garantias a clientes	8.565			-8.565		0
Processos judiciais em curso						
Acidentes de trabalho e doenças profissionais						
Matérias ambientais						
Contratos onerosos						
Reestruturação						
Outras						0
	8.565	0	0	-8.565	0	0

## 25. Financiamentos obtidos

Esta rubrica é analisada como segue:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
<b>Não corrente</b>		
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários	10.885.985	9.132.430
Locações financeiras	3.716.232	3.546.936
	14.602.216	12.679.366
<b>Corrente</b>		
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários	12.046.423	11.961.503
Descobertos bancários	1.531.591	1.531.411
Locações financeiras	702.965	590.879
	14.280.980	14.083.793

A análise da rubrica de financiamentos obtidos, por maturidade, é a seguinte:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários		
Até 1 ano	13.578.015	13.492.914
De 1 a 5 anos	10.885.985	9.069.930
A mais de 5 anos	0	62.500
Locações financeiras		
Até 1 ano	702.965	590.879
De 1 a 5 anos	2.860.348	1.962.051
A mais de 5 anos	855.884	1.584.885
	28.883.196	26.763.159

À data de 31 de Dezembro de 2010, os pagamentos futuros do capital em dívida e juros corridos dos financiamentos obtidos não correntes, são analisados como segue:

Descrição	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
Instituições de crédito e sociedades financeiras								
Empréstimos bancários	7.472.619	2.468.723	882.143	62.500				10.885.985
Locações financeiras	70.1307	710.405	719.624	729.011	549.868	275.682	30.335	3.716.232
	8.173.927	3.179.128	1.601.767	791.511	549.868	275.682	30.335	14.602.216

## 26. Outras contas a pagar

A rubrica de Outras contas a pagar é analisada como segue:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
<b>Corrente</b>		
Fornecedores de investimentos	142.255	104.046
Credores por acréscimos de gastos		
Férias e subsídio de férias	1.707.546	1.731.685
Outros credores por acréscimos de gastos	502.955	503.685
Outros credores	89.583	107.824
Pessoal	17.252	12.865
	2.459.591	2.460.105

O montante de 1.707.546 euros é relativo a férias e subsídio de férias de 2010 a pagar em 2011, incluindo respectivos encargos sociais.

## 27. Fornecedores

A rubrica de Fornecedores é analisada como segue:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Fornecedores c/c		
Gerais	2.446.091	1.745.990
Facturas em recepção e conferência	1.449	8.385
	2.447.540	1.754.375

## 28. Vendas e serviços prestados

As vendas e serviços prestados analisam-se da seguinte forma:

Descrição	2010	2009
Vendas		
Suportes	344.943	324.311
Serviços prestados		
Do serviço transporte passageiros	15.704.414	16.100.760
Do serviço de Turismo	1.389.778	1.549.145
	17.439.135	17.974.217

Os quadros abaixo evidenciam as principais variações:

Proveitos	2010	2009	Variação	
Venda de cartões	345.943	324.311	21.632	6,48%
Prestação de serviços	13.345.732	13.537.536	-191.804	-1,42%
	13.690.675	13.861.846	-170.172	-1,23%

Quantidades	2010	2009	Variação	
Passes	293.000	299.900	-6.900	-2,30%
Bilhetes	4.986.000	5.517.000	-531.000	-9,62%
Passageiros transportados	25.126.000	26.270.000	-1.144.000	-4,35%

## 29. Subsídios à exploração

Durante o período foram reconhecidos em rendimentos os seguintes subsídios à exploração:

Descrição	2010	2009
Subsidio à exploração-Indemnização compensatória	4.079.882	4.645.548
Subsidio à exploração-outros	51.650	43.943
	4.131.532	4.689.491

A indemnização compensatória do ano de 2010 foi inicialmente calculada de acordo com os protocolos assinados entre as empresas que constituem o Grupo HF e o Governo Regional da Madeira.

Na HF no montante de 3.880 mil euros, superior em relação ao ano anterior em 118 mil euros. No entanto foi reduzida em 494 mil euros, por aplicação do disposto no art. 16 do Decreto

Legislativo Regional n.º. 14/2010/M, ou seja redução até o montante da indemnização compensatória do ano de 2009 deduzida de 10%.

Na SG no montante de 772 mil euros, inferior ao ano anterior em 112 mil euros, foi também reduzida em 77 mil euros por aplicação do Decreto Legislativo Regional acima referido.

Os outros referem-se essencialmente ao subsídio atribuído à HF pela empresa Repsol, SA no âmbito do contrato assinado para o fornecimento de combustíveis.

### 30. Ganhos/perdas imputadas subs., assoc. e emp. conjuntos

Os Ganhos/perdas imputadas de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos, referem-se a dividendos pagos pela empresa teleféricos da Madeira, S.A., sendo no ano de 2009 375 mil euros e 150 mil euros em 2010.

### 31. Variação nos inventários da produção

A rubrica de Variação nos inventários da produção é analisada como segue:

Descrição	2010	2009
<b>Inventários iniciais</b>		
Produtos acabados e intermédios		
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos		
Produtos e trabalhos em curso	-55.246	-79.522
Activos biológicos		
<b>Regularizações</b>		
Inventários	762	17.344
Activos biológicos		
<b>Inventários finais</b>		
Produtos acabados e intermédios		
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos		
Produtos e trabalhos em curso	95.666	55.246
Activos biológicos		
	41.182	-6.933

### 32. Trabalhos para a própria entidade

A rubrica de Trabalhos para a própria entidade é analisada como segue:

Descrição	2010	2009
Activos fixos tangíveis	919.103	1.285.480
Activos intangíveis	192.147	233.158
Propriedades de investimento		
Activos por gastos diferidos		
Inventários	304.095	431.248
	1.415.345	1.949.885

Nos activos fixos tangíveis, deve-se essencialmente à decisão do Grupo HF de não efectuar grandes reparações em viaturas.

Nos activos intangíveis refere-se principalmente a remunerações imputadas a projectos.

### 33. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas apresenta-se como segue:

Descrição	2010	2009
Mercadorias	223.695	210.843
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	7.378.935	7.295.763
Activos biológicos		
	7.602.630	7.506.606

Não revela variação significativa, no entanto os quadros abaixo evidenciam variações de relevo respeitante a esta rubrica, nomeadamente gasóleo e peças de substituição:

#### CMVMC - Variações em euros

Descrição	2010	2009	Variação	
Merc. vendidas e mat. consumidas (excepto gasóleo)	2.448.642	3.049.761	-601.119	-19,70%
Gasóleo	5.156.760	4.459.495	697.265	15,60%
Total	7.602.630	7.506.606	96.024	-1,80%

#### CMVMC - Gasóleo em litros

Descrição	2010	2009	Variação	
HF	4.702.099	4.740.896	-38.796,60	-0,80%
SG e Carristur	1.246.313	1.318.328	-72.014,89	-101,80%
Total	5.948.412	6.059.224	-110.811,49	-1,80%

A HF consumiu 4.679 mil litros de gasóleo, com viaturas afectas ao serviço de transporte público, no montante de 4.062 mil euros, mais 588 mil euros que o ano anterior, motivado essencialmente pelo aumento dos combustíveis. A restante diferença 109 mil euros, refere-se e pelos mesmos motivos ao fornecimento de gasóleo à SG e à parceira Carristur.

A quantidade de gasóleo consumido, em relação ao ano anterior, desceu cerca de 111 mil litros, sendo 39 mil litros pela HF e os restantes 72 mil euros, referente à SG e á parceira Carristur.

No consumo de peças, deve-se essencialmente ao facto do Grupo HF não ter efectuado grandes reparações em viaturas, bem como na redução do consumo de peças nas reparações efectuadas, atendendo que a HF tem optado por utilizar as novas viaturas, nos seus serviços, em detrimento das viaturas mais antigas.

### 34. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos é analisada como segue:

Descrição	2010	2009
Subcontratos	473	1.569
Serviços especializados:		
Trabalhos especializados	228.355	190.675
Publicidade e propaganda	45.439	83.777
Vigilância e segurança	137.522	140.596
Honorários	29.268	32.666
Comissões	190.136	162.634
Conservação e reparação	820.448	719.953
Outros		
Materiais:		
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	11.259	21.856
Livros e documentação técnica	5.483	5.477
Material de escritório	7.847	6.780
Artigos para oferta	253	34
Outros	26.312	28.462
Energia e fluidos:		
Electricidade	103.753	108.246
Combustíveis	35.882	36.615
Água	37.177	32.512
Outros	10.000	11.093
Deslocações, estadas e transportes:		
Deslocações e estadas	3.248	8.672
Transportes de pessoal		
Transportes de mercadorias	12.705	16.126
Outros		
Serviços diversos:		
Rendas e alugueres	8.826	17.547
Comunicação	93.334	102.330
Seguros	544.690	526.008
Royalties	1.164	1.278
Contencioso e notariado	1.118	3.739
Despesas de representação	3.031	2.864
Limpeza, higiene e conforto	172.993	159.246
Outros serviços	127.414	134.994
	2.658.128	2.555.749

Em relação a estas rubricas abaixo descrevemos as diferenças mais significativas:

Aumentos:

Dos trabalhos especializados em 38 mil euros, onde de acordo com a nova legislação incluem-se os serviços bancários. O aumento registado refere-se à comissões de contratualização e renovação de financiamentos bancários, principalmente com a Caixa Geral de Depósitos, instituição que nos financia os adiantamentos sobre as indemnizações compensatórias;

Das comissões pagas em 28 mil euros, deveu-se ao aumento das vendas por parte dos nossos agentes externos, pelo facto da HF ter encerrado os seus balcões aquando da tempestade ocorrida no início do presente exercício;

Da conservação e reparação em 100 mil euros, refere-se principalmente contratos de manutenção do Sistema de Apoio à Exploração;

Da limpeza, higiene e conforto em 14 mil euros, releva-se a rubrica, resíduos sólidos, por agravamento desta taxa;

Reduções:

Da publicidade e propaganda em 38 mil euros, pelo facto de alguma publicidade estar a ser subsidiada pelos projectos financiados por fundos comunitários;

Da vigilância e segurança em 3 mil euros, por renegociação do contrato;

Da água em 5 mil euros, por redução das lavagens de viaturas;

### 35. Gastos com pessoal

A rubrica de Gastos com pessoal é analisada como segue:

Descrição	2010	2009
Remunerações dos órgãos sociais	216.669	224.303
Remunerações do pessoal	10.793.136	10.715.825
Benefícios pós-emprego		
Prémios para pensões		
Outros benefícios		
Indemnizações		
Encargos sobre remunerações	2.408.020	2.403.446
Seguros de acid. trabalho e doenças profissionais	147.674	158.559
Gastos de acção social	57.772	97.742
Outros gastos com o pessoal	29.194	71.211
	13.652.464	13.671.086

As variações desta rubrica foram pouco relevantes, abaixo resumimos em termos gerais as alterações verificadas:

Nas remunerações um aumento de 77 mil euros sendo nas remunerações adicionais (exemplo: subsídios de alimentação, agente único e horas extras) em 62 mil euros.

Nos outros gastos a redução refere-se a formação e outros custos de ordem social.

O detalhe dos trabalhadores do quadro permanente em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 por cargos de direcção/chefias superiores e categoria profissional é apresentado como segue:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Órgãos sociais	3	3
Directores/Chefias superiores	13	13
Quadros superiores		
Quadros médios	14	13
Chefias intermédias	1	1
Profissionais altamente qualificados	26	26
Profissionais semi-qualificados	535	550
Contratados a prazo	27	16
	619	622

### 36. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de Outros rendimentos e ganhos é analisada como segue:

Descrição	2010	2009
Desempenho de cargos sociais noutras empresas	22.050	22.050
Obras para terceiros	78.581	77.479
Sucatas / desperdícios	5.477	3.042
Cedências para terceiros existências	90.478	82.981
Despesas debitadas a terceiros	299.004	314.924
Cedência espaço parques, publicidade e imóveis	222.940	270.237
De desp. embates e imob. de viaturas	77.680	35.869
Descontos de pronto pagamento obtidos	13.752	21.866
Ganhos em inventários	48.968	71.005
Investimentos não financeiros	1.306	78.237
Subsídios ao investimento	567.612	1.172.706
Juros obtidos	1.473	9.374
Outros	231.021	1.130.324
	1.660.343	3.290.093

Nos outros rendimentos e ganhos uma redução de 1.630 mil euros, abaixo descrevemos as rubricas mais significativas:

#### Reduções

- 47 mil euros em cedências de espaço, nomeadamente publicidade, parque estacionamento;
- 77 mil euros em investimentos não financeiros que corresponde a mais valias geradas em 2009 derivada da alienação de activos fixos tangíveis, edifício situado na rua 31 de Janeiro;
- 605 mil euros de subsídios ao investimento e refere-se essencialmente ao sistema de bilhética e de apoio à exploração;
- 8 mil euros em juros obtidos, que revela a diminuição das disponibilidades financeiras;
- 899 mil euros em outros, esta rubrica não se refere a uma redução mas sim a valores que foram reconhecidos em 2009, sem carácter de continuidade, nomeadamente 725 mil euros referentes ao subsídio extraordinário atribuído pelo Governo Regional da Madeira em 2009 e 149 mil euros da anulação de uma dívida a terceiros;

## Aumentos

- 8 mil euros em cedências a terceiros, refere-se ao gasóleo debitado à nossa parceira Carristur, motivado essencialmente pelo aumento do custo unitário daquele bem;
- 42 mil euros resultante de valores recuperados com a participação de seguros, nomeadamente de danos resultantes da intempérie de Fevereiro do presente exercício.

### 37. Outros gastos e perdas

A rubrica de Outros gastos e perdas é analisada como segue:

Descrição	2010	2009
Impostos	-18.615	-18.957
	-2.747	-1.568
Perdas em inventários	-50.743	-8.006
Investimentos não financeiros	-1.573	-7.916
Donativos	-15.908	-13.969
Quotizações	-10.940	-10.225
Ofertas e amostras de inventários	-3.183	-1.431
Juros de desconto de títulos	-2.291	-679
Juros de mora e compensatórios	-86	0
Outros juros	-2.141	-56.449
Outros não especificados	-157.813	-322.818
	-266.040	-442.019

As principais variações desta rubrica referem-se essencialmente a:

- Redução em perdas de inventário que no presente exercício foram abatidas atendendo que já não tinham aplicação em viaturas ao serviço do Grupo HF;
- Aumento em outros juros de 54 mil euros, este valor é compensado na rubrica juros e gastos similares, referente ao ano de 2009, ver nota n.º. 41 deste relatório;
- Nos outros gastos e perdas por se revestir de um custo de natureza eventual/excepcional, releva-se a contabilização na HF, no ano de 2009, por estimativa, o valor de 197 mil euros, referente à parceria com a Carristur, sendo 47 mil euros respeitantes ao resultado negativo da referida parceria e de 150 mil euros resultante de uma provisão para outros devedores e credores de cobrança duvidosa, efectuada pela Carristur e com um processo judicial em curso. Acresce-se o valor de 31 mil euros respeitante à anulação do valor do subsídio à formação solicitado pela HF e não atribuído atendendo que algumas despesas não foram consideradas elegíveis. Na SG releva-se as diferenças de estimativa das indemnizações compensatórias de exercícios anteriores, sendo em 2009 reduzida a de 2008 em 42 mil euros e em 2010 a de 2009 em 112 mil euros.

### 38. Gastos/reversões de depreciação e de amortização

A rubrica de Gastos/reversões de depreciação e de amortização é analisada como segue:

Descrição	2010	2009
<b>Gastos</b>		
Propriedades de investimento		
Activos fixos tangíveis	-3.449.709	-4.188.779
Activos intangíveis	-470.612	-109.876
<b>Reversões</b>		
Propriedades de investimento		
Activos fixos tangíveis		
Activos intangíveis		
	-3.920.321	-4.298.655

As principais variações referem-se essencialmente à alteração da estimativa do número de anos de vida útil esperada do equipamento básico, viaturas pesadas para passageiros, e edifícios, bem como pelo efeito da reavaliação dos edifícios, ver nota 23 deste anexo;

Nos activos intangíveis refere-se a custos de projectos financiados por Fundos Comunitários e que O Grupo HF optou por registar nesta rubrica e reconhecer o seu custo, num só exercício, através gastos de depreciação e de amortização.

### 39. Juros e gastos similares suportados

A rubrica de juros e gastos similares suportados é analisada como segue:

Descrição	2010	2009
Juros suportados	-777.463	-819.549
Outros gastos e perdas	0	-1.015
	-777.463	-820.564

Nos Juros suportados dos financiamentos obtidos não houve uma redução de 43 mil euros, como apresenta as demonstrações financeiras, mas sim de 97 mil euros, Esta diferença apresentada de 54 mil euros está reflectida na rubrica outros gastos e perdas, ver nota 39 deste relatório.

A redução de valor desta rubrica deve-se essencialmente por via das amortizações de capital dos financiamentos obtidos, uma vez que, no presente exercício, as taxas de juro subiram ao longo do ano. Para além disso o Grupo HF ainda contraiu três novos empréstimos no montante 5,5 milhões de euros e renegociou outros dois, prorrogando o seu prazo de vencimento, com taxas de juros significativamente mais altas que as praticadas anteriormente.

#### **40. Acontecimentos após a data de balanço**

Após a data de balanço não ocorreram quaisquer acontecimentos susceptíveis de darem lugar a ajustamentos ou divulgações nas demonstrações financeiras do Grupo HF.



**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores  
Oficiais de Contas, S.A.**  
Edifício Marina Fórum  
Av. Arriaga, 77  
3º Andar – Sala 302  
9000-060 Funchal  
Portugal

Telefone: +351 291 23 99 00  
Fax: +351 291 23 99 22  
Internet: www.kpmg.pt

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

### Introdução

- 1 Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da Empresa **Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A.**, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2010 (que evidencia um total de 48.640.002 euros e um total de capital próprio de 9.899.588 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 4.296.216 euros), a Demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a Demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do período findo naquela data, e o correspondente Anexo.

### Responsabilidades

- 2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.
- 3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

- 4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
  - a verificação das operações de consolidação;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e,
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
- 5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.
- 6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

## Opinião

- 7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da **Horários do Funchal - Transportes Públicos, S.A.** em 31 de Dezembro de 2010, o resultado consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos de caixa consolidados no período findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

## Ênfase

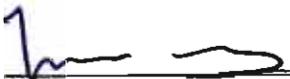
- 8 Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para o facto de apesar de, com referência a 31 de Dezembro de 2010, os capitais próprios consolidados da Empresa se apresentarem positivos, contrariando a tendência que se vinha a verificar até 31 de Dezembro de 2009, tal deve-se unicamente à revalorização efectuada pela Empresa Horários do Funchal - Transportes Públicos, S.A., incluída no perímetro de consolidação, aos terrenos e edificios sua propriedade, sendo que a actividade operacional da Empresa continua a registar prejuízos significativos. Pese embora a Administração tenha vindo a solicitar aos accionistas da Empresa suporte financeiro, o equilíbrio da actividade operacional e dos resultados dos exercícios futuros encontra-se dependente da capacidade de articulação dos proveitos de exploração com os custos de exploração, bem como numa eventual redefinição da estratégia comercial.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade das operações, a qual depende do suporte financeiro dos accionistas, do sucesso futuro das suas operações, e da capacidade de obtenção de recursos financeiros externos, não incluindo qualquer ajustamento caso se venha a constatar que esta base não foi a apropriada.

## Relato sobre outros requisitos legais

- 9 É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do período.

Funchal, 22 de Setembro de 2011



---

**KPMG & Associados -**  
**Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)**  
representada por  
João Albino Cordeiro Augusto (ROC n.º 632)



**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores  
Oficiais de Contas, S.A.**  
Edifício Marina Fórum  
Av. Arriaga, 77  
3º Andar – Sala 302  
9000-060 Funchal  
Portugal

Telefone: +351 291 23 99 00  
Fax: +351 291 23 99 22  
Internet: www.kpmg.pt

## RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores Accionistas da  
**Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A.**

De acordo com o disposto na alínea g) do número 1 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, cumpre-nos, na qualidade de Fiscal Único da Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A, apresentar o Relatório da nossa acção fiscalizadora, bem como o parecer sobre o relatório de gestão e contas consolidadas da Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

Através de contactos estabelecidos com o Conselho de Administração, bem como de esclarecimentos e de informação recolhida junto dos serviços competentes, informámo-nos acerca da actividade do Grupo e da gestão dos vários negócios desenvolvidos pelo conjunto de empresas incluído na consolidação de contas e procedemos à verificação da informação financeira produzida ao longo do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, efectuando as análises julgadas convenientes.

Averiguámos a observância da Lei e dos Estatutos das Sociedades, procedemos à verificação da regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação de suporte, verificámos se as políticas contabilísticas adoptadas pelo Grupo e as divulgações incluídas no Anexo conduzem a uma correcta representação do património e dos resultados e levámos a cabo outros procedimentos julgados necessários nas circunstâncias.

Após o encerramento das contas, para cada uma das empresas que constituem o Grupo e que integram as contas consolidadas apreciamos os documentos de prestação de contas, nomeadamente, o relatório de gestão, elaborado pelo Conselho de Administração, bem como as demonstrações financeiras apresentadas. Relativamente às contas consolidadas apreciamos igualmente as demonstrações financeiras que incluem o Balanço consolidado, a Demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a Demonstração consolidada das alterações no capital próprio, a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Acompanhámos e verificámos os trabalhos desenvolvidos para a obtenção das demonstrações financeiras consolidadas, nomeadamente:

- a) estabelecimento de critérios valorimétricos uniformes para todas as sociedades incluídas na consolidação;
- b) a eliminação dos valores resultantes das ligações entre as sociedades que fazem parte da consolidação;
- c) outros aspectos definidos pelas regras de consolidação estabelecidas no normativo aplicável.



Procedemos ainda à emissão da respectiva Certificação Legal das Contas Consolidadas com uma ênfase, decorrente do exame realizado.

Do Conselho de Administração e dos serviços competentes obtivemos sempre a documentação e os esclarecimentos solicitados, o que agradecemos, concluindo que:

- a) As demonstrações financeiras consolidadas permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados do Grupo;
- b) As políticas contabilísticas adoptadas e as divulgações efectuadas são adequadas; e
- c) O relatório de gestão apresenta a evolução dos negócios e da situação do Grupo, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

Em resultado do trabalho desenvolvido somos de parecer que a Assembleia-Geral Anual da Sociedade aprove o Relatório de Gestão e Contas Consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

Finalmente, não podemos deixar de salientar e agradecer a excelente colaboração recebida no desempenho das suas funções do Conselho de Administração do Grupo e dos serviços com os quais tivemos oportunidade de contactar.

Funchal, 22 de Setembro de 2011

**O FISCAL ÚNICO**

---

**KPMG & Associados -**  
**Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)**  
representada por  
João Albino Cordeiro Augusto (ROC n.º 632)